



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
E MEIO-AMBIENTE - PRODEMA

FERNANDA TEREZA PEREIRA CRUZ

**ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: DIAGNÓSTICO PARA
UMA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA NA BARRA DO RIO
MAMANGUAPE – PB**



João Pessoa – PB
2015

FERNANDA TEREZA PEREIRA CRUZ

**ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: DIAGNÓSTICO PARA
UMA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA NA BARRA DO RIO
MAMANGUAPE – PB**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento às exigências para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. George Emmanuel C. de Miranda;
Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

João Pessoa – PB
2015

C957e Cruz, Fernanda Tereza Pereira.
Ecoturismo de base comunitária: diagnóstico para uma
construção participativa na barra do Rio Mamanguape-PB /
Fernanda Tereza Pereira Cruz.- João Pessoa, 2015.
161f. : il.
Orientadores: George Emmanuel C. de Miranda e Rodrigo
Freire de Carvalho e Silva
Dissertação (Mestrado) - UFPB/PRODEMA
1. Meio ambiente - desenvolvimento. 2. Ecoturismo - base
comunitária. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Unidade de
conservação.

UFPB/BC

CDU: 504(043)

FERNANDA TEREZA PEREIRA CRUZ

**ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: DIAGNÓSTICO PARA
UMA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA NA BARRA DO RIO
MAMANGUAPE – PB**

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dr. George Emmanuel Cavalcanti de Miranda - UFPB
Orientador

Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva - UFPB
Orientador

Dr. André Luiz Piva de Carvalho - UFPB
Examinador Externo

Dra. Alicia Ferreira Gonçalves - UFPB
Examinador Interno

João Pessoa - PB
2015

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, **Maria Tereza Pereira Cruz** e **João Batista da Cruz**, pelo amor e apoio incondicionais.

À minha irmã, **Flávia Helena Pereira Cruz**, pela compreensão e amizade constantes.

À meus orientadores, **Dr. George Emmanuel Cavalcanti de Miranda** e **Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva**, pela parceria, apoio e incentivo nesta pesquisa.

A todos os **professores da rede PRODEMA** que contribuíram com o amadurecimento intelectual desta pesquisa e pelos valiosos conhecimentos adquiridos.

Aos **colegas de curso**, pela troca de conhecimentos, parcerias e amizade.

Ao **ICMBio, Chefia da APA da Barra do Rio Mamanguape, a comunidade da Barra do Rio Mamanguape e todas as associações e pessoas entrevistadas** que colaboraram decisivamente com a realização da pesquisa de campo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, **CAPES**, pela bolsa concedida durante o mestrado, que contribuiu para a realização desta pesquisa.

CRUZ, F. T. P. **Ecoturismo de base comunitária: Diagnóstico para uma construção participativa na Barra do Rio Mamanguape – PB**. 2015. 161 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

RESUMO

Tomando por referência a prática do turismo na comunidade da Barra do Rio Mamanguape, localizada na APA da Barra do Rio Mamanguape - PB e as potencialidades naturais do local para a prática de atividades turísticas, a proposta desse estudo buscou realizar um diagnóstico turístico da comunidade, analisando suas interações para a construção participativa do Ecoturismo de Base comunitária. Analisar a dinâmica turística e suas potencialidades para o desenvolvimento do turismo é ação preliminar para o planejamento da atividade turística de uma região, sobretudo para que o turismo se desenvolva de forma responsável, minimizando os impactos ao meio ambiente e à cultura das comunidades autóctones. Para fins de análise, primeiramente foram realizadas pesquisas bibliográficas acerca dos conceitos que tangem a pesquisa. Logo após, foram realizadas pesquisas empíricas com base quali-quantitativa no período de janeiro de 2014 à outubro de 2014 na comunidade da Barra do Rio Mamanguape, com o auxílio de ferramentas como, questionários e entrevistas com os atores internos e externos do desenvolvimento turístico da comunidade. Ainda foram realizadas pesquisas *in loco* para a identificação da oferta turística local e pesquisa documental afim de reconhecer o fluxos turístico da região. A partir da análise dos dados constatou-se o potencial da comunidade para a construção participativa do ecoturismo de base comunitária no que se refere as potencialidades turísticas, todavia quanto ao desenvolvimento de fato, ainda existe muito a ser articulado, não só pelo interesse da comunidade local, mas do apoio de entidades governamentais, para subsidiar a sua construção. Embora, haja potencialidades para o seu desenvolvimento, faz-se necessário uma visão mais aguçada sobre o seu desenvolvimento futuro, já que o impasse atual se dá a partir da sanção do plano de manejo da Unidade de conservação que a comunidade está inserida, pois através deste serão ditadas regras de utilização de territórios, o que poderá chamar a atenção do setor privado de grande porte para a construção do turismo na região, o que extinguiria a vez da comunidade em desenvolver o turismo de forma comunitária na região. Contudo, salienta-se através dessa pesquisa a importância da articulação da comunidade, com os órgãos governamentais e não governamentais para o planejamento do turismo participativo, antecedendo o estabelecimento do setor turístico privado na região.

Palavras-chave: Ecoturismo de base comunitária, Desenvolvimento sustentável, Unidade de Conservação.

CRUZ, F.T.P. **Community-based Ecotourism: Diagnosis for participatory construction in Barra do Rio Mamanguape - PB.** 2015. 161 p. Paper (Masters in Development and Environment) – Federal University of Paraíba, João Pessoa, 2015.

ABSTRACT

Making reference to the practice of tourism in the Barra do Rio Mamanguape community located in the APA of the Barra do Rio Mamanguape - PB and the natural potential of the site for the practice of tourist activities, the purpose of this study sought to conduct a diagnosis of tourist community, analyzing their interrelationships to the participatory construction of Ecotourism Community Base. Analyze the dynamic tourism and its potential for tourism development is preliminary to the planning of tourism in a region action, especially for the tourism develops in a responsible manner while minimizing impacts to the environment and culture of indigenous communities. For purposes of analysis, literature searches were conducted primarily about the concepts that concern research. Shortly after empirical research with qualitative and quantitative basis were conducted from January 2014 to October 2014 in Barra do Rio Mamanguape community, with the help of tools like questionnaires and interviews with internal and external stakeholders of the local tourism development. Although surveys were conducted onsite for identification of *in loco* tourism and documentary research in order to recognize the tourist flows in the region. From the data analysis it was found the potential for participatory community building community-based ecotourism as regards the tourism potential, but for the development of fact, there is still much to be articulated not only by the interest of the community site, but the support from government to subsidize its construction. Although there is potential for its development, it is necessary a sharper insight into their future development, since the current impasse occurs from the sanction of the management plan for the conservation unit community is located, because through this rules for the use of territories which could draw the attention of private sector large for construction of tourism in the region, which would extinguish the time of the community in developing tourism in the region as a community will be dictated. However, protrudes through this research the importance of articulating the community, with government and non-government planning of participatory tourism agencies, preceding the establishment of the private tourism sector in the region.

Keywords: Community-based Ecotourism, Sustainable Development. Conservation Unit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Três dimensões do desenvolvimento segundo o IDH.....	21
Figura 2: APA da Barra do Rio Mamanguape - PB.....	54
Figura 3: Fluxo de turistas na comunidade da Barra do Rio Mamanguape por região do Brasil, no período de novembro de 2010 à dezembro de 2013.....	63
Figura 4: Fluxo turístico de visitantes mensais dos turistas que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape no período de novembro de 2010 à dezembro de 2013.....	64
Figura 5 : Estrada de acesso a comunidade.....	65
Figura 6: Origem dos turistas que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape, no período de abril à outubro de 2014.....	66
Figura 7: Perfil econômico dos turistas que visitaram a comunidade da Barra do rio Mamanguape no período de abril à outubro de 2014.....	67
Figura 8: Modelo de viagem dos turistas que visitaram a Comunidade da Barra do Rio Mamanguape no período de abril à outubro de 2014.....	69
Figura 9: Duração da viagem dos turistas que visitaram a Comunidade da Barra do Rio Mamanguape no período de abril à outubro de 2014.....	69
Figura 10: Atividades realizadas pelos turistas na Comunidade da Barra do Rio Mamanguape no período de abril à outubro de 2014.....	70

Figura 11: Meios de comunicação por qual o turista que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape no período de abril à outubro de 2014, conheceram a região.....	72
Figura 12: Motivação de visitação dos turistas que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape no período de abril à outubro de 2014.....	73
Figura 13: Nível de satisfação dos turistas que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape no período de abril à outubro de 2014.....	74
Figura 14: Avaliação da receptividade da comunidade com os turistas que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape no período de abril à outubro de 2014.....	74
.	
Figura 15: Interesse em retorno a comunidade dos turistas que visitaram a Comunidade da Barra do Rio Mamanguape no período de abril à outubro de 2014.....	75
Figura 16: Principais necessidades não atendidas dos turistas que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape no período de abril à outubro de 2014.....	76
Figura 17: Estabelecimentos que disponibilizam serviços turísticos na comunidade da Barra do Rio Mamanguape.....	78
Figura 18: Estuário do Rio Mamanguape - PB.....	80
Figura 19: Turistas fazendo passeio de barco para observação do Peixe-boi.....	81
Figura 20: Atrativos Naturais e manifestações culturais.....	84
Figura 21: Conhecimento sobre ecoturismo dos operadores da comunidade da Barra do Rio Mamanguape.....	111

Figura 22: Impactos gerados pelo desenvolvimento do turismo na comunidade da Barra do Rio Mamanguape.....	114
Figura 23: Perfil econômico dos moradores respondentes da comunidade da Barra do Rio Mamanguape.....	116
Figura 24: Conhecimento dos moradores respondentes da comunidade da barra do Rio Mamanguape sobre o conceito de turismo.....	117
Figura 25: Conhecimento dos moradores respondentes da comunidade da barra do Rio Mamanguape sobre o conceito de turismo.....	118
Figura 26: Problemas ocasionados pelo desenvolvimento do turismo segundo os moradores respondentes da comunidade da Barra do Rio Mamanguape.....	119
Figura 27: interação da comunidade da Barra do Rio Mamanguape com os turistas que visitam a região.....	121
Figura 28: Interesse dos moradores respondentes da comunidade da Barra do Rio Mamanguape em trabalhar com turismo.....	122
Figura 29: Interesse dos moradores respondentes da comunidade da Barra do Rio Mamanguape em hospedar turistas em suas residências.....	123
Figura 30: Análise estrutural das residências dos moradores entrevistados da comunidade da Barra do Rio Mamanguape.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Atividades praticadas no âmbito do Ecoturismo.....	38
Quadro 2: Características de meios de hospedagem sustentáveis.....	50
Quadro 3: IDHM comparativo: Brasil e o município de Rio Tinto - PB.....	56
Quadro 4: Serviços e equipamentos turísticos identificados na comunidade da Barra do Rio Mamanguape.....	77
Quadro 5: Atrativos turísticos identificados na comunidade da Barra do Rio Mamanguape.....	82
Quadro 6: Caracterização dos meios biológicos e socioeconomicos das zonas da APA da Barra do Rio Mamanguape - PB e sua viabilização de atividades a serem desenvolvidas.....	87
Quadro 7: Participação das instituições no desenvolvimento turístico na comunidade da Barra do Rio Mamanguape.....	97
Quadro 8: Expectativa sobre o plano de manejo da UC pelas instituições.....	99
Quadro 9: Visões sobre o turismo desenvolvido atualmente na região.....	102
Quadro 10: Opiniões das instituições sobre o turismo excursionista.....	104
Quadro 11: Modelo de desenvolvimento turístico sugerido pelas instituições entrevistadas.....	105
Quadro 12: Cenário turístico atual da comunidade da Barra do Rio Mamanguape.....	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estados com maior número de turistas que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape no período de novembro de 2010 à dezembro de 2013.....	63
--	----

LISTA DE SIGLAS

AGEAPA: Associação de Artesãos e Guias de Ecoturismo da Região da APA da Barra do Rio Mamanguape - PB

ALMG: Assembleia Legislativa de Minas Gerais

APA: Área de Proteção Ambiental

EBC: Ecoturismo de Base Comunitária

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

PBTUR: Empresa Paraibana de Turismo

PIB: Produto Interno Bruto

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TBC: Turismo de Base Comunitária

TIES: The International Ecotourism Society

TUCUM: Rede Cearense de Turismo Comunitário

UC: Unidade de Conservação

WTTC: World Travel & Tourism Council

WWF: World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE	19
1.1 Limitações do desenvolvimento sobre a perspectiva econômica.....	19
1.2 Desenvolvimento sustentável e qualidade de vida	25
2. TURISMO, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO.....	28
2.1 Turismo e desenvolvimento sustentável	28
2.2 Ecoturismo e seus princípios	35
2.2.1. Ecoturismo em Unidades de Conservação	41
2.2 Ecoturismo de Base Comunitária.....	44
2.3 Hospedagem domiciliar (<i>Bed and Breackfast</i> – Cama e Café).....	48
2.3.1 Hospedagem domiciliar no Brasil	52
3. COMUNIDADE DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE: ASPECTOS GERAIS E CARACTERÍSTICAS DO TURISMO LOCAL	54
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	56
4.1 Diagnóstico da dinâmica turística da Barra do Rio Mamanguape - PB.....	57
4.2 Avaliação do potencial do ambiente para o desenvolvimento do Ecoturismo de Base comunitária	61
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	62
5.1 Identificação do fluxo e procedência turística da comunidade da Barra do Rio Mamanguape	62
5.2 Perfil e motivações turísticas dos visitantes da comunidade da Barra do Rio Mamanguape	66
5.2.1. Procedência de fluxo turístico por região	66
5.2.2 Perfil socioeconômico dos turistas que visitaram a comunidade.....	67
5.2.3 Aspectos gerais da visitação à comunidade da Barra do Rio Mamanguape	68
5.2.4 Motivação para a visitação à comunidade da Barra do Rio Mamanguape	72
5.2.5. Satisfação sobre a experiência vivida na comunidade	74
5.3 Identificação da oferta turística da comunidade da Barra do Rio Mamanguape	78
5.4 Dimensão de interesses e responsabilidades sobre o turismo na comunidade da Barra do Rio Mamanguape	89
5.4.1. Atuação da Administração da APA da Barra do Rio Mamanguape - PB, no desenvolvimento do turismo na Comunidade da Barra do Rio Mamanguape	89

5.4.2 Atuação da Secretária de turismo do município de Rio Tinto - PB, no desenvolvimento do turismo na Comunidade da Barra do Rio Mamanguape	94
5.5 Perspectivas sobre o turismo a partir de instituições atuantes na comunidade da Barra do Rio Mamanguape	97
5.5.1 Interesses e parcerias no desenvolvimento do turismo	97
5.5.2 Percepção e opinião sobre o turismo desenvolvido na comunidade	102
5.6 Aspectos da atividade turística a partir dos profissionais de turismo da comunidade	108
5.6.1 Perfil profissional dos operadores de turismo	110
5.6.2 Noções sobre os conceitos de turismo e ecoturismo para os operadores de turismo	111
5.6.3 Opiniões e perspectivas dos operadores de turismo sobre o turismo na comunidade	113
5.7 Perspectiva turística sob a óptica da comunidade local	116
5.7.1 Perfil socioeconômico dos moradores da Barra do Rio Mamanguape	116
5.7.2 Noções sobre os conceitos de turismo e ecoturismo para a comunidade	117
5.7.3 Expectativas sobre o desenvolvimento do turismo na região	119
5.7.4 Reconhecimento das potencialidades turísticas pela comunidade	121
5.7.5 Interesse da comunidade em trabalhar com turismo de base comunitária	122
5.7.6 Interesse da comunidade no desenvolvimento de hospedagens domiciliares	123
5.7.7 Análise estrutural das residências da comunidade para o desenvolvimento da hospedagem domiciliar	124
6. DIAGNÓSTICO TURISTICO PARA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICES	139
APÊNDECE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	140
(CHEFIA DA APA DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE)	140
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA	142
(SECRETÁRIO DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE RIO TINTO - PB)	142
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA	143
(ENTIDADES DE LIDERANÇA INSERIDAS NA COMUNIDADE)	143
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO	144
(TURISTAS QUE VISITAM A COMUNIDADE DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE)	144
APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO	146

(OPERADORES DE TURISMO DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE)	146
APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO.....	149
(COMUNIDADE DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE)	149
ANEXOS	154
ANEXO A - Autorização para realização da expedida pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO/ICMBio/MMA.....	155
ANEXO B - Parecer de aprovação para pesquisa expedido pelo comitê de ética	158

INTRODUÇÃO

O turismo como setor em constante crescimento em todo o mundo, desenvolve economicamente regiões, inserindo moeda e em muitos casos sustentando a economia do local onde se estabelece (DIAS, 2005).

Observou-se nessa atividade a facilidade de desenvolvimento de regiões que possuíssem potencialidades turísticas históricas, ambientais e/ou culturais, desenvolvendo economicamente a região. Essa oportunidade foi bem vista principalmente por países em desenvolvimento, que visualizaram no turismo a forma mais rápida e fácil de salvar a economia do país, investindo em um turismo de massa em que os turistas visitassem a região e deixassem em curto prazo lucros financeiros para o país.

Essa atividade resultaria, supostamente, em maior renda para as populações que participassem direta ou indiretamente dessa prática, dinamizando o consumo e consequentemente o giro de moeda, aumentando a receita do país (RUSCHMANN, 1999).

No Brasil o meio ambiente assume um lugar central no desenvolvimento turístico, tendo com a exploração de seus recursos naturais a maior fonte de produtos turísticos (CAMPOS, 2005). Em contrapartida, a utilização desordenada dos recursos naturais pelo turismo trás como consequências inúmeros impactos negativos ao meio ambiente e às comunidades que vivem próximas dos atrativos turísticos.

Diante dos aspectos econômicos positivos em curto prazo que o turismo oferece e a fácil apoderação dos recursos naturais como atrativo turístico, principalmente no Brasil, pela sua “natureza exuberante em um vastíssimo território” (COSTA, 2002, p.23), a conquista da natureza como produto torna-se corriqueira.

É frequente observar o estabelecimento do turismo em regiões de vasto potencial natural sem o devido planejamento para o seu desenvolvimento e cuidado com o meio ambiente e comunidades locais. Em muitos casos esse turismo na natureza, como estratégia de competitividade, acaba recebendo a nomenclatura de Ecoturismo por parte dos que o desenvolvem. No entanto, normalmente pouco se

conhece sobre essa tipologia do turismo e quais seus princípios, tratando o prefixo eco apenas como um “marketing verde”, como acrescenta Hintze (2010, p. 64):

nas atividades de turismo que desejam receber o prefixo eco- devem ser pautadas três preocupações básicas: o envolvimento das comunidades receptivas, o respeito aos pré-requisitos de sustentabilidade e a inserção da preocupação ambiental, por meio de atividade da chamada educação ambiental.

Atualmente todo turismo que utilize os recursos naturais e se estabeleça na natureza recebe o nome de ecoturismo, porém apesar da incerteza de conceitos ainda pouco estabelecidos para o ecoturismo, sabe-se que o mesmo desenvolve-se de forma responsável, pensando na conservação do meio ambiente e valorização da cultura, com a participação efetiva da comunidade local. O ecoturismo “é, na verdade, um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social” (ZACCHI, 2004, p. 11), seguindo sempre os princípios da sustentabilidade.

Dessa maneira, é importante avaliar e separar o turismo que simplesmente acontece na natureza, por interesse apenas de lazer e usufruir alienadamente do meio ambiente, do ecoturismo, que por base determina que o turismo na natureza deva acontecer de forma responsável, buscando minimizar os impactos ao meio ambiente e à cultura das comunidades receptoras.

Na compreensão do ecoturismo, que prevê a conservação do meio ambiente, participação efetiva das comunidades receptoras e equidade econômica-social, observa-se que diversos destinos que se definem como ecoturísticos possuem a presença de “comunidades tradicionais” que vivem no interior ou em seu entorno e que são diretamente afetadas com as atividades turísticas na região (SANSOLO, 2009).

Todavia o desenvolvimento das atividades (eco)turísticas nessas regiões, visa apenas satisfazer interesses de agentes externos, que procuram desenvolver o destino turístico sem se preocupar com a integração das necessidades e preferências das comunidades locais nesse processo, explorando sua cultura como atrativo e ao mesmo tempo marginalizando-as economicamente da atividade (BRANDON, 2005).

Nessa perspectiva, faz-se necessário uma maior participação da comunidade local no turismo que pretende trabalhar com os princípios destacados pelo

ecoturismo, criando uma base comunitária de participação. Essa base comunitária na construção do ecoturismo realiza-se a partir da participação da comunidade local em todo o processo de desenvolvimento da atividade, que vem desde a sua concepção, planejamento, implantação, avaliação e monitoramento, configurando-se como um turismo de base comunitária (SALVATI, 2003).

Coriolano (2005) mostra que turismo de base comunitária por se tratar de um modelo que trabalha de forma inclusiva em comunidades, apresenta-se como a condução ativa para a melhoria da qualidade de vida da população local, de forma integrada e participativa, uma vez que a própria comunidade fica responsável pela execução e gestão das atividades turísticas, sendo protagonistas do turismo em suas regiões

De acordo com a WWF (2003), o turismo em áreas naturais que frisa a participação de uma base comunitária em seu desenvolvimento e conservação da natureza denomina-se como Ecoturismo de base comunitária, como define a mesma, é um “turismo realizado em áreas naturais, determinado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (WWF, 2003, p. 23).

O turismo em Unidades de Conservação (UC), ambiente de beleza e diversidade natural expressiva, é uma atividade que pode incentivar a construção de uma atividade participativa, valorizando a cultura e modos de vida das comunidades locais, e difundindo o associativismo. Incentivando assim, o protagonismo das comunidades receptoras no desenvolvimento turístico.

A comunidade da Barra do Rio Mamanguape está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape – PB que faz parte das Unidades de Conservação de Uso Sustentável que por sua vez tem como objetivo proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (OLIVEIRA & TORRES, 2008).

A APA da Barra do Rio Mamanguape - PB, possui ecossistemas diversificados como, praias arenosas com cordões de dunas, arrecifes costeiros, falésias, mata de restinga e de tabuleiro, lagoas e uma área de manguezal com remanescente de floresta atlântica, estuário, e lagoas (CABRAL, et al., 2009), criando, dessa forma, um potencial cênico diversificado e singular, de ambientes ainda amplamente conservados, fato que o torna atrativo valioso para o turismo, que busca na paisagem o principal estimulador de visitação para os turistas (MARUJO &

SANTOS, 2012) e nos ecossistemas diversificados a prática de um turismo na natureza de forma responsável, o ecoturismo.

Ainda, à se elencar as potencialidades da comunidade, observa-se a estrutura de uma cultura local pesqueira, formado em maioria por pescadores e marisqueiras. A comunidade ainda, sedia o Projeto Viva peixe-boi Marinho da Fundação Mamíferos Aquáticos, que visa a conservação e readaptação dos peixes-boi em seu habitat natural. E é através da visitação desse animal que se desenvolve, atualmente o principal atrativo turístico da região.

Na perspectiva de atrativos culturais e naturais, a região possui potencial expressivo e singular para o desenvolvimento do turismo, sobretudo o ecoturismo de base comunitária, no qual a comunidade local possa desenvolver e usufruir dos benefícios vindos dessa atividade.

Todavia faz-se necessário uma interpretação do turismo que ocorre na região e avaliação do potencial ambiental para a construção participativa desse tipo de turismo, de forma a que possa ser introduzido o verdadeiro ecoturismo de base comunitária.

Partindo da hipótese de que a comunidade da Barra do Rio Mamanguape tem potencial para o desenvolvimento do Ecoturismo de base comunitária, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a dinâmica turística da comunidade da Barra do Rio Mamanguape, considerando as inter-relações estabelecidas entre comunidade, ambiente e visitantes, avaliando o potencial do ambiente para a construção participativa do Ecoturismo de Base comunitária. Para isto, foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- Realizar um diagnóstico da atividade turística existente na comunidade Barra do Rio Mamanguape – PB e analisar se esta caracteriza-se na tipologia de "ecoturismo";
- Identificar o perfil socioeconômico e cultural do turista que visita a Barra do Rio Mamanguape e suas motivações.
- Identificar potencialidades ecoturísticas da Barra do Rio Mamanguape-PB, em seus aspectos sócio culturais e ambientais;
- Identificar o interesse da comunidade da Barra do Rio Mamanguape na participação e gestão das atividades de Ecoturismo de Base comunitária;

- Verificar a viabilidade de implantação de hospedagens domiciliares na comunidade da Barra do Rio Mamanguape – PB;

A pesquisa foi pautada sob a óptica do desenvolvimento social e sustentável (SASH, 2008; SEN, 2010; DIEGUES, 1992; LEFF, 2008; VEIGA, 2005) e do turismo sustentável e desenvolvimento de ecoturismo de base comunitária em unidades de conservação (CORIOLANO, 2003; RUSCMANN, 1999; WWF, 2003), através do auxílio das hospedagens domiciliares (PIMENTEL, 2007; BRASIL 2010). Baseando os procedimentos metodológicos do diagnóstico por meio de autores como, Borges (2003), Severino (2007), Costa (2011) e Begossi (2009).

Visto que a comunidade Barra do Rio Mamanguape possui um turismo ainda pouco desenvolvido, mas com panoramas de desenvolvimento, mediante o sancionamento do plano de manejo da Unidade de Conservação a qual está inserida, o diagnóstico, como ferramenta preliminar de planejamento de quaisquer atividade, mostra sua importância na pesquisa através da formulação de um panorama da real situação e interesse dos atores no desenvolvimento do turismo local, bem como as facilidades e limitações para uma possível construção participativa do ecoturismo de base comunitária.

1. DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

1.1 Limitações do desenvolvimento sobre a perspectiva econômica

Diante do sistema econômico vivenciado na atualidade, se faz presente uma extensa discussão acerca do conceito de desenvolvimento, seguido por suas divergências e consequências para a sociedade contemporânea. Muito se vê contabilizar o desenvolvimento de países através do Produto Interno Bruto (PIB), associando-o diretamente ao crescimento econômico e descartando indicadores sociais fundamentais, como qualidade de vida e bem estar das populações (OLIVEIRA, 2002).

Segundo Veiga (2005, p.17,18) existem três concepções a respeito do desenvolvimento. Em sua primeira concepção o desenvolvimento teria como sinônimo o crescimento econômico. Ainda muito difundido atualmente e constatado

pela mensuração do desenvolvimento através do PIB, esse modelo simplista vem sofrendo, segundo Sachs (2008), uma complexificação em seu conceito no último meio século, trazendo consigo questionamentos sobre a substancialidade do crescimento econômico como único indutor e índice para o desenvolvimento .

Nesse modelo econômico clássico, o progresso econômico se torna sinônimo de desenvolvimento, e tem como mola precursora a industrialização, que por sua vez trata a riqueza material como indicador produtivo das nações (DIEGUES, 1992). Todavia esse crescimento não implica necessariamente em garantia de direitos básicos necessários a população, não assegurando à mesma direitos humanos e ambientais, relacionados com qualidade de vida.

Nesse sentido, segundo Diegues (1992), o conceito de progresso, é essencial para entender o modelo de desenvolvimento econômico clássico, quando explica que:

O conceito de progresso, essencial para se entender os modelos clássicos de desenvolvimento, tem como base a crença na razão, no conhecimento técnico-científico como instrumento essencial para se conhecer a natureza e colocá-la a serviço do homem, na convicção de que a civilização ocidental é superior às demais, entre outras razões pelo domínio sobre a natureza, na aceitação do valor de crescimento econômico e no avanço tecnológico. (DIEGUES, 1992, p. 23)

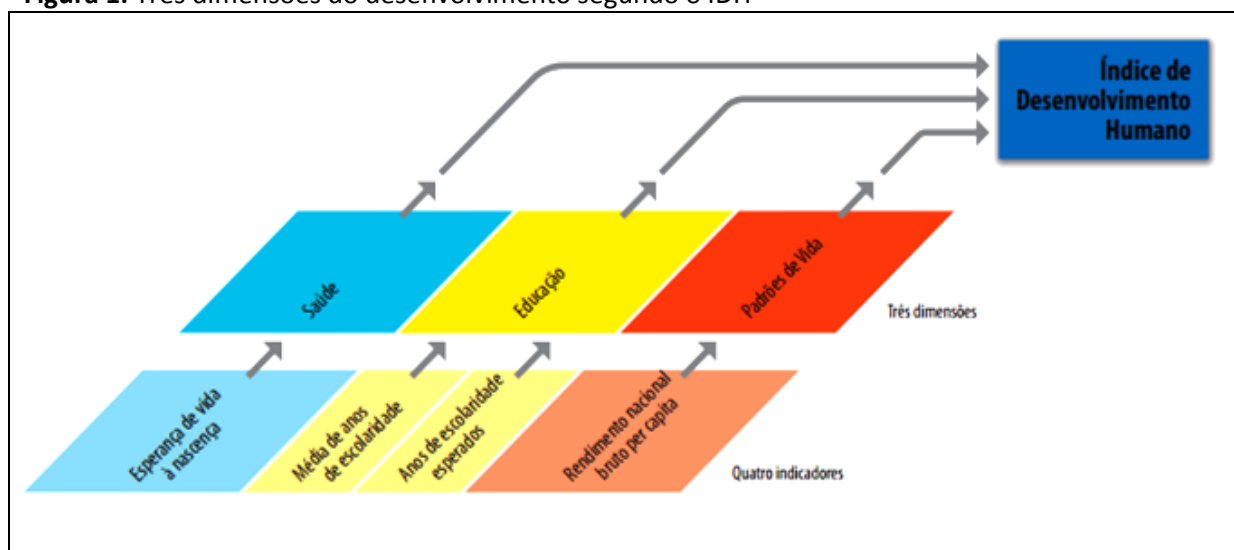
Para Sachs (2008) este modelo de desenvolvimento conceitua-se como "economicismo redutor", reduzindo-se tão somente ao crescimento econômico e geração de riqueza material desigual.

Todavia, com a apresentação do "Índice de Desenvolvimento Humano" (IDH) - que visa medir o desenvolvimento humano dos países, basicamente através da expectativa de vida, educação e a renda per capita - no Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) -, esse primeiro conceito passou a sofrer enfraquecimento, principalmente pela sua essência simplista que pouco avalia as condições de vida e desenvolvimento social das populações (VEIGA, 2005).

O IDH consiste em um índice que "avalia os níveis e o progresso, usando um conceito de desenvolvimento muito mais amplo do que o permitido pelo rendimento por si só" (PNUD, 2010, p. 13). O mesmo procura avaliar o desenvolvimento não só pelo crescimento econômico, mas também por três dimensões básicas, com alicerce em indicadores de qualidade de vida, como exposto a baixo na Figura 1. Dessa

maneira, avaliando o desenvolvimento por vertentes mais abrangentes do que os rendimentos econômicos.

Figura 1: Três dimensões do desenvolvimento segundo o IDH



Fonte: PNUD, 2010

Na perspectiva de Sachs (2008) o desenvolvimento real e incluyente trata-se de um meio para "promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza" (SACHS, 2008, p. 14) incluindo a grande parcela da população que sobrevive nas desigualdades sociais e econômicas, privadas de seus direitos básicos. O autor não exclui o crescimento econômico como parte importante do desenvolvimento, mas trata-o como condição necessária, e não suficiente. E observa ainda que o conceito reducionista de desenvolvimento vem sofrendo sua "complexificação, representada pela adição de sucessivos adjetivos - econômico, social, político, cultural, sustentável" (SACHS, 2008, p. 37).

O segundo entendimento aparece como negação ao desenvolvimento, onde o mesmo é tratado como mito (VEIGA, 2005). Neste sentido o desenvolvimento não passa de uma ideologia para que os países que se encontram no patamar de países chamados desenvolvidos continuem desfrutando de suas riquezas, enquanto os países chamados de subdesenvolvidos - na expectativa de se tornar um país desenvolvido - continuem servindo de alicerce para a acumulação de riquezas desses países que estão à uma patamar acima.

Essa imobilidade e separação de crescimento tornam-se importantes para a hegemonia dos países ricos. Todavia, segundo Arrighi (1997), para que esse sistema possa se manter de forma estática e pacífica, se faz necessário que uma

pequena parcela da população dos países subdesenvolvidos possuam uma concentração de riqueza substancial e padrão de consumo igual a dos países desenvolvidos, para que essas economias subdesenvolvidas adquiram a ilusão de sentir-se sempre em processo transitório ao desenvolvimento.

Diante dessa conjuntura, onde encontra-se um paradigma universal de desenvolvimento capitalista globalizado e, cada vez mais padronizado, a ser seguido por todos os países, entretanto tendo como contradição as especificidades e culturas de cada região, Diegues (1992) destaca a quebra desse paradigma de bem estar social ocidental a ser alcançado como única forma de desenvolvimento e ressalta a individualização de formas de desenvolvimento associado ao contexto local, propondo as sociedades sustentáveis, como explica o autor:

Nesse contexto, ganha sentido a idéia de que não existe um único paradigma de sociedade do bem-estar a ser atingido por vias do "desenvolvimento" e do progresso linear. Há necessidade de se pensar em vários tipos de sociedades sustentáveis, ancoradas em modos particulares, históricos e culturais de relações com os vários ecossistemas existentes na biosfera e dos seres humanos entre si. Esse novo paradigma a ser desenvolvido se baseia, antes de tudo, no reconhecimento da existência de uma grande diversidade ecológica, biológica e cultural entre os povos que nem a homogeneização sociocultural imposta pelo mercado capitalista mundial conseguiu destruir. (DIEGUES, 1992, p. 23)

Dessa maneira, os padrões de consumo poderiam ser estabelecidos de acordo com as realidades locais e fundamentadas na igualdade e direitos das populações, em seu bem estar e qualidade de vida, sem para isso precisar sacrificar-se na ilusão de um sistema de desenvolvimento universal e desigual capitalista. Essa perspectiva também pode ser relacionada em nível de escala diferenciado à "descentralização da economia" de Leff (2008), onde para o autor a racionalização ambiental, no viés de desenvolvimento sustentado e responsável, vem a partir da desconcentração de poder, descentralização da economia e na democratização dos direitos básicos e políticos, nas formas de apropriação da natureza e dos processos produtivos, gerando riquezas proporcionais e igualitárias para a população.

O terceiro entendimento de desenvolvimento, trata-se do desenvolvimento humano através de suas liberdades essenciais, esse conceito é bastante trabalhado por Amartya Sen (2010), que analisa o desenvolvimento através de um viés diferenciado, não analisando-o por meio da industrialização, do produto interno bruto, nem pelo avanço tecnológico ou modernização social, mas sim avaliando o

êxito de uma sociedade a partir das liberdades substanciais que cada indivíduo dispõe, considerando "a liberdade o principal fim do desenvolvimento" (SEN, 2010 p.18). Todavia, não é excluído em sua concepção de desenvolvimento o crescimento econômico como fator importante, porém o mesmo não é considerado um fim em si mesmo, como explica:

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele (SEN, 2010, p. 28).

O autor esclarece que essas liberdades vêm através dos direitos às disposições econômicas e sociais básicas, como serviços de saúde, educação, liberdade política e direitos civis. Tais liberdades são meios interligados que possibilitam ao indivíduo o aumento na capacidade de ação.

A análise que Amartya Sen faz acerca do desenvolvimento evidencia-se especialmente através da expansão do poder de cada indivíduo possui em levar o tipo de vida que valoriza, onde essas capacidades individuais só aparecerão através das liberdades substanciais. O autor explica bem essa afirmação quando fala que

geralmente temos excelentes razões para desejar mais renda ou riqueza. Isso acontece não porque elas sejam desejáveis por si mesmas, mas porque são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar. (SEN, 2010, p.28)

Em contrapartida "a privação de liberdade econômica, na forma de pobreza extrema, pode tornar a pessoa uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade" (SEN, 2010, p. 23)

Nesse contexto, o autor procura também ressaltar que se a sociedade continuar olhando para o paradigma do desenvolvimento como apenas crescimento econômico, apreciando uma sociedade do consumismo como melhor condição de vida, e buscando em nossas liberdades substanciais a valorização do consumo, estaremos servindo de alicerce para o aprofundamento das desigualdades sociais. Dessa maneira, segundo o autor é importante se pensar mais além enquanto sociedade e valorizar o desenvolvimento não somente como acumulação de riquezas, mas também como precursor de liberdades sociais de bem estar.

Em uma perspectiva mais contemporânea, a globalização, também sempre vista como sinônimo de progresso e facilitador do desenvolvimento, trouxe às

atividades econômicas oportunidades de crescimento e arrecadação monetária. Todavia, guiada pelo padrão de desenvolvimento clássico, a globalização trouxe consigo consequências não só econômicas, como também sociais, sendo essas observadas por um viés contraditório.

Tais consequências sociais à globalização são discutidas por Bauman (1999), quando salienta que o fenômeno da globalização ultrapassa o caráter econômico vantajoso e traz, a partir de seu desenvolvimento, efeitos negativos a uma grande parcela da sociedade. Principalmente, quando se leva em consideração o fato contraditório do tempo, espaço, local e global desse fenômeno, quando observa-se o desprendimento de grandes corporações com o local onde se instalam, abandonando uma região em busca de oportunidades maiores, sem ao menos se importar com as condições futura dos ex empregados. Ou seja, os acionistas não estão presos ao local, independentemente seu capital de uma localidade ou espaço, diferentemente dos funcionários da empresa que possuem vínculos afetivos e familiares com a região e ficam impossibilitados de se mudarem de acordo com a necessidade da empresa.

Em um mundo globalizado "sem distinção de espaço" as pessoas com menos poder aquisitivo - os empregados - ficam presos ao espaço local e os de maior poder aquisitivo - os investidores - usufruem da real globalização. A globalização de fato só chega para uma parcela da população de maior poder, o resto da sociedade fica presa no espaço (BAUMAN, 1999).

Bauman (1999) mostra o processo de globalização como uma nova ordem global da econômica e relações sociais que tomou tal proporção de poder que já é possível observar o enfraquecimento da soberania do Estado, onde o mesmo fica condicionado à manutenção dos interesses de grandes organizações, essas por sua vez tem livre poderes para regular a ordem econômica e social.

Dessa maneira, grande parte da sociedade vai ficando cada vez mais marginalizada de seus direitos básicos, numa economia ditada por grande organizações e sem o auxílio do estado para ampará-las. Essas efeitos, acabam por mostrar a armadilha de promessa de livre comércio e redução das desigualdades sociais proposta pela globalização.

1.2 Desenvolvimento sustentável e qualidade de vida

Atualmente, toda solidez das relações coletivas vêm desfazendo-se e dando lugar aos julgamentos individuais. Abandona-se o pertencimento de grupo e coletividade, como família e bairros. A sociedade moderna busca a individualidade em seu cotidiano, e isso reflete nas atitudes sociais e ambientais de cada indivíduos que passam a pensar no uno ao invés do coletivo. Em uma sociedade que vive do desenvolvimento através do crescimento econômico, esse sentimento de individualidade trás consequências severas ao meio ambiente e seu uso desenfreado sem levar em consideração a necessidade do outro; e as relações sociais e suas desigualdades de direitos e riquezas (BAUMAN, 2001).

Diante desse padrão de desenvolvimento clássico reducionista, é importante pensar-se no desenvolvimento por um viés includente responsável e sustentado (SACHS, 2008), no qual todos possuam direito as suas liberdades substanciais (SEN, 2010) .

Sachs (2008), defende uma nova forma de encarar o desenvolvimento, dimensionando-o a uma esfera mais abrangente que o próprio crescimento econômico. O autor salienta a apropriação efetiva dos direitos humanos, entre esses estão os direitos econômicos, culturais e sociais, dando ênfase ao emprego digno, o qual assume um papel importante na vida social; direitos políticos e civis, direitos coletivos aos desenvolvimento e ao meio ambiente. Tratando o desenvolvimento como fator libertador, Sachs (2008, p. 14) afirma que:

Igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com consequências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor. Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância.

Nesse sentido, trata-se o desenvolvimento sustentável como conceito viável em substituição do modelo clássico de desenvolvimento que já não mais sustenta o crescimento econômico a longo prazo. Principalmente no que diz respeito ao recursos naturais, hora utilizada demasiadamente pela economia como fonte de renda desigual para a população.

A partir da década de 70 começou a ser discutida as consequências do crescimento desenfreado, em especial relacionados ao meio ambiente. Fortaleceu-se a discussão acerca dos impactos ocasionados ao meio ambiente por meio do modelo econômico clássico e a importância em preservar os recursos naturais, bem como a problemática das questões sociais, chegando a ser discutido na Conferência de Estocolmo (Suécia, 1972) a pobreza como raiz do problema ambiental. Mas foi em 1987 na elaboração do Relatório de Brundtland (Nosso Futuro Comum) que introduziu-se o conceito de desenvolvimento sustentável, prevendo a satisfação das necessidades das populações presentes, sem comprometer as gerações futuras de satisfazerem as suas (CHAMUSCA e CENTENO, 2006).

De fato as maiores preocupações a princípio relacionadas à sustentabilidade foram referentes ao meio ambiente, ao trazer a conservação da natureza como condição *sine qua non* para o desenvolvimento contínuo a longo prazo, fator importante para a segurança das gerações futuras e atuais. Prevendo como base a manutenção dos processos ecológicos fundamentais à sobrevivência humana, como fotossíntese, ciclos hidrológicos e reciclagem dos nutrientes (DIEGUES, 1992).

Porém, é de suma importância analisar o desenvolvimento sustentável não só através de um viés ambiental, se faz necessário evidenciar outros pilares para que esse desenvolvimento ocorra de forma, igualitária, e sustentada, como explica Diegues (1992, p. 26) quando coloca que:

[...] o desenvolvimento é um processo de mudança social, que implica transformações das relações econômicas e sociais. Uma via de desenvolvimento que é sustentável somente em termos "naturais" (manejo dos recursos naturais, etc.) poderia, teoricamente, ser conseguida em regimes autoritários. Daí a necessidade de se prestar atenção em problemas cruciais como a democratização do acesso aos recursos naturais pelos vários setores da população e na distribuição dos custos e benefícios do desenvolvimento.

Logo, sabia-se que os recursos naturais estavam se esgotando diante de sua desenfreada exploração pelo setor econômico e que a pobreza e miséria a cada dia crescia, por outro lado, defendia-se que o desenvolvimento e processos tecnológicos não poderiam parar. Todavia era de comum acordo que o modelo de desenvolvimento clássico ocidental, que visa o desenvolvimento apenas como crescimento econômico, acirrando as desigualdades sociais, não estava mais se sustentando. Para resolver esse impasse nasce o conceito de sustentabilidade como

medidor entre os ambientalistas e desenvolvimentistas. Dessa forma, pode-se entender o conceito de desenvolvimento sustentável como

uma maneira inovadora de se promover o bem estar social pela satisfação das necessidades fundamentais das sociedades humanas, por meio de uma exploração racional dos recursos naturais, o que significa um gerenciamento que leve em conta os limites plausíveis e a conservação do meio ambiente. Naturalmente, isso implica uma redefinição dos conceitos de desenvolvimento, de organização social – inclusive pela adoção de novos valores, uma vez que o padrão de consumo dos países ditos desenvolvidos não pode ser estendido a todos, por causa dos limites do planeta –, e, finalmente, de uma mudança nos rumos do conhecimento científico e tecnológico, tirando seu centro da sociedade de mercado, adequando-o às necessidades observadas por esses novos valores. (BRASIL, 2005, p. 13).

Assim, Sachs (2008) destaca cinco pilares para o desenvolvimento sustentável:

- Social, tratando o desenvolvimento sustentável como uma impulsionador da equidade social;
- Ambiental, no que tange a responsabilidade de conservação dos recursos naturais;
- Territorial, relacionando a distribuição espacial das populações e recursos;
- Econômico, procurando desenvolver a econômica de forma justa, includente e responsável; e por fim,
- Político, onde a "governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença" (SACHS, 2008, p. 16)

É fundamental, para que de fato o desenvolvimento sustentável ocorra de forma responsável a todo o sistema que esses pilares progridam simultaneamente, de forma à se harmonizarem para uma construção a longo prazo.

Dentro dos direitos atribuídos ao desenvolvimento sustentável, ressalta-se o direito ao emprego decente, onde a partir deste as populações terão condições de diminuir as desigualdades existentes entre si e usufruir de suas liberdades essenciais. A geração de "emprego do crescimento deve ser tratada como uma variável no planejamento do desenvolvimento, pois é a chave de estratégia de desenvolvimento includente" (SACHS, 2008, p. 42). Deve primeiramente se pautar

no acesso às oportunidades de trabalho, remuneração, proteção e participações sociais de forma includente, e na geração de renda e riqueza. Dessa maneira, o desenvolvimento oportuniza a sociedade de usufruir de todos os outros direitos básicos, como saúde, boa alimentação, educação, lazer, como também direito a felicidade e auto-realização, como explica Sachs (2008, p. 35):

O desenvolvimento pretende habilitar cada ser humano a manifestar potencialidades, talentos e imaginação, na procura da auto-realização e da felicidade, mediante empreendimentos individuais e coletivos, numa combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo dedicado a atividades não produtivas. A boa sociedade é aquela que maximiza essas oportunidades, enquanto cria, simultaneamente, um ambiente de convivência e, em última instância, condições para a produção de meios de existência (livelihoods) viáveis, suprimindo as necessidades materiais básicas da vida - comida, abrigo, roupas - numa variedade de formas e de cenários - família, parentela, redes, comunidades.

Nessa perspectiva, elucida-se pensamentos como os de Diegues (1991) em sociedades sustentáveis, Leff (2008) com descentralização da economia e Sachs (2008) com sua proposta de produtividade maior e mais empregos, no qual os autores propõem uma visão mais local do que global, onde cada população e cultura distinta possa usufruir de dos recursos naturais e culturais de forma responsável, e de seus direitos básicos a partir de padrões e realidades de desenvolvimento local, não universal. Dessa maneira a sociedade sai do "círculo vicioso no qual a pobreza gera mais pobreza" (BRASIL, 2005, p. 15) e passa a construir através de seu emprego digno, condições reais de usufruir seus direitos e liberdades essenciais.

2. TURISMO, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO

2.1 Turismo e desenvolvimento sustentável

O turismo como fenômeno social, cultural, político e territorial de intensa influencia econômica para as regiões e proximidades onde se estabelece é uma atividade em constante desenvolvimento em todo o mundo, desenvolvendo regiões,

incrementando renda e em muitos casos sustentando a economia do local em que está inserido (DIAS, 2008).

Com o tempo observou-se nessa atividade a oportunidade de desenvolver facilmente regiões que possuíssem potencialidades turísticas históricas, ambientais e/ou culturais, dando-lhes crescimento econômico.

Essa oportunidade foi bem vista principalmente por países em desenvolvimento, que viram no turismo a forma mais rápida e fácil de salvar a economia do país, investindo na receptividade aos turistas para que os mesmos deixassem na região receita e lucros financeiros (DIAS, 2008).

Resultando dessa atividade, maior renda para as populações que participassem direta e indiretamente dessa prática, dinamizando o consumo e consequentemente o mercado e o giro de moeda, assim, aumentando a receita do país. Como enfatiza Ruschmann (1999, p. 42), “os efeitos do turismo para uma renda nacional têm sido mais concentrado em virtude da ‘salvação’ de muitos países com economias debilitadas, pelo ingresso de moedas estrangeiras ‘fortes’”.

Segundo a *World Travel and Tourism Council* (WTTC) que tem medido o impacto econômico dessa atividade desde 1991, só no Brasil o Turismo contribuiu com R\$ 131 bilhões para o PIB (produto interno bruto) nacional, e possui estimativas de crescimento de 5,1% por ano até 2023 (WTTC, 2013).

Todavia, observa-se nessa atividade uma visão capitalista, voltada apenas para os impactos financeiros, que afetam diretamente na economia geral da região, medido principalmente por seu PIB, porém, como já exposto o PIB se tora um indicador incompleto em relação ao desenvolvimento social.

Na realidade turística contemporânea o que se exhibe é um turismo "que vem de cima para baixo" (CORIOLANO, 2003, p. 63), onde o poder capitalista desenvolve a atividade, voltando-se para o lucro financeiro dos de maior poder aquisitivo e marginalizando a comunidade local do desenvolvimento de sua região. Servindo as mesmas apenas de receptoras, mas não interagindo com o turismo (CORIOLANO, 2003).

Essas ações acabam por tornar o discurso de "desenvolvimento local", construído pelo setor turístico capitalista, um mito para a comunidade local que perde com os impactos sociais e ambientais causados em sua região.

Nessa perspectiva ao desenvolvimento do turismo, destacam-se também outros impactos de caráter não econômicos. Onde estes, sendo positivos ou

negativos, podem se destacar como socioculturais e ambientais. Esses diversos impactos “ são a consequência de um processo complexo de interação entre os turistas e as comunidades e os meios receptores” (RUSCHMANN, 1999, p.34).

Os impactos socioculturais positivos, explicitados por Ruschmann (1999), se transpõem na valorização do artesanato local, revitalizando em algumas regiões o interesse da comunidade local em produzir o que é original de sua cultura, através do interesse dos turistas pela cultura do meio em que visitam; bem como a valorização da herança cultural, onde a partir do turismo as comunidades receptoras começarão a evidenciar suas práticas culturais típicas e mostrá-las aos que vem observar sua cultura por meio do turismo. Também destaca-se como um impacto positivo às comunidades receptoras, mediante a valorização das riquezas do local visitado a própria comunidade atenta para suas riquezas e passam a ter orgulho de seus costumes e cultura; e por fim, aos impactos positivos, a valorização e preservação do patrimônio histórico, visando uma maior preservação do patrimônio para a utilização e continuidade da atividade turística.

Em contrapartida os impactos negativos, se evidenciam principalmente na descaracterização do artesanato, com a produção de *souvenirs*, voltado unicamente para o consumo turístico, criando uma produção sem identidade cultural local e atendendo a um artesanato de massa, global; a vulgarização das manifestações tradicionais buscando adaptar as manifestações locais a uma forma mais simplista de atender as expectativas dos turistas, neutralizando assim o choque cultural e perdendo as nuances das práticas tradicionais; e destruição do patrimônio local, (RUSCHMANN, 1999).

Ao que se refere os impactos ambientais, é de costume evidenciar os impactos negativos, visto que a poluição das águas, ar, solo, sonora a perda da biodiversidade podem causar consequências irreversíveis ao ambiente natural apropriado pelo turismo, tendo como possível decorrência a extinção de determinados ambientes naturais, afetando diretamente a atividade turística (SWARBROOKE, 2000).

Apesar das evidentes desvantagens e prejuízos estudados como impactos ambientais negativos, atualmente, a ela também cabe alguns impactos positivos, como o investimento de empreendedores turísticos na preservação da natureza através da atividade turística para serem utilizadas em medidas conservacionistas; utilização mais racional do meio ambiente e maior conscientização de sua

conservação; descobertas de regiões ainda não valorizadas desenvolvendo programas especiais como o turismo ecológico e o Ecoturismo que tem como intuito o desenvolvimento da prática turística junto a conservação da natureza e minimização dos impactos negativos à mesma (MOLINA, 2001).

Muitas vezes quando se fala em desenvolver o turismo, é comum somente se analisar os impactos econômicos positivos, que em curto prazo são animadores, deixando de lados as influências que essa atividade possa vir a oferecer para o meio ambiente e a cultura local.

Quando mensura-se os impactos do turismo, os econômicos são mais fáceis de medir, pois os ambientais e socioculturais tratam, em si, de componentes intangíveis, ao passo que a maioria dos dados coletados sobre a atividade turística advém de dados quantitativos de curto prazo, tornando-se difícil a análise dos impactos ambientais e socioculturais, que só costumam a ser observados a longo prazo, quando os efeitos negativos à esses impactos se acentuam (RUSCHMANN, 1999).

A partir do momento que o turismo começa a se desenvolver em uma região e dar-se ênfase apenas às necessidades em curto prazo, com a criação de infraestrutura para bem receber os turistas; como restaurantes, meios de hospedagem e vias de acesso, esquecendo-se da própria comunidade local e o meio ambiente, que muitas vezes é o indutor do desenvolvimento turístico na região, cria-se como consequência uma sucessão de impactos que não necessariamente serão visto a curto prazo, mas à médio e longo prazo, sendo em alguns casos, de consequências irreversíveis, principalmente no que diz respeito ao meio ambiente e a cultura local.

Tanto a construção de empreendimentos para atender a demanda turística em uma localidade, quando o descaso com as questões que envolvem a comunidade local e o meio ambiente, podem culminar em sérios impactos negativos para a atividade turística em questão. Principalmente ao meio ambiente, pois é nele que se encontra o alicerce para a sustentação do turismo em muitas regiões, podendo até em caso extremo ocasionar a extinção da potencialidade turística.

Diante das questões atuais aonde se vem percebendo a importância da conservação da natureza não só na prática turística, mas também em âmbito geral, quando a sociedade parece atentar para o novo modo de consumo, se preocupando com as questões ecológicas e tornando-se consumidores mais conscientes e

exigentes quanto ao modo de produção, sejam eles de bens ou serviços, ambientalmente corretos, as empresas como um todo vem reavaliando seu modo de produzir e vender. No turismo esse novo conceito ultrapassa as questões de “marketing verde” ou diferencial competitivo e chega a um patamar de sobrevivência, pois a degradação e descaracterização do ambiente onde as atividades turísticas estão sendo desenvolvidas podem levar a extinção do atrativo turístico, sendo na maioria dos casos impossível a reestruturação do meio e consequentemente do turismo na região (GONÇALVES, 2004).

Tomando por base essa nova visão e as consequências negativas geradas pelos impactos ocasionados a natureza, torna-se importante mencionar o conceito de turismo sustentável da Organização Mundial de Turismo (2001, p.68):

[é] aquele que atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro.[...] respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida.

Ainda podendo destacar o desenvolvimento social, essa modalidade de turismo pauta-se em pilares sociais, econômicos e ambientais que, se juntos, podem desenvolver e valorizar de forma responsável e igualitária uma região, construindo assim um desenvolvimento que priorize a qualidade de vida de sua população.

De modo que não só os impactos negativos ao meio ambiente e comunidades locais sejam ressaltados, mas também os positivos, e que esses possam predominar no planejamento e desenvolvimento do turismo em qualquer região. Oferecendo impactos positivos como programas de proteção da biodiversidade local, campanhas e projetos de educação ambiental tanto para os moradores, como para os próprios turistas; conscientização ambiental e cultural, desenvolvimento do orgulho étnico e estruturação da comunidade local como protagonistas do turismo em sua região.

Esse novo modo de ver o turismo busca desenvolver um turismo consciente onde os turistas e a própria comunidade local sustentem a atividade turística de tal forma que minimizem os impactos negativos futuros.

Entretanto, ao se tratar do termo sustentabilidade, a princípio é corriqueiro relatá-lo apenas para as questões referentes ao meio ambiente. Exatamente porque a natureza e os impactos negativos ocasionados a ela, pela apoderação irresponsável e seu mau uso, ganharam grandes proporções e tornou-se de

conhecimento da sociedade em geral, vindo a acontecer mais especificamente, a partir da Segunda metade do século XX e principalmente do ano de 1987 com a elaboração do Relatório de Brundtland ou também intitulado “Nosso Futuro Comum”, que introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável, afirmando que o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades atuais, sem afetar a capacidade das gerações futuras de prover suas necessidades (CHAMUSCA e CENTENO, 2006), bem como procurou priorizar a satisfação das camadas mais pobres da população e definir condições básicas para a conservação dos recursos naturais e ecossistemas.

De fato as maiores preocupações relacionadas à sustentabilidade foram referentes ao meio ambiente, já que era a partir de sua degradação que os problemas da sociedade viriam a acontecer como consequência. Levando em conta as trágicas consequências que o meio de produção da época vinham provocando à natureza, trazendo a tona a vertente que os recursos naturais eram finitos e, não ao contrário como se pensava e, a importância da preservação para o não esgotamento desses recursos.

No entanto, quando tratamos o conceito de sustentabilidade é importante colocá-lo em um alicerce de três extremos, os quais podem chamar de tripé da sustentabilidade, levando em consideração a sustentabilidade ecológica, sociocultural e econômica, até porque quando se trata de meio ambiente, não se pode restringi-lo apenas ao meio natural, como ratificam Chamusca e Centeno (2006) expondo que o termo meio ambiente além de incluir o meio natural, também inclui o meio artificial de realizações materiais humanas, como o meio sociocultural e o político-institucional. Dando ênfase a conservação ambiental, mas sem negligenciar a sociedade e sua cultura, que também participa do meio, bem como sua sobrevivência econômica, afinal de contas vivemos em um mundo de sobrevivência capitalista.

Da mesma forma acontece no turismo, o termo "turismo sustentável" remete-se tão logo à natureza, por rapidamente ser remetido ao termo "desenvolvimento sustentável", entendido por muitos como o desenvolvimento através da conservação do meio ambiente. Como por consequência é segmentado, leigamente, o turismo sustentável apenas aos turismo ligados a natureza, como o turismo ecológico, turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, Geoturismo, turismo náutico, de pesca, entre outros.

Entretanto, do mesmo modo que o conceito de desenvolvimento sustentável abrange aspectos socioculturais e econômicos, procurando promover o equilíbrio entre tecnologia e natureza, na busca de desenvolver a igualdade social (CHAMUSCA E CENTENO, 2006) o turismo também se apodera desses alicerces. O turismo sustentável também participa dessa afirmativa, envolvendo todas as formas de turismo, não só as relacionadas e/ou praticadas na natureza, com o intuito de desenvolvê-las responsavelmente, preservando-as para os turistas futuros. Como argumenta O Ministério do turismo (2010, p. 19) ao corroborar com a afirmativa, nesse caso usando o exemplo do ecoturismo, de que

Reconhece-se que o Ecoturismo tem liderado a introdução de práticas sustentáveis no setor turístico, é importante ressaltar a diferença e não confundi-lo como sinônimo de Turismo Sustentável. Sobre isso, a Organização Mundial de Turismo e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente referem-se ao Ecoturismo como um segmento do turismo, enquanto os princípios que se almejam para o Turismo Sustentável são aplicáveis e devem servir de premissa para todos os tipos de turismo em quaisquer destinos.

De tal maneira que seu desenvolvimento traga benefícios a comunidade receptora e não mais impactos negativos e malefícios a essas regiões, como, relata a WWF-Brasil (2003, p. 21), onde ressalta que

Independente da tipologia adotada, para que o turismo seja sustentável, é necessário que a atividade seja praticada de forma racional, duradoura e que contribua para a melhoria da qualidade de vida de uma grande parte da população local. Deverá ainda visar a conservação do patrimônio natural e cultural e desenvolver atividades lucrativas que possam garantir sua manutenção ao longo do tempo.

Vemos então a importância de definir todo turismo como sustentável a fim de otimizar o setor turístico e fazer com que ele possa se desenvolver junto com e para a comunidade em que está inserido.

O turismo sustentável, para muitos autores é aquele que satisfaz as necessidades dos turistas atuais harmonizando suas operações com o meio ambiente local, comunidade e culturas, tratando-os como os principais beneficiados ao invés de vítimas desse desenvolvimento, para oportunizar a prática desse mesmo turismo para as gerações futuras.

No entanto a WWF-Brasil prefere tratar esse tipo de turismo como “turismo responsável” por salientar que o setor turístico é dinâmico, envolvendo projetos e

produtos de diversos segmentos econômicos e sociais, os quais influenciam direta e indiretamente no turismo, dessa forma existem algumas atividades de difícil minimização de impactos, citado pela própria ONG “como o controle das emissões de CO₂ dos meios de transporte turísticos, principalmente o aéreo” (WWF-Brasil, 2003, p. 22), nessa esfera a WWF-Brasil, procura tratar o turismo sustentável, valorizando e minimizando, onde possível, os impactos dos recursos naturais, cultura e comunidades locais.

Seja qual for a modalidade do turismo ou a nomenclatura a ser utilizada o importante é dar ênfase a sustentabilidade do processo, para que minimizem-se os impactos da atividade turística, valorizando a cultura local, para preservar as próximas atividade turísticas resguardando os atrativos como um bem das nações atuais e futuras.

2.2 Ecoturismo e seus princípios

O ecoturismo caracteriza-se como uma modalidade de turismo na natureza, assim como também são o turismo ecológico, turismo rural, turismo de aventura, geoturismo, agroturismo, entre outros. O que na verdade os diferenciam são as formas como irão ser praticados, os atrativos que os interessam e os princípios que o regem.

O termo “ecoturismo” vem sendo associado com frequência a atividades e conceitos que não necessariamente refletem as definições aceitas por especialistas. Ocorrem confusões relacionadas com “turismo de natureza”, em locais com belas paisagens ou atrativos naturais, bem como com o “turismo de aventura”, em que atividades esportivas são realizadas em meio a natureza. Mas para ser considerado ecoturismo, é necessário que uma série de princípios, que permeiam desde a contratação dos serviços até as relações sociais subjacentes, sejam considerados. (WWF- BRASIL, 2003, p. 25)

Não diferente das outras modalidades, mas categoricamente, o ecoturismo tem a preocupação com a conservação da natureza e preservação das comunidades autóctones, promovendo a conscientização e educação ambiental.

Por ter princípios focados principalmente no planejamento contínuo do turismo para maior minimização dos impactos possíveis, ele tende a ser a forma mais suave de inserir a conscientização e conservação da natureza, tanto nas

comunidades locais como nos turistas, que são aqueles que mais usufruem da atividade e do meio em que é desenvolvido, bem como a forma mais próxima e concreta para por em prática o desenvolvimento sustentável, como coloca Campos (2005, p.3):

Os autores caracterizam o ecoturismo como sendo a resposta aos problemas causados pela falta de um desenvolvimento sustentável, mostrando assim ser a alternativa possível. Isto porque os autores consideram que o ecoturismo pode vir a diminuir a exploração dos recursos florestais, gerar lucro e receitas para administrar as áreas de proteção, e dessa forma, efetivar o discurso de desenvolvimento sustentável. É importante definir o verdadeiro conceito de ecoturismo, porque antes mesmo de ser um turismo realizado no meio ambiente ele tem a preocupação.

Todavia, mesmo com um conceito já formado, apesar das confusões entre os autores, Costa (2002) resalta que o conceito prático de ecoturismo se torna muito relativo, dependendo do local onde se está inserido, quando exemplifica que:

Em toda a Europa, pouquíssimas são as áreas naturais ainda existentes, e essas, normalmente, só se mantiveram naturais porque não puderam ser exploradas (belezas naturais tombadas, locais com climas de difícil acesso, locais de difícil adaptação...). Para os estudiosos do turismo de países europeus, sobretudo os pequenos países, ecoturismo e agroturismo dizem respeito a um mesmo ambiente, o rural, pois eles não possuem mais o natural. No Brasil a realidade é completamente diferente. Temos uma natureza exuberante em um vastíssimo território; possuindo, também, a área rural com potencialidades a serem exploradas pelo turismo. (COSTA, 2002, p. 23)

Nesse sentido, deve-se compreender de uma forma geral que o que deve ser deixado em evidencia no ecoturismo é a necessidade de ter como prioridade os princípios que regem a sustentabilidade e não tão somente as atividades praticadas em seu desenvolvimento. No Brasil, antes da década de 1980 as nomenclaturas mais utilizadas para o turismo na natureza eram o turismo verde, turismo de natureza, turismo natural, todavia em suas práticas nada havia sobre conscientização ambiental, além de serem praticados por poucos naquela época e sem nenhuma orientação adequada. Mas foi no período de 1987 que surgiram as primeiras iniciativas governamentais para a normatização desse mercado e já na década de 1990 estipulou-se a utilização de um termo mais específico para essa atividade do turismo na natureza, chamando-o de ecoturismo (COSTA, 2002). Foi então em 1991 que a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) conceituou ecoturismo como

Turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica. (EMBRATUR, 1991, p. 26).

Contudo, conceituações mais recentes foram surgindo, buscando abranger maiores aspectos para essa atividade, sobretudo incluir o bem estar das comunidades receptoras, foi assim que a Sociedade Internacional de Ecoturismo (*The International Ecotourism Society* - TIES) conceitua Ecoturismo como *"viagem responsável a áreas naturais que conserva o meio ambiente e melhora o bem-estar da população local"* (1990)

Ainda, corroborando com a conceituação da TIES, já em 2010, o Ministério do turismo (2010, p. 17) definiu ecoturismo como "um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações."

De forma que o ecoturismo se baseia em características mais específicas sobre a conversação do meio ambiente em que está inserido do que qualquer outro turismo praticado na natureza, pois procura a valorização das culturas tradicionais locais, a acessão do desenvolvimento sustentável, a minimização dos impactos ao meio ambiente e a cultura local, o envolvimento econômico efetivo das comunidades locais, a promoção da educação ambiental e disseminação do conhecimento da natureza aos turistas e comunidade receptora (EMBRATUR, 1994).

Segundo a TIES (2014), os princípios do ecoturismo visam minimizar os impactos geral, sobretudo ao meio ambiente; produzir consciência e respeito cultural e ambiental; conceder benefícios financeiros diretos para a conservação do meio ambiente, estimular experiências positivas para turistas e comunidades receptoras; e captar benefícios financeiros para a população local.

Mediante, os princípios destacados pelo desenvolvimento ecoturístico, onde no Brasil o seu desenvolvimento se dá principalmente em áreas naturais conservadas, conseqüente da diversa riqueza natural existente no país o Ministério do Turismo, no Caderno *Ecoturismo: Orientações Básicas* (2010), buscou orientar as

possibilidades de atividades à serem desenvolvidas pelo ecoturismo, como mostrados no Quadro 1:

Quadro 1: Atividades praticadas no âmbito do Ecoturismo

Atividades	Descrição
Observação de fauna Relaciona-se com o comportamento e <i>habitats</i> de determinados animais.	Aves – atividade conhecida como <i>birdwatching</i> , demanda equipamentos específicos, cujo uso não é imprescindível, mas facilita e aumenta o aproveitamento da atividade. Ainda pouco desenvolvida no Brasil, possui perspectiva de se configurar como produto de destaque no mercado internacional, já que o País ocupa o terceiro lugar no mundo em matéria de diversidade no gênero, com um total de 1.832 espécies, das quais 234 endêmicas.
	Mamíferos – o Brasil, que possui um número significativo de espécies de mamíferos do mundo, apresenta algumas espécies consideradas ícones da nossa fauna, como a onça-pintada, o tamanduá-bandeira, a anta e o lobo-guará. Apesar da observação de determinados animais – especialmente os de hábito solitário, discretos e com atividade noturna ou crepuscular – ser difícil, é possível identificá-los e, de certa forma, conhecê-los, mesmo sem vê-los de fato, por meio da observação indireta de seus rastros (tocas, trilhas, restos alimentares, fezes e pegadas).
	Cetáceos – como baleias, botos e golfinhos, também conhecida <i>whalewatching</i> e <i>dolphinwatching</i> . Pode ocorrer de estações em terra (na costa e beiras de rios e lagos), de embarcações ou mergulhando. Nesse caso, merece atenção a regulamentação específica ⁴³ que reúne medidas para possibilitar a observação sem perturbar o ambiente e sem comprometer a experiência do turista.
	Insetos – muito desenvolvida em outros países, como nos Estados Unidos, a observação desses animais vem ocorrendo no Brasil ainda timidamente – borboletas, vespas e abelhas, formigas, besouros, moscas e inumeráveis outros. No processo de identificação de insetos também são analisados vestígios e aspectos – folhas utilizadas para alimentação, lagartas, vermes, crisálidas etc.

	Répteis e anfíbios – considerado o primeiro em espécies de anfíbios e o quarto em répteis, destaca-se no País a observação de salamandras, sapos, rãs, pererecas, tartarugas, jacarés, lagartos, cobras. Sobre esse assunto, apontam-se os projetos brasileiros para a conservação da tartaruga marinha e do tracajá.
Observação de fauna Relaciona-se com o comportamento e <i>habitats</i> de determinados animais.	Peixes – a observação geralmente ocorre pela flutuação ou mergulho, com ou sem o uso de equipamentos especiais, em ambientes marinhos ou de água doce. Além de seu reconhecido papel nos ecossistemas aquáticos, os peixes têm forte apelo estético para atração de visitantes e reforçam o espetáculo de ambientes aquáticos privilegiados por ampliar o contato das pessoas com a ictiofauna. Nesse sentido, merecem destaque os projetos de conservação para cavalos-marinhos, os atrativos turísticos em rios de regiões calcárias (como por exemplo, na Serra da Bodoquena/MS) e as piscinas naturais presentes em todo o País.
Observação de Flora	Permite compreender a diversidade dos elementos da flora, sua forma de distribuição e as paisagens que compõem um bioma, devendo estar associada às possibilidades de interação com a fauna silvestre existente na localidade e região. Os usos tradicionais das comunidades locais sobre as plantas (usos medicinais, cosméticos, ornamentais) despertam muito interesse, podendo ampliar as experiências dos visitantes e promover o uso sustentável de elementos que integram as áreas visitadas.
Observação de formações geológicas	Atividade ainda tímida no País que consiste geralmente em caminhada por área com características geológicas peculiares e que oferecem condições para discussão da origem dos ambientes (geodiversidade), sua idade e outros fatores, por meio da observação direta e indireta das evidências das transformações que ocorreram na esfera terrestre.
Visitas a cavernas	Atividade recreativa originada da exploração de cavidades subterrâneas, também conhecida por espeleologia – estudo das cavernas. As cavernas atuam como <i>habitat</i> ideal para a conservação de espécies ameaçadas de extinção, tanto da fauna como da flora e cada vez mais, tornam-se fontes de atividades economicamente importantes, das quais advêm benefícios financeiros, tais como o Ecoturismo e a prática de esportes e de recreação. Além de exercerem

(Espeleoturismo)	fascínio pela grande beleza cênica que apresentam e por representar um desafio para a humanidade, são reservas hidrológicas estratégicas para o abastecimento de cidades, agricultura e indústrias.
Observação Astronômica	Observação de estrelas, astros, eclipses, queda de meteoros, em locais preferencialmente com reduzida influência de iluminação artificial.
Mergulho livre	Mergulho no mar, rios, lagos ou cavernas com o uso de máscara, <i>snorkel</i> e nadadeiras, sem equipamentos autônomos para respiração.
Caminhadas	Percursos a pé em itinerário predefinido. Existem caminhadas de um ou mais dias com a necessidade de carregar parte dos equipamentos para pernoite em acampamentos ou utilizando meios de hospedagem, em pousadas ou casas de família.
Trilhas Interpretativas	Conjunto de vias e percursos com função vivencial, com a apresentação de conhecimentos ecológicos e socioambientais da localidade e região. Podem ser autoguiadas por meio de sinalização e mapas ou percorridas com acompanhamento de profissionais, como Guias de Turismo e Condutores Ambientais Locais. As trilhas podem ser um dos principais atrativos de uma localidade, mas em função da quantidade de informações disponíveis no ambiente, faz-se necessário identificar locais de maior potencial de atratividade ao visitante, para que este possa ter ampliado sua satisfação e interesse nos momentos de interatividade. A depender da trilha e do grau de dificuldade, podem conter sinalização, equipamentos de proteção e facilitadores – corrimões, escadas e pontes, proporcionando interação no ambiente e a compreensão da responsabilidade para com os recursos naturais.
Safáris fotográficos	Itinerários organizados para fotografar paisagens singulares ou animais que podem ser feitos a pé ou com a utilização de um meio de transporte.

Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO (2010, p. 28-30)

O ecoturismo ainda pode se dividir em modalidades de atividades físicas de baixo impacto e de alto impacto, à depender da atividade que vai ser desenvolvida. As de baixo impactos são atividades que ao serem praticadas pouco ou nada

perturbam o meio ambiente, a esse ecoturismo, pode-se atribuir a nomenclatura de ecoturismo “light”. Atividades como fotografia, observação de aves, caminhada contemplativa, filmagens amadoras, trilhas interpretativas, safares fotográficos, voos panorâmicos, observações panorâmicas de paisagens, mergulhos apreciativos, passeios de balsas, jangadas e canoas, expedições com bases científicas, entre outras (COSTA, 2002).

Independente de seu impacto o ecoturismo busca viabilizar a região onde se desenvolve um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico da localidade, beneficiando a comunidade local, a valorização da cultura local e a preservação do meio ambiente, pois o mesmo assenta-se no tripé, de interpretação, conservação e sustentabilidade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010), e tal como o desenvolvimento sustentável não deixando nenhuma das pontas do tripé desamparado ou desequilibrado.

2.1.1. Ecoturismo em Unidades de Conservação

No Brasil, os locais onde mais se estabelecem o ecoturismo são em áreas naturais públicas e nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), que possuem grande potencial para a realização do ecoturismo devido a sua vasta riqueza natural. Essas áreas além de terem como objetivo principal de sua criação a conservação do meio ambiente, desenvolver a qualidade de vida das comunidades que vivem em seu entorno, a junção dessas duas potencialidades, natureza e cultura, tornam-se atrativos consideráveis para o turismo, como diz o Ministério do Meio Ambiente (2007, p.9):

O Brasil apresenta um vasto conjunto de áreas naturais com grande potencial para fortalecer o turismo no país, muitas dessas protegidas em Unidades de conservação – UC. A riqueza dos biomas brasileiros e a diversidade cultural do país são atrativos singulares para a oferta de produtos turísticos diversificados e de qualidade.

Essas áreas protegidas chamadas de Unidades de Conservação (UCs), onde segundo a LEI Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), é um

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído

pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (LEI Nº 9985/2000, Cap. 1, Art. 2º, Inciso I)

As UCs são divididas em dois grandes blocos, as UCs de Proteção Integral e as UCs de Uso Sustentável.

As UCs de proteção Integral que tem por finalidade básica a conservação integral da natureza, sendo apenas permitido atividades educacionais, científicas e recreativas, ou seja, as únicas atividades humanas permitidas nessas áreas são a pesquisa e visitação; sendo proibido qualquer extração e comercialização dos recursos naturais. Essas áreas são subdivididas em Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (LEI Nº 9985/2000, Cap. 3, Art. 7º)

Já as UCs de Uso Sustentável tem o intuito de harmonizar a utilização de parte de seus recursos naturais e a conservação da natureza, permitindo o seu direito de seus recursos, “ou seja, permite-se sua extração e comercialização, desde que seja realizado de uma maneira sustentável, respeitando os limites da natureza e indicado em um plano de manejo” (CÉSAR *et al*, 2007), sendo entre os grupos de UCs, o que mais pode desenvolver, sem muitas restrições o ecoturismo. Essas são divididas em Área de Proteção Ambiental (APA), Reserva de Fauna, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Extrativista, Reserva Particular do Patrimônio Natural e Floresta Nacional (LEI Nº 9985/2000, Cap. 3, Art. 7º).

As Unidades de Conservação podem ser criadas pelos três poderes públicos, tanto o Municipal, como o Estadual ou Federal. Cada categoria de UCs possui suas regras específicas de uso que protegem seus recursos naturais. Mas são nos Parques Nacionais, Reservas Particulares do Patrimônio Natural e Áreas de Proteção Ambiental que o ecoturismo vem se estabelecendo.

A visitação em Unidades de Conservação também funciona como uma forma de incrementar o apoio econômico para a conservação da natureza nestas áreas e potencializar a utilização sustentável dos serviços vinculados aos ecossistemas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007, p.9).

Se dessa forma como já previsto por lei as Unidades de Conservação têm o intuito de preservar e conservar os ecossistemas para as gerações futuras, quando fala que:

o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (LEI Nº 9985/2000, Cap. 1, Art. 2º, Inciso II)

Procura-se também desenvolver e valorizar as comunidades residentes dessas áreas protegidas. Como relatado pelo Ministério do Meio Ambiente é fácil identificar que o ecoturismo é uma das melhores propostas para o desenvolvimento econômico e social para todas as UCs, tendo em vista os princípios, normas e valores que essa modalidade turística trás como prioridade.

Além dessas relações é fácil perceber diversas relações com o objetivo das leis de criação das unidades de conservação com as principais características e princípios do ecoturismo. Ainda segundo a Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000 que institui O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Capítulo 2, Art. 4º o SNUC tem por objetivo:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Se compararmos esses objetivos de criação com as diretrizes da política estadual do ecoturismo do estado de Minas Gerais, o qual foi o “o primeiro estado brasileiro a ter uma legislação que regulamenta o ecoturismo” (ALMG, 2003, p.1), poderemos perceber a equiparidade entre os objetivos e as diretrizes, analisando a Lei nº 14.368, de 19 de julho de 2002, Art. 3º:

- Art. 3º - São diretrizes da Política Estadual de Ecoturismo:
- I - a compatibilização das atividades de ecoturismo com a preservação:
 - a) do meio ambiente e da biodiversidade;
 - b) dos bens de valor histórico, artístico, arqueológico, paleontológico e espeleológico;
 - c) das formas de expressão e dos modos de criar, fazer e viver das comunidades envolvidas no projeto;
 - d) dos acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer;
 - e) das características das paisagens;
 - II - a conscientização da população local sobre a importância do ecoturismo, bem como a sua motivação e capacitação para a realização dessa atividade;
 - III - a prevenção da poluição ambiental;
 - IV - a geração de emprego e renda e a promoção de ações de incentivo ao desenvolvimento econômico da região.

Assim, a partir dessa comparação, observa-se que o ecoturismo, bem como suas práticas em unidades de conservação, vão muito além do que um lugar apropriado mais um tipo de “turismo da moda”. Trata-se de uma prática firmada e estabelecida por lei, quando relata a importância da visitação e educação ambiental, ao mesmo tempo que expõe a preocupação do uso sustentável dos recursos naturais e a qualidade de vida e valorização das práticas culturais das comunidades locais; de tal maneira que o tipo de turismo mais apropriado para esses ecossistemas será o próprio ecoturismo, justamente pelas diretrizes que o mesmo procura estabelecer.

2.2 Ecoturismo de Base Comunitária

O turismo vem durante os tempos se apresentando como recurso auxiliador no curso do desenvolvimento regional, sobretudo quando trabalhado sob as vertentes sustentáveis. Estruturando em seu planejamento recursos responsáveis para a atividade, possibilitando aos turistas e comunidades locais as satisfações de suas necessidades, tanto atuais como futuras (SAMPAIO et al., 2008).

Todavia, apesar dos inúmeros conceitos, estímulos e estudos sobre a sustentabilidade na atividade turística, ainda surgem incertezas se de fato ela pode ser alcançada, mediante a abrangência de suas premissas.

Para Rodrigues (2000) essa sustentabilidade é ilusória. Posto que a atividade turística apodera-se e produz território, através da paisagem e do espaço como objeto de consumo, sendo toda atividade de consumo impactante, gerando modificação do espaço e consequentemente destruição, chegando aos fins em uma produção destrutiva, ou seja, insustentável.

Ainda, há a evidencia da utilização da conceituação do turismo sustentável como pretexto do desenvolvimento de um "marketing verde" ilusório, por empresas turísticas que veem nesse conceito um potencial competitivo para a nova demanda de clientes conscientes existentes no mercado.

Entretanto, Irving (2009) salienta que a atividade turística vem introduzindo, nos últimos anos, o comprometimento com a conservação dos recursos naturais e culturais, bem como com a inclusão social de comunidades locais à potencialidade turística, tanto no que tange o desenvolvimento de políticas públicas, como na demanda turística atual.

E o ecoturismo, como já exposto anteriormente, surge como uma atividade que propõe a sustentabilidade e minimização dos impactos à atividade turista. Buscando a valorização do patrimônio natural e cultural, angariando estratégias que possam evidenciar as potencialidades das atividades turísticas, agregando valor as potencialidades culturais e subsidiando a qualidade de vida das comunidades receptoras e a conservação do meio ambiente.

Nesse sentido, pode-se considerar que é permitido dizer que "o ecoturismo provoca e satisfaz o desejo que o turista tem de estar em contato com a natureza, explorando o potencial turístico, de forma a visar à conservação e ao desenvolvimento evitando o impacto negativo" (MACEDO et al. 2011, p. 442).

Contudo, como toda modalidade de turismo, se não regulamentada e monitorada, esta pode causar perturbações aos ambientes naturais e comunidades locais, gerando impactos ambientais e sociais dificilmente revertidos. Nessa perspectivas, temas como a participação e apropriação local das atividades turísticas, por parte das comunidades, vem sendo incessantemente expostos e discutidos .

Grande parcela das comunidades litorâneas no Brasil sofrem com os impactos da atividade turística. Essas comunidades que muitas vezes são colônias pesqueiras transformam-se em centros turísticos de abrangência até mesmo internacional e conseqüentemente perdem suas peculiaridades culturais para a padronização do modelo de qualidade internacional (BARBOSA et al., 2008).

Essas comunidades acabam perdendo seu espaço e características culturais que vão sendo atropelados pela atividade turística de alto padrão que exclui população local da competitividade de mercado em seu próprio território. Grande parte dessa população fica a mercê do crescimento econômico e dos benefícios gerados pelo turismo globalizado (BARBOSA et al., 2008).

Essas questões, observadas por estudiosos da área, salientam a preocupação de promover o turismo introduzindo ferramentas de inclusão social. Onde, esta inclusão só pode ser possível através do envolvimento comunitário como base da real sustentabilidade do desenvolvimento turístico.

Contudo, para a afirmação da participação comunitária no desenvolvimento turístico se faz necessário fomentar um Turismo de Base Comunitária, que segundo Irving (2009, p. 111) é o turismo que "favorece a coesão e o laço social, o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento".

As atividades turísticas construídas a partir de bases comunitárias "têm características harmônicas, que estão fundamentadas na autodeterminação, na valorização da população nativa e no respeito ao meio ambiente" (MACEDO et al., p. 444).

Para Aguiar (2007), é perceptível que o turismo de base comunitária fundamenta-se no ser social e nas suas características sociais, culturais e no meio que os rodeia. Sendo o mesmo o protagonista do desenvolvimento turístico, tornando receptor e própria potencialidade turística.

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) traça princípios comuns sobre o TBC:

- Autogestão;
- Associativismo e cooperativismo;
- Colaboração mútua e parcerias
- Democratização de oportunidades e benefícios;

- Valorização da cultura local;
- Protagonismo das comunidades locais na gestão das atividades turísticas;

No Brasil, segundo o Ministério do Turismo, só em 2008 mais de quinhentos projetos foram inscritos no edital de chamada pública de seleção de Projetos de Turismo de Base Comunitária (TBC), para receber apoio do governo federal. Dentre esses projetos, foram escolhidos cinquenta para receber o apoio. Os mesmos estão espalhados por todos os estados brasileiros (BRASIL, 2008).

Somente na região nordeste foram escolhidos dezesseis projetos para serem apoiados, sendo sua maioria localizado no estado do Ceará com seis projetos contemplado. O estado possui uma rede de desenvolvimento de turismo comunitário bastante desenvolvida, que se organiza através da Rede Cearense de Turismo Comunitário (TuCum), a rede é referência de desenvolvimento, principalmente para as áreas litorâneas. A rede é constituída por comunidades da zona costeira cearense. Atualmente, possui a participação de dez comunidades costeiras, entre elas indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais (TUCUM, 2014).

Dentre os estados da região Nordeste contemplados com o apoio do governo federal, apenas a Paraíba não recebeu o apoio. Todavia, ainda não foi identificado nesse estado iniciativas concretas de desenvolvimento de TBC. Os projetos contemplados, em todo o Brasil, variam de atividades. Que vão desde atividades relacionadas com o mar e praia, à atividades históricas, culturais e rurais (BRASIL, 2008).

Contudo se considerarmos o TBC em seu desenvolvimento em áreas naturais e em especial em UCs, poderíamos concatenar o ecoturismo como modalidade em consonância ao TBC. Muitos destinos turísticos, encontram-se na presença de comunidades autóctones, sobretudo os destinos que são ou estão próximos a UCs. Essas comunidades, muitas vezes, vivem na região há gerações e possuem o direito de desenvolver de forma participativa e comunitária o turismo responsável na natureza, o ecoturismo, nas regiões que lhes são de origem (SANSOLO, 2009).

O ecoturismo, aliado a uma construção participativa e comunitária, buscará destacar de forma mais efetiva princípios que já são determinados na sua conceituação e que corroboram com os princípios do TBC. De maneira a desenvolver em conjunto o Ecoturismo de Base Comunitária (EBC), que segundo a WWF-Brasil (2003, p. 23) é definido como: “turismo realizado em áreas naturais,

determinado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade”.

O EBC baseia-se nos princípios da economia solidária e na promoção da interculturalidade, mas sobretudo destacando o meio ambiente como ponta do alicerce para seu desenvolvimento. Destacando não só a visão comunitária mas a consciência ambiental para o seu desenvolvimento. Estabelecendo uma relação com os turistas de harmonia social, cultural e ambiental.

2.3 Hospedagem domiciliar (*Bed and Breackfast* – Cama e Café).

Hospedagem domiciliar ou Cama e Café, como é denominado no Brasil – vindo da tradução do termo *Bed and Breackfast* -, segundo a Cartilha de Orientação Básica: Cama e Café, do Ministério do Turismo é o “meio de hospedagem oferecido em residências, com no máximo três unidades habitacionais, para uso turístico, em que o dono more no local, com café da manhã e serviço de limpeza” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 7). É uma modalidade de hospedagem que vem crescendo nos últimos tempos, principalmente com auxílio da internet que é a ferramenta usada para divulgar e efetuar reservas das residências disponíveis e também pelo novo perfil de turista que vem surgindo nos dias atuais, que buscam a valorização e conhecimento da cultura e costumes locais originais, bem como deixar de lado a impessoalidade que trazem os grandes hotéis, valendo resaltar também o baixo custo das diárias dessas pousadas domiciliares (PIMENTEL, 2007).

No entanto, apesar dessa modalidade vir criando vários adeptos na época atual, se analisarmos a história da hotelaria e hospitalidade, iremos perceber que sua prática vem bem antes da hotelaria se tornar uma atividade comercial.

O hotel teve geração paralelamente ao avanço do comercio entre as cidades. Quando viajantes precisavam passar de uma cidade a outra para fazerem seus negócios, mas na época só existiam meios de transportes lentos, como cavalos e charretes, então o tempo de viagem de uma cidade a outra era longo e os comerciantes tinham que parar em cidades próximas – com o incremento do comercio a se desenvolver em núcleos urbanos – para descansar ou passar a noite (POPP *et al.*, 2007). Havendo essa necessidade, os Monges ofereciam hospedagem e alimentação nos Mosteiros aos que estavam viajando, casas de famílias

disponibilizavam abrigos para os peregrinos e eram também oferecidos acomodações nos postos de articulação do correio. Ainda na Europa os donos de grandes palácios abriam suas portas para hospedar, sempre no sinônimo de gentileza. Naquela época hospedar “era uma virtude espiritual e moral” (POPP *et al.*, 2007, p. 8). A hotelaria como atividade financeira só veio efetivamente a acontecer junto com a Revolução Industrial e a formação do capitalismo. De toda forma, é fácil perceber que hospedagem em residências privadas era normal e foi pioneira na área de hotelaria e hospitalidade.

Mas, segundo relata-se, sua prática, para fins financeiros, surgiu nas Ilhas britânicas, quando habitantes tinham o costume de colocar placas fora de suas residências, tendo escrito *bed and breackfast*, para que os turistas soubessem quais casas ofereciam camas confortáveis e um bom café da manhã. Sua prática foi também bem difundida na Irlanda, Escócia e Inglaterra, principalmente quando donos de grandes mansões praticamente falidos viram grandes chances de ganhar dinheiro abrindo suas portas para a hospedagem em suas residências. Aos poucos vários outros países europeus começaram a desenvolver essa prática. E ainda hoje é uma prática bastante popular em toda a Europa (PIMENTEL, 2007).

Nos Estados Unidos, sua prática começou a ser instaurada, principalmente com o início da Grande Depressão em 1929, tendo registrado a pior e mais longa Diminuição da atividade econômica do século XX, grandes taxas de desemprego, quedas na produção industrial, quedas em ações, fizeram com que muitas pessoas disponibilizassem suas casas para hospedar viajantes, vendo nessa prática o acréscimo de uma renda extra ou fundamental para a família (PIMENTEL, 2007).

Porém, após a Segunda Guerra Mundial, nos países desenvolvidos houve um grande crescimento econômico e como por consequência o aumento da renda da população, aumentando o número de viajantes, vinculados a menos tempo de jornada de trabalho e mais tempo para o lazer, assim o turismo de desenvolvia prosperamente. Então, em 1950, houve um surto na construção de grandes hotéis incentivados por esse grande movimento turístico e as hospedagens domiciliares foram perdendo espaço para esses hotéis que vinham surgindo na época. E por muito tempo, essa modalidade de hospedagem foi desvalorizada. No entanto, atualmente com a proliferação do turismo independente e do novo perfil do turista, o qual vem percebendo nas hospedagens domiciliares não só mais um bom preço de

hospedagem, mas valorizam a interação efetiva com a cultura e os costumes locais, vivenciando-os de perto e interagindo diretamente com a comunidade receptora.

Além da vivência com a comunidade e cultura local a Hospedagem Domiciliar, sobretudo nas questões que envolvem o desenvolvimento sustentável possui uma série de impactos positivos e vantagens ao meio ambiente, turistas e comunidades locais, causando uma reciprocidade de diversos valores. Pimentel (2007, p.19) relata algumas dessas vantagens:

Entre elas o fato de que este não excede a capacidade de carga local, pois não exige novas construções; a renda é distribuída entre a comunidade; o modo associativo é estimulado; há um resgate dos modos tradicionais de moradia, alimentação, costumes, etc, o que se torna uma atração a mais para o turista; há um aumento da auto-estima da população local, a conservação urbana é estimulada (através de reformas nas fachadas, jardins, etc); cria-se uma nova opção de renda para quem está fora do mercado de trabalho; não há uma exigência que esta seja a única ocupação, ou ocupação principal, dos moradores, ou seja quem administra esse meio de hospedagem pode manter sua ocupação tradicional e não fica dependente exclusivamente do turismo; não cria concentração de muitos turistas em um só local pois se atende apenas pequenos grupos; não exige grandes investimentos iniciais; é uma fórmula menos formal vinculadas a turistas mais independentes; oferece uma recepção personalizada em uma atmosfera informal e descontraída e geralmente tem preços mais baixos e acessíveis.

Logo se percebe alguns aspectos que condizem com o desenvolvimento sustentável, principalmente quando as características da hospedagem domiciliar conduzem claramente para o desenvolvimento equilibrado do econômico, do social e do ambiental, como enfatiza o tripé da sustentabilidade.

Ainda compilando dados da autora e para reforçar o conceito da atividade como uma prática sustentável, podemos destrinchar características de meios de hospedagens sustentáveis, segundo Moscado, 1996 *apud* Pimentel (2007, p. 17), oportunizando a relação entre a Hospedagem Domiciliar com o Desenvolvimento Sustentável (Quadro 3):

Quadro 2: Características de meios de hospedagem sustentáveis

CARACTERÍSTICAS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM SUSTENTÁVEIS	
• • •	Pequena escala;
	Proprietários são moradores locais;
	Garantem oportunidade de emprego à comunidade local;

- Garantem outras oportunidades econômicas para a comunidade local;
- Estão espalhados pela região ao invés de localizados somente ao lado das principais atrações turísticas;
- Apresentam características, através do design ou das atividades oferecidas, que reflitam a região;
- Estimulam a proteção do patrimônio da região através do uso de construções já existentes e criando oportunidades interpretativas e/ou educacionais aos hóspedes, encorajando-os a fazer atividades sustentáveis minimizando os impactos biofísicos;
- Não impactam negativamente em outras indústrias ou atividades;
- Oferecem uma experiência de qualidade para os hóspedes;
- Devem ser economicamente viáveis (negócios de sucesso).

Fonte: (MOSCADO, 1996 *apud* PIMENTEL, 2007, p. 17)

A partir dessas referências, fica claro afirmar que a hospedagem domiciliar possui grandes propensões para se desenvolver sustentavelmente, quando analisamos três critérios básicos do turismo sustentável, a conservação do patrimônio turístico, seja ele natural ou modificado; a valorização e a minimização dos impactos as culturas locais; e a participação efetiva da população residente nas práticas turísticas e seu desenvolvimento econômico.

O Ministério do Turismo (2006) descreve que a prática da hospedagem domiciliar possibilita a inserção do turismo sustentável, quando retarda o surgimento de grandes empreendimentos hoteleiros, principalmente em áreas rurais e UCs.

Indo mais além, pode-se agregar valor à junção desses conceitos ao ecoturismo que efetivamente, procura promover as diretrizes do desenvolvimento sustentável, sendo a hospedagem domiciliar uma das ferramentas mais eficazes para a execução do ecoturismo em uma região, mais especificamente em UCs, pois como já foi explanado, são as Unidades de Conservação que necessitam de maior cuidado para o desenvolvimento do turismo, sendo também mais utilizadas para a modalidade no Brasil.

2.3.1 Hospedagem domiciliar no Brasil

A hospedagem domiciliar no Brasil é uma atividade nova em relação ao continente Europeu. Sua prática estruturada e organizada é bastante recente. Existem ofertas dessas hospedagens em vários estados brasileiros, principalmente em temporadas de grandes festejos em regiões específicas como é o caso do *October Fest* em Blumenau, o Boi Bumbá em Parantins e como foi nos Jogos Pan americanos em 2007 no Rio de Janeiro, tendo sua prática como forma de suprir a superlotação das cidades em determinadas épocas do ano por esses eventos específicos e pela falta de capacidade hoteleira nas mesmas.

As maiorias das residências que oferecem hospedagem estão agrupadas a redes, que são agências que organizam as reservas por site, para melhor divulgação de marketing e também melhor acesso e conhecimento do público.

A situação legal e organizativa pode variar. As hospedagens domiciliares podem ser formais – com CNPJ e registro no ministério do turismo; semi-formais – quando há uma instituição “guarda-chuva” dando apoio, como o Sebrae, Associação de Moradores, Secretaria de Turismo Municipal ou Estadual, etc; ou completamente informal (PIMENTEL, 2007, p. 38).

Não há regulamentação jurídica para esses meios de hospedagem, atualmente apenas um programa de cadastramento e classificação do Ministério do Turismo para os meios de hospedagem, onde a modalidade Cama e Café, como é denominado aqui no Brasil, pode possuir de uma estrela até quatro estrelas, o que será definido a partir de requisitos definidos pelo próprio Ministério do Turismo.

No entanto, é no Rio de Janeiro onde há maior número de redes organizadas de Hospedagem Domiciliar no país, tendo como principais exemplos a rede Cama e Café, que foi a primeira rede formal de *Bed and Breackfast* no Brasil, estabelecida em 2003 inicialmente no Bairro de Santa Tereza – RJ e a partir de 2006 começou também a operar em Olinda – PE; a Bed and Breackfast Brasil, criada em 2006, possui sede no Rio de Janeiro, mas possui casas em vários estados brasileiros, principalmente no litoral brasileiro, na Paraíba possui disponibilidade de residências na cidades de João Pessoa, nos Bairros de Tambauzinho, Dos Estados e Altiplano e na cidade de Baía da Traição; e a Favela Receptiva no Rio de Janeiro - RJ, localizada nas comunidades de Vila Canoas e Vila da Pedra Bonita, onde voluntários

disponibilizam hospedagem na favela e conta como o apoio incubadora afro-brasileira, patrocinada pela Petrobrás (PIMENTEL, 2007).

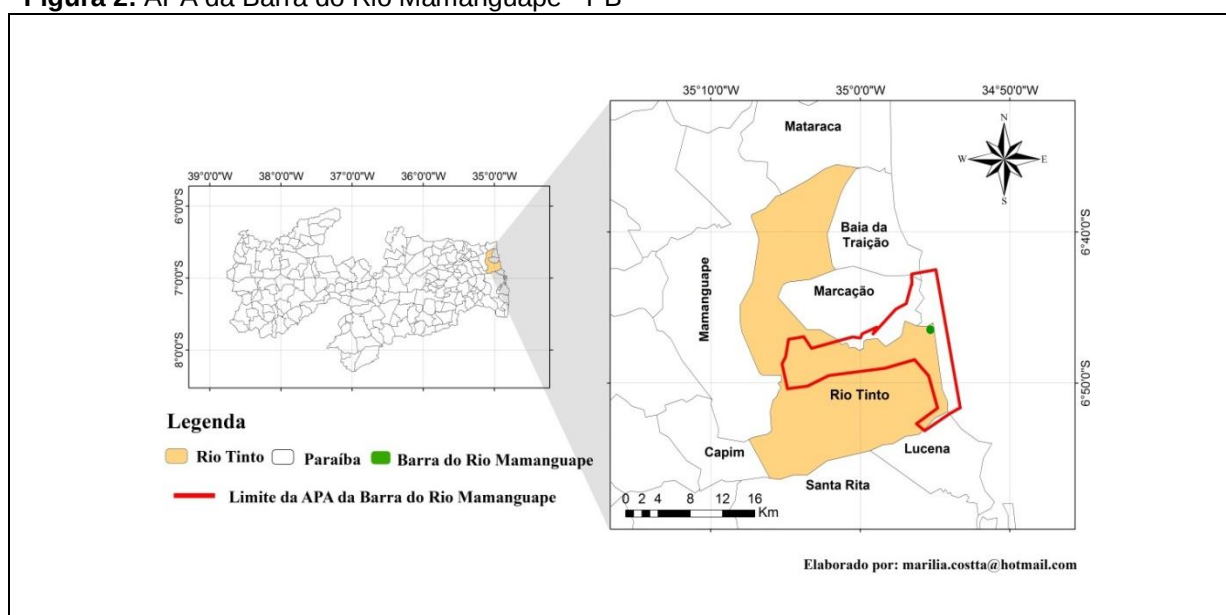
Várias outras redes em outras localidades também se destacam no país, como as Pousadas Domiciliares de Fernando de Noronha – PE, que são bastante parecidas com a hospedagem domiciliar, além de ser o único meio de hospedagem encontrado na ilha, são necessariamente residências transformadas em meio de hospedagem, mas o morador ainda continua residindo no local; também em Santa Catarina, uma associação de Turismo Rural que tem como foro a maneira de produção e o associativismo, mas também utiliza-se da prática da hospedagem domiciliar, o que serve para demonstrar as várias formas e vários modelos em que esse tipo de hospedagem pode se integrar. Na região do Seridó do Rio grande do Norte, existe um programa intitulado Cama, café e rede, que teve iniciativa do Sebrae-RN, com o objetivo de incrementar a demanda hoteleira na região, diversificando os meios de hospedagens para os turistas e procurando maior interação da comunidade local com os visitantes. Já em Itabira – MG, a prefeitura está efetuando o projeto Pouso e Prosa, com o objetivo de preparar moradores e residências para receber turistas em locais de pouca oferta hoteleira; ainda há outro exemplo de rede de hospedagem domiciliar, não originaria do Brasil, mas que possui vários adeptos brasileiros, o *Couch Surfing*, que consiste em uma organização internacional que trabalha através de site, funcionando como uma espécie de rede social, onde os usuários se cadastram criando um perfil contendo, nome, endereço, e-mail, fotos, históricos de viagens entre outras informações adicionais, podendo conhecer outros perfis que disponibilizam quartos em suas casas e um bom café, porém, não necessariamente quem se cadastra no *Couch Surfing* precisa disponibilizar quartos em suas residências. Sem contar com as hospedagens domiciliares independentes, que também podem ser muitas.

Observa-se que as hospedagens domiciliares no Brasil começaram a surgir aos poucos com o objetivo de complementar a rede hoteleira em certas localidades e necessidade de hospedagens em épocas de eventos de grande porte em algumas regiões onde a localidade não possuía estrutura para tal demanda.

3. COMUNIDADE DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE: ASPECTOS GERAIS E CARACTERÍSTICAS DO TURISMO LOCAL

A comunidade da Barra do Rio Mamanguape, está situada dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape - PB, que se estende pelos municípios de Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição e Lucena e possui 14.460 ha (Figura 2).

Figura 2: APA da Barra do Rio Mamanguape - PB



Fonte: Marília Costa, 2013

A APA da Barra do Rio Mamanguape - PB faz parte do Grupo de Unidades de conservação de uso sustentável que tem como finalidade possibilitar a conservação da natureza com o uso direto de parte dos seus recursos naturais. Permitindo a extração e comercialização desses recursos, desde que seja de maneira sustentável e responsável, respeitando os limites da natureza e indicado em um plano de manejo (CESÁR et al, 2007).

Possui grande potencial turístico natural, por sua beleza paisagística e suas matas conservadas como também a diversidade de ecossistemas bastante próximos que possibilita a maior interação do homem com o meio a interpretação da natureza. Abrigando os principais remanescentes de manguezais do Nordeste brasileiro, que têm no Rio Mamanguape, que dá nome à APA, e no Rio Miriri, os habitats naturais

de preservação de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, motivo inicial de criação dessa Unidade de Conservação (RODRIGUES, et al 2008, p. 12).

Como também a riqueza da cultura local, que mistura a cultura típica de pescadores, com a descendência e vestígios da cultura indígena Potiguar.

A comunidade da Barra do Rio Mamanguape, pertence aos limites municipais do município de Rio Tinto - PB, localizada no litoral norte da Paraíba, possui área de 464,886 km², com população estimada de 23.883 habitantes. Segundo o censo do IBGE de 2010 o município possui PIB per capita a preços correntes de R\$ 7.476,56, estipulado em 2011, comparado com o mesmo PIB per capita da capital do Estado, João pessoa com PIB de R\$ 13.786,44, o município possui apenas 54,3% de seu PIB, comparando-se também com o maior PIB per capita municipal, o do município de Cabedelo com R\$ 47.402,45, Rio Tinto possui apenas 15,8% de seu PIB per capita (IBGE, 2014).

O município possui 56,8 % de sua população residente em área urbana e 43,2% em área rural, tendo como valor do rendimento nominal médio mensal por domicílios particulares permanentes de R\$ 1.200,97 para a área urbana e R\$ 646,84 para a área rural (IBGE, 2010).

Todavia, é sabido que o PIB não refere-se ao indicador de desenvolvimento social e sim a um indicador de desenvolvimento econômico. Dessa maneira é notável destacar o Índice de Desenvolvimento Humano do município de Rio Tinto - PB, que segundo a PNUD, seu conceito considera não apenas o crescimento econômico como fonte de desenvolvimento, mas também o bem estar e qualidade de vida de uma população, medindo-o também por fatores culturais, sociais e políticos (PNUD, 2014).

Considerando que o IDH é medido de 0 a 1, onde entre 0,800 - 1,000 é considerado uma faixa de IDH muito alta e entre 0,000 - 0,499 muito baixa, o município de Rio Tinto possui um IDH de 0,585, estando situado na faixa de Desenvolvimento Humano baixo (Entre 0,500 - 0,599). Este índice o coloca na posição 4515^o no ranking de IDH dos municípios brasileiros, estando o estado da Paraíba na 23^o posição dos 27 estados brasileiros, com um IDH de 0,658, estando na faixa de desenvolvimento humano média, que fica entre 0,600 - 0,699 (ATLAS BRASIL, 2010).

Segundo o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), destaca os três principais componentes de medição do IDH dos municípios, educação,

longevidade e renda, comparando o IDH brasileiro com o IDHM de Rio Tinto teremos (Quadro4):

Quadro 3: IDHM comparativo: Brasil e o município de Rio Tinto - PB

	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Rio Tinto (PB)	0,585	0,562	0,742	0,480

Fonte: Atlas Brasil (2010), adaptado pelo autor.

Considerando, que o IDH geral do Brasil, que está localizado em uma faixa de nível alto (Entre 0,700 - 0,799) de Desenvolvimento Humano, o município de Rio Tinto ainda está muito aquém da situação nacional, chegando próximo apenas no IDHM de Longevidade com 0,742, e tendo seu pior nível em educação com IDHM em 0,480, com uma faixa muito baixa, como exposto na Figura 3.

A comunidade da Barra do Rio Mamanguape, abrange cerca de 75 famílias de pescadores tradicionais, sua subsistência dar-se, principalmente, a partir da pesca e trabalho em usinas de cana de açúcar da região, alguns pescadores também exercem a profissão de guias marítimos, principalmente para a observação do peixe-boi marinho. Pois, nas proximidades desta comunidade está localizada a sede do projeto Viva o Peixe-boi, executado pela Fundação Mamíferos Aquáticos, que visa à preservação do Peixe-boi marinho em seu habitat natural e atualmente, servindo também como atrativo turístico, atraindo a maior parcela de visitantes para a região. Seu período de maior fluxo turístico se dá no período do verão, motivada principalmente por suas praias semi-intocadas e visitação ao Projeto Viva Peixe-boi.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De modo geral, a pesquisa parte de uma base de observação participante e exploratória, pois procurará levantar informações sobre o objeto de estudo, delimitando o campo de trabalho na comunidade da Barra do Rio Mamanguape, que faz parte da APA da Barra do Rio Mamanguape - PB (SEVERINO, 2007). A mesma será realizada de acordo com as abordagens quantitativas e qualitativas.

Quantitativa no que diz respeito a dados que envolvem o perfil dos turistas e suas motivações para a visita, como também o tipo de turista que visita a APA da Barra do Rio Mamanguape – PB e quais os períodos de maior fluxo turístico, ajudando a obter dados mais objetivos e precisos através de respostas estruturadas para a quantificação na coleta de informações por meio de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999). E qualitativa, para avaliar aspectos como opiniões e interesses da comunidade local na gestão participativa do ecoturismo de base comunitária.

Para fins de coleta de dados da pesquisa, foi submetido projeto para permissão de pesquisa, junto ao comitê de Ética da UFPB/CCS, através da Plataforma Brasil e aprovação sob CAAE: 27063114.8.0000.5188; e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), através do SISBio, para autorização de pesquisa na Unidade de Conservação, e aprovação sob autorização nº 42699-1.

4.1 Diagnóstico da dinâmica turística da Barra do Rio Mamanguape - PB

Para conduzir a identificação da oferta turística, utilizou-se como parâmetro os elementos de oferta turística, no que tange os atrativos e serviços turísticos, fornecidos por BORGES (2003).

O autor subdivide Oferta turística em atrativos e serviços turísticos. Onde os atrativos turísticos se compõem de atrativos naturais e atrativos e manifestações culturais. Já os serviços turísticos destacam-se como todos os serviços de apoio direto ou indireto ao ecoturismo.

Através da oferta turística proposta por Borges (2003) foram estabelecidos dois *check-lists* padrões para a identificação da oferta turística local, um para identificação dos Atrativos turísticos e outro para a identificação dos Serviços turísticos. Relacionou-se os elementos propostos pelo autor com a existência dos mesmos na comunidade. Esta identificação se deu, a partir de caminhadas nas proximidades da comunidade da Barra do Rio Mamanguape, quando identificadas, as ofertas turísticas eram catalogadas e fotografadas para a confecção de quatro de fotografias. Após os trabalhos de campo e identificação da oferta turística, foram desenvolvidas tabelas de disponibilidade de oferta turística da comunidade da Barra

do Rio Mamanguape - PB, levando sempre como parâmetro os elementos propostos por Borges (2003).

Para a identificação do fluxo e procedência turística foi realizada uma análise documental do livro de visitas da base do Projeto Viva Peixe-Boi Marinho. Esta visitação ao museu do peixe boi é catalogada através das assinaturas dos visitantes, com data de visitação e região de origem em um livro de visitas do projeto. Dessa maneira, foram fotografados, tabulados e analisados os dados referentes ao período de novembro de 2010 a setembro de 2014 para a posterior análise de identificação do fluxo turístico da Barra do Rio Mamanguape-PB e bem como a origem de seus visitantes. A análise foi feita mediante quantificação de visitantes e divisão de visitantes por estado e país de origem, a partir dessa categorização foram confeccionados gráficos de fluxo turísticos para a identificação da alta e baixa estação e gráficos de região de origem de turistas.

A partir da análise do livro de visitas foi identificado o número total de visitantes do ano de 2013 (população), por se tratar do ano mais próximo da análise, para a definição de uma amostra através do cálculo de amostra aleatória simples com erro amostral de 7% (COSTA, 2011) para a aplicação de questionários aos turistas. Logo após definida a amostra, foram aplicados 187 questionários fechados, em dias alternados em especial nos finais de semana e feriados, onde ocorreu um maior fluxo de turistas, no período de janeiro à setembro de 2014 com os turistas que visitaram a Comunidade da Barra do Rio Mamanguape e ao projeto Viva Peixe-boi Marinho, a fim de identificar suas motivações de visitação, condições socioeconômicas, interesses na viagem e na região, opiniões e sugestões sobre o turismo da região.

Também foram realizados questionários mistos com os operadores de turismo associados a Associação de Artesãos e Guias de Ecoturismo da região da APA da Barra do Rio Mamanguape - PB (AGEAPA) e que exercessem suas atividades a partir da Comunidade na Barra do Rio Mamanguape – PB.

Escolheu-se o período de setembro à outubro de 2014, devido ao período de recesso de chuvas e menor fluxo de turistas na região.

Mediante conversa com o presidente da AGEAPA, identificou-se vinte e um operadores de turismos. Divididos em treze guias marítimos, quatro guias receptivos, dois guias terrestres e três artesões, exercendo, um dos associados, atividades de guia terrestre e artesão.

Buscou-se a partir dessa população, utilizar uma amostra aleatória simples com erro amostral de 7%. Todavia ocorreram algumas dificuldades de disponibilidade dos entrevistados que impossibilitaram a aplicação da amostra, sendo entrevistado apenas 42,8% da população de operadores de turismo, quando pelo cálculo da amostragem, deveria ser atingido 90,5% da população. Todavia, os questionários foram organizados em modalidade mista, tendo toda a entrevista gravada, o que possibilitou uma análise mais detalhada das respostas dos participantes. Reduzindo dessa maneira o erro amostral das dificuldades de entrevista encontradas ao longo da pesquisa.

As coletas de dados foram feitas a partir da disponibilidade e vontade de participação dos operadores de turismo. Em maior parte as coletas de informações se deram na sede do Projeto viva peixe- boi Marinho, isso devido o local se tratar de um “ponto de encontro” de diversos moradores, devido os serviços que são prestados neste local.

Na sede do projeto foram entrevistados parte dos participantes da AGEAPA. Todavia, grande parte desses membros foram entrevistados em suas caixas (os guias marítimos), onde eram feitas as perguntas enquanto alguns faziam preparativos cotidianos de pesca, como consertar as redes pesca e organizar as embarcações para esta atividade. A maior dificuldade com os membros desta associação se deu pela falta de disponibilidade de muitos, alguns não se sentiam confortáveis em responder ao questionário ocorrendo muitas vezes à insistência por parte da pesquisadora, de uma forma não invasiva nem ofensiva, mas que tentava convencer os entrevistados da maneira que mais os deixasse confortáveis. Justificando, alguns, a falta de confiança em pesquisadores que veem de instituições usufruir de suas informações e não lhes oferecem um retorno sobre os resultados das pesquisas.

Afim de reconhecer os interesses dos órgãos atuantes na comunidade da Barra do Rio Mamanguape sobre o turismo na região e atividades turísticas já desenvolvidas no local foram realizadas entrevistas semi estruturada com os mesmos. com o administrador da Unidade de Conservação, o Secretário de Turismo do município de Rio Tinto - PB, o coordenador do Projeto Viva Peixe-boi Marinho e o presidente da AGEAPA. Todas as entrevistas foram realizadas de forma presencial, mediante disponibilidade dos entrevistados, com o auxílio do gravador. Após coleta de dados, as entrevistas foram transcritas e analisadas, para melhor descrição dos

resultados as mesmas foram divididas em categorias, cruzando-se as informações disponibilizadas pelos entrevistados.

Para melhor análise e categorização das entrevistas, as mesmas divididas conforme atuação, responsabilidades e expectativas da Administração da APA e Secretaria do Município de Rio Tinto - PB; e Interesses e expectativas da Colônia de pescadores da Comunidade da Barra do Rio Mamanguape, AGEAPA e Fundação Mamíferos Aquáticos.

Realizou-se por meio de entrevistas, uma análise das atuações dos órgãos responsáveis pela comunidade, no que diz respeito o desenvolvimento do turismo na região. Dessa maneira foram realizadas entrevistas com o Secretário de turismo do município de Rio Tinto, município onde está inserida a comunidade da Barrado Rio Mamanguape, e com a Chefe administrativa da APA da Barra do Rio Mamanguape, unidade de conservação responsável pelo manejo e conservação da área onde se insere a comunidade.

As entrevistas tiveram como objetivo observar a atuação dos referidos órgão no desenvolvimento da região, sobretudo na comunidade da Barra do Rio Mamanguape, analisando seus interesses, práticas e dificuldades. As mesmas foram realizadas no período de Março de 2014.

Para o aprofundamento da análise sobre a perspectiva do turismo na Comunidade, foram realizados entrevistas semi-estruturadas contendo seis perguntas, norteadas por questionamentos idênticos, com os representantes de instituições atuantes na Barra do Rio Mamanguape, afim de conhecer seus interesses, opiniões e expectativas sobre o turismo na região.

As entrevistas foram realizadas no mês de março de 2014 com:

- O coordenador do Projeto Viva Peixe-Boi Marinho, programa da Fundação Mamíferos Aquáticos e tem por objetivo a conservação e pesquisa para evitar a extinção do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus manatus*) na região Nordeste do Brasil (FUNDAÇÃO MAMÍFEROS AQUATICOS, 2014);
- O Presidente da colônia de pescadores da Barra de Mamanguape, entidade atuante e localizada na Comunidade da Barra do Rio Mamanguape, com o intuito de assegurar os direitos dos pescadores da região e organização dos mesmo;

- E por fim com o Presidente da Associação de artesãos e guias de ecoturismo da região da APA da Barra do Rio Mamanguape-PB (AGEAPA), associação criada como forma de organização para moradores locais que trabalham com o turismo e artesanato na região, visando o apoio e auxílio no desenvolvimento do setor turístico na Área de proteção ambiental. A associação foi criada em 2012, sua sede provisória esta localizada na sede do Projeto Peixe-boi, também localizado na comunidade da Barra do Rio Mamanguape. A AGEAPA conta com 16 associados, sendo esses 8 guias marítimos, 4 guias recepcionistas, 2 guias terrestres e 2 artesãos.

4.2 Avaliação do potencial do ambiente para o desenvolvimento do Ecoturismo de Base comunitária

Objetivando a avaliação do interesse da comunidade a temática do turismo de Base comunitária, bem como seu interesse no desenvolvimento desse tipo de turismo participativo, foram realizados questionários mistos com a comunidade da Barra do Rio Mamanguape, no período de setembro à outubro de 2014. Para a aplicação do questionário foi utilizada a metodologia proposta por Begossi (2009),

O autor trabalha com comunidades pesqueiras e propõe a delimitação da amostra a partir do número total da população, “a) Comunidades com até 50 famílias: entrevistas em todas as casas. b) Comunidades com 50 famílias ou mais: entrevistas em 50% das casas, uma casa sim e uma não. Caso uma casa estivesse fechada, a seguinte seria abordada” (BEGOSSI, 2009, p. 5).

A partir dessa metodologia, foi identificado o número total de residências existentes na Comunidade da Barra do Rio Mamanguape – PB, totalizando 75 residências, e delimitada uma amostra de 50% (38 residências) para a aplicação de entrevistas com a comunidade em suas residências, buscando levantar dados a respeito de sua condição socioeconômica, suas experiências com o turismo, seu interesse no turismo de base comunitária e sugestão de locais e áreas que se caracterizem como atrativo turístico.

Ainda, junto às entrevistas procurou-se identificar os padrões arquitetônico das residências, através da quantificação de sua estrutura interior, para relacioná-las com os padrões estruturais básicos para a adequação de hospedagens

domiciliares nas residências nessa comunidade. Foram avaliados onde serão avaliados os aspectos da habitação, quantidade de quartos e banheiros e interesse em hospedar turistas em sua residência.

Quanto ao tratamento dos resultados das entrevistas foram realizadas análise de conteúdo que consiste no isolamento do texto e extração das partes utilizáveis, acordando com o problema pesquisado, para logo após serem categorizados em temas pertinentes à análise (BARDIN,1997).

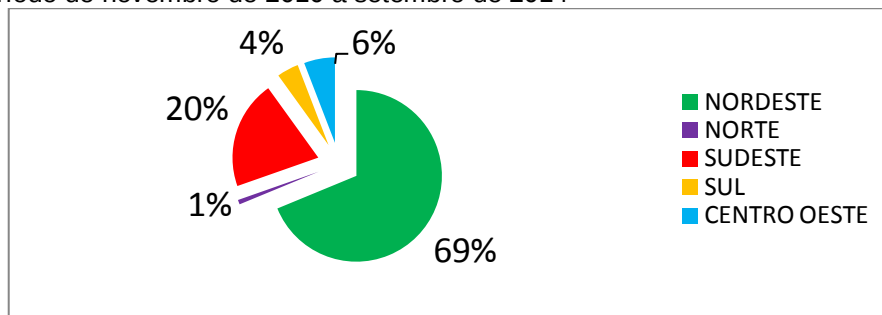
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Identificação do fluxo e procedência turística da comunidade da Barra do Rio Mamanguape

Através de pesquisas *in loco* observou-se que o principal atrativo turístico em desenvolvimento na comunidade se dá pela visitação do peixe-boi marinho. Esta atividade ocorre a partir da visitação do museu do peixe-boi, localizado na comunidade da Barra do rio Mamanguape, onde são apresentados pelos guias recepcionistas assuntos referentes sobre a história do animal e sua importância, logo após esse momento de apresentação os turistas são guiados pelos guias marítimos para a observação do peixe-boi no estuário do rio Mamanguape.

Após análise do livro de visitas do museu do peixe-boi, onde foram identificados, durante o período de novembro de 2010 à setembro de 2014, a origem de 11810 visitantes. Dentre esses turistas, foi identificado que a maior parcela de visitantes da comunidade são oriundos da região nordeste com, 69% dos visitantes (Figura 3), onde os três maiores números de visitantes por estados nordestinos vieram da Paraíba (4372 visitantes), Rio Grande do Norte (327 visitantes) e Pernambuco (287 visitantes).

Figura 3: Gráfico do fluxo de turistas na comunidade da Barra do Rio Mamanguape por região do Brasil, no período de novembro de 2010 à setembro de 2014



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Logo em seguida, a segunda região que trouxe o maior número de visitantes foi a região sudeste, com 20% do total de visitantes. Seguidos da região centro-oeste (6%), dando destaque para o número de visitantes do Distrito Federal que ficou na quarta posição dos estados que mais visitaram a comunidade (Tabela 3). Logo após vem a região sul (4%) e norte (1%), respectivamente.

Com base nas informações disponibilizada pela Empresa Paraibana de turismo (PBTur), a procedência do fluxo por região no ano de 2013, as regiões nordeste e sudeste também foram as duas regiões que mais visitaram a Paraíba, Nordeste com 42,52% do total de turistas e Sudeste com 34,96% (PBTUR, 2014).

Observa-se no entanto que o turismo ocorrido na comunidade assume modalidade doméstica, à se identificar que o maior número de visitante vem do próprio estado, sendo um número tão expressivo que se somado a quantidade de visitantes dos outros quatro estados que mais visitaram a comunidade, o total não alcança a metade do total de visitantes da Paraíba (Tabela 1).

Tabela 1: Estados com maior número de turistas que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape no período de novembro de 2010 à setembro de 2014

Ranking dos estados que mais visitaram a comunidade no período		
1º	PB	6467
2º	SP	1378
3º	RJ	639
4º	DF	484
5º	RN	327

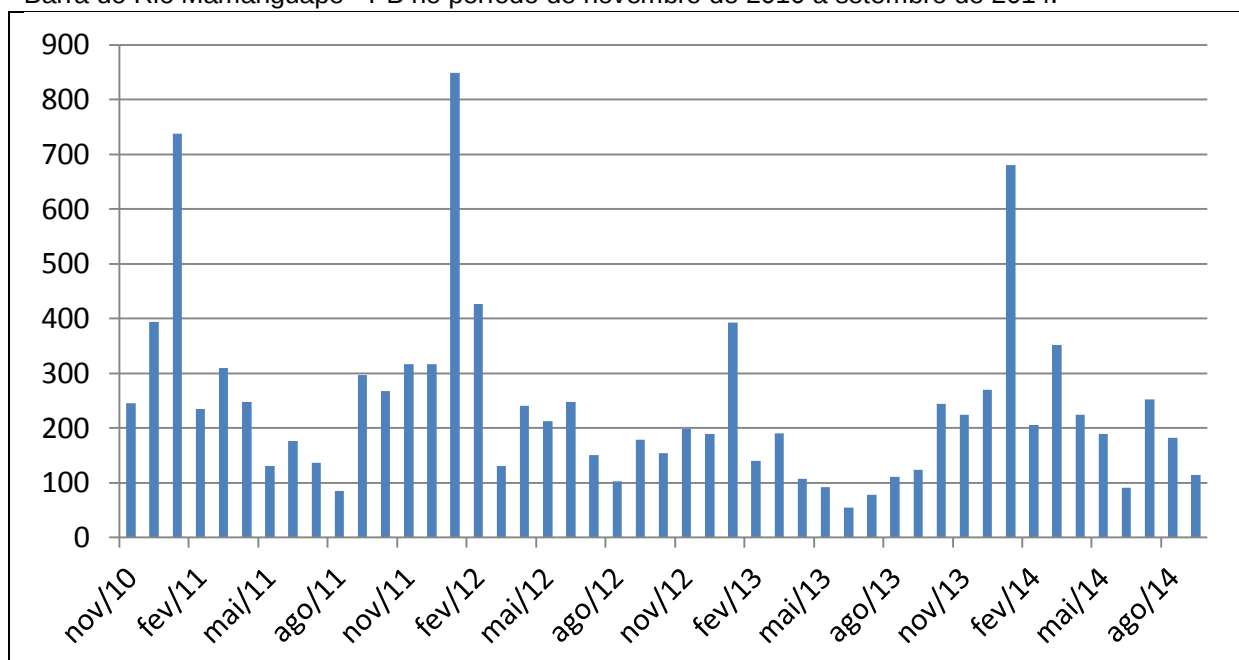
Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Quanto ao público internacional, comparado com o público nacional, seu fluxo ainda é muito pequeno, constando apenas 4% (520 visitantes) de visitantes estrangeiros na região,

Com a análise dos dados, também foi possível identificar os meses de maior e menor fluxo turístico. Podendo estabelecer a alta e estação e baixa estação do turismo na região.

Identificou-se um maior fluxo turístico entre os meses de dezembro à fevereiro ou março, a depender das festividades e feriados de cada ano, como carnaval e semana santa, que pode influenciar no fluxo. Já a baixa estação foi identificada entre os meses de maio a agosto de cada ano. Quanto aos meses de setembro à novembro, observa-se um fluxo mediano de visitação, devido ao término do período chuvoso e as melhores condições das estradas de acesso (Figura 4).

Figura 4: Gráfico do fluxo turístico de visitantes mensais dos turistas que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB no período de novembro de 2010 à setembro de 2014.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Esta relação se dá também pela influencia litorânea da região, já que a região é área de praia, e os meses de visitação coincidem com os meses de veraneio e férias. Da mesma forma ocorre com o período de baixa estação que apensar de também ajustar-se com período de férias, é um período chuvoso que não dá boas condições para um turismo litorâneo.

Figura 5 : Estrada de acesso a comunidade da Barra do Rio Mamanguape, PB, Brasil



Fonte: Fernanda Cruz, 2014

Além das dificuldades encontradas para a acessibilidade do local, já que para chegar a comunidade é necessário percorrer estrada de barro, com cerca de 35 km, pelo canavial (Figura 5), com chuva a acessibilidade da estrada se agrava consideravelmente. Causando assim, dificuldades para a visitação da comunidade.

Em períodos de chuvas rigorosas, as condições da estrada impossibilitam o tráfego de automóveis e consequentemente a locomoção dos moradores. Existe uma linha de ônibus que faz o trajeto das comunidades para o município de Rio Tinto, todavia, nesses períodos os ônibus também possuem dificuldades em realizar a viagem.

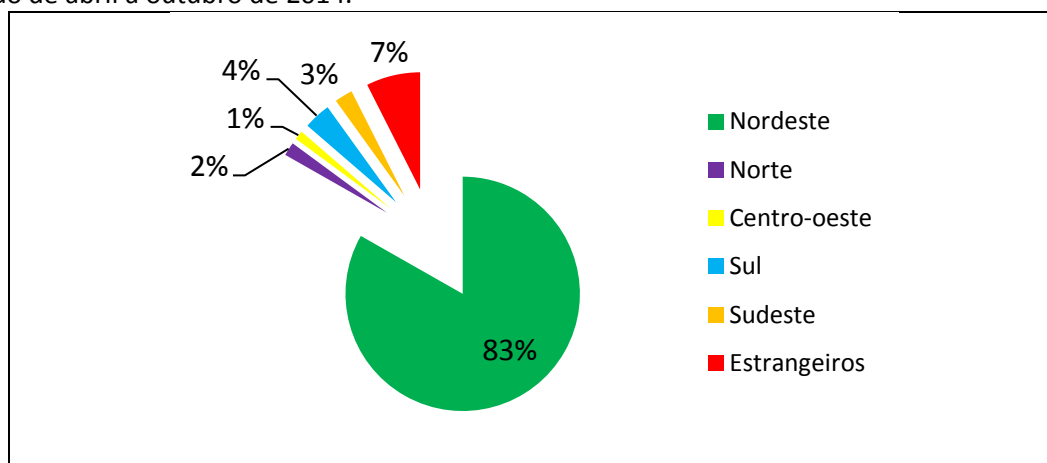
Observa-se a partir desses resultados, a preocupação exposta por Barbosa (et al. 2008), no que diz respeito a tendência de comunidades litorâneas, formada por pescadores, transformarem-se em centros de turismo, desenvolvendo um turismo padronizado, sem laços culturais e valorização social, marginalizando a própria comunidade da atividade turística. Nesse sentido, é importante evidenciar a atenção que deve ser dada a tendência do turismo existente atualmente na região e as consequências que o seu crescimento pode vir a tomar, se o mesmo não se organizar de forma responsável e planejada.

5.2 Perfil e motivações turísticas dos visitantes da comunidade da Barra do Rio Mamanguape

5.2.1. Procedência de fluxo turístico por região

Os resultados obtidos a partir dos questionários aplicados aos turistas estão em consonância com a análise de dados do livro de visitas, já repostado anteriormente. Observou-se que o público visitante da comunidade da Barra do Rio Mamanguape é interno, com apenas 7% dos entrevistados pertencentes a outros países, sendo esses Uruguai, Alemanha e Estados Unidos (Figura 6).

Figura 6: Origem dos turistas que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB, no período de abril à outubro de 2014.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

A maior parte dos visitantes da comunidade vem da região nordeste, com 83% dos turistas, seguido pela região sudeste com 4% dos visitantes. Sendo esses de maior número do estado da Paraíba, com 67% dos turistas.

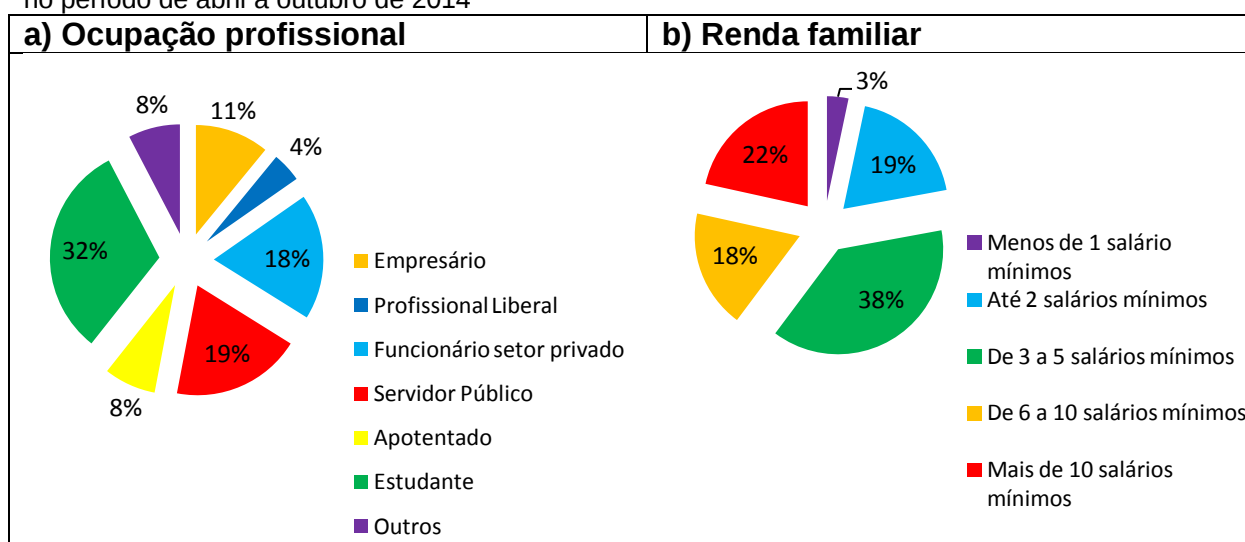
Observa-se nessa análise uma tendência para o turismo doméstico, onde as regiões mais próximas visitam a região e até mesmo o próprio estado. Este fato pode se dar pelo grande fluxo de turistas de veraneio nas praias vizinhas, como a praia de Campina e das praias do município da Baía da Traição, que beneficiam-se da proximidade para visitar a região e o Projeto Peixe-boi.

5.2.2 Perfil socioeconômico dos turistas que visitaram a comunidade

Quanto ao perfil socioeconômico dos turistas entrevistados na comunidade, constatou-se em maioria que o turista que visita a comunidade estão praticamente divididos igualmente entre o sexo masculino (52%) e feminino (48%), com idades entre 17 e 36 anos (50%) e 36 a 60 anos (41%). Mais da metade dos visitantes nível de escolaridade de ensino superior (56%).

Categorizando-se como um público jovem de nível de escolaridade alta. Esse fato demonstra a falta de vocação da região para o turismo da melhor idade. Mas um turismo voltado para atividades de sol e mar e contemplação da natureza.

Figura 7: Perfil econômico dos turistas que visitaram a comunidade da Barra do rio Mamanguape- PB no período de abril à outubro de 2014



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Quanto ao perfil econômico desses turistas 38% (Figura 17) possuem renda familiar média, entre 3 e 5 salários mínimos, 18% possuem salário de 6 a 10 salários mínimos e 22% possuem renda de mais de dez salários mínimos. Formando-se, um grupo que ganha acima de 6 salários mínimos (40%), e supera os 38% que ganham de 3 a 5 salários mínimos.

A maior partes dos visitantes dos entrevistados que visitaram a comunidade são estudantes (32%), seguido por servidores públicos (19%) e funcionários do setor privado, constituindo 18% dos entrevistados.

Nessa perspectiva, segundo o IBGE (2014) o público que visita a comunidade enquadram-se nas classes sociais B e C, de renda média alta e com

capacidade de usufruir de serviços disponibilizados aos turistas, e de praticar um turismo de custo mais elevado, no entanto, a falta de estrutura turística de apoio, impossibilita a região de captar um maior fluxo monetário. Veremos mais adiante, que o gasto efetivo por turista na região é muito baixo, devido a falta de oferta turística.

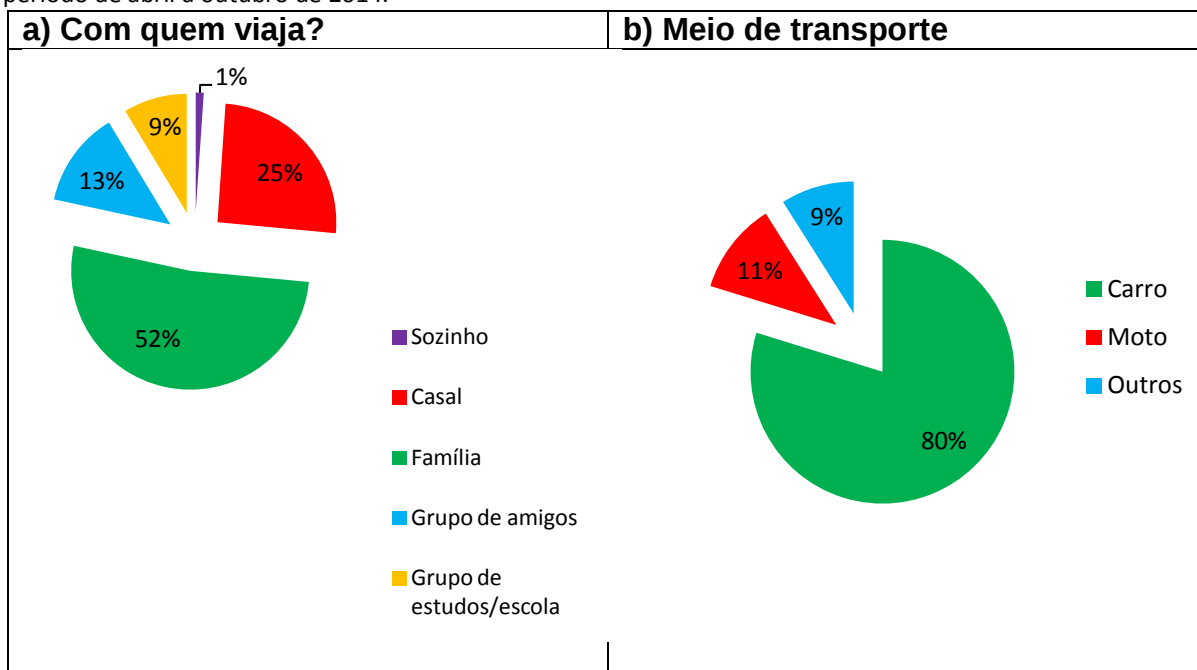
Contudo, mediante o perfil apresentado, observa-se características de turista, destacado por Molina (2001), como potencial ecoturistas, que se configuram como pessoas de poder aquisitivo relativamente maior, com um maior nível de escolaridade, que buscam a interação com a natureza, reconhecendo a importância de sua conservação. Em contrapartida, apesar da identificação desse perfil de visitante na comunidade, é possível também observar a presença de turistas de sol e mar que buscam a utilização dos recursos naturais sem a devida preocupação com sua conservação.

Encontramos assim, dois tipos de turistas distintos, os dois com grande potencial de crescimento, todavia, é preciso observar qual tipo de turistas e de turismo que mais valorizará o potencial cultural e ambiental da região, devendo assim, a partir de um planejamento para o desenvolvimento turístico, estabelecer o público alvo adequado a ser captado.

5.2.3 Aspectos gerais da visitação à comunidade da Barra do Rio Mamanguape

Os turistas que visitam a comunidade, viajam na companhia de sua família (52%) ou em casal (25%), utilizando veículo próprio (80%) como principal meio de transporte para chegar a região (Figura 8), visto que a região não possui linhas de transporte público regular além de dificuldades na acessibilidade, já citadas, os turistas acabam visitando a região por conta própria normalmente, sem o auxílio de uma agência de receptivo.

Figura 8: Modelo de viagem dos turistas que visitaram a Comunidade da Barra do Rio Mamanguape -PB no período de abril à outubro de 2014.

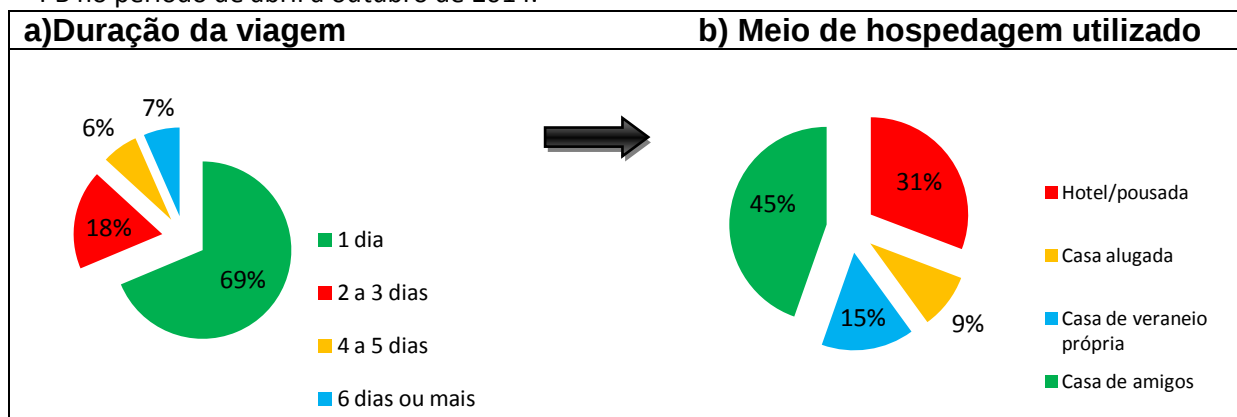


Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Normalmente passam apenas um dia na região (69%), Figura 9, dada a falta de infraestrutura e divulgação da região para acomodação de turistas, fazendo com que os turistas visitem o projeto peixe-boi e as praias da comunidade, alguns desfrutando dos serviços de alimentação da região e logo voltem para sua região de origem ou em grande parte para a capital do estado, João Pessoa, onde ficam hospedados.

Este dado mostra a tendência do turismo excursionista na comunidade, no qual o turista usufrui apenas dos atrativos turísticos e permanece na região por até 24 horas (BENI, 2004), esse fato pode ocorrer devido a falta de estrutura turística e atividades de lazer para atender a demanda.

Figura 9: Duração da viagem dos turistas que visitaram a Comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB no período de abril à outubro de 2014.



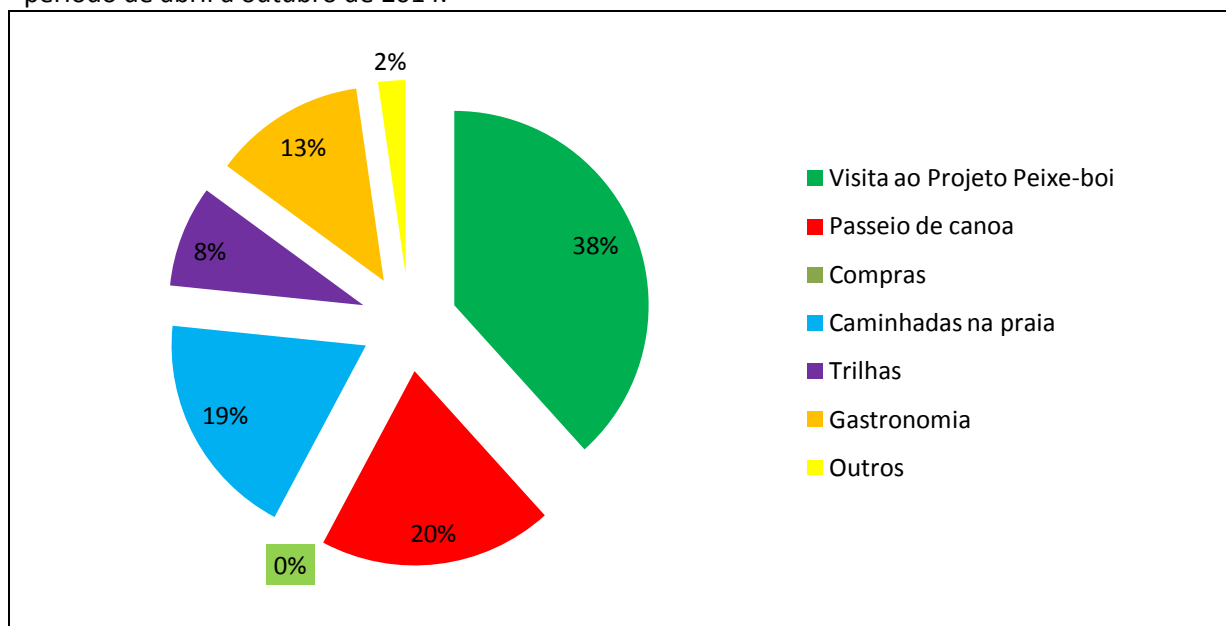
Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Entre os turistas que permaneceram mais que um dia na comunidade (31%), Figura 9, utilizaram, em maioria, como meio de hospedagem a casas de amigos (45%) e pousada (31%). O restante dos visitantes se hospedaram em casa de veraneio própria (15%) ou casa alugada (9%).

Devido aos poucos estabelecimentos de hospedagem e a falta de diversificação de atividades turísticas, a atividade mais praticada na região por aqueles que passam mais de um dia é a visitação de praias. Dessa maneira o turismo acaba se desenvolvendo como atividades de veraneio, onde turistas utilizam-se de casas próprias ou de amigos para permanecer na região e usufruir da praia local.

Para os que ficam hospedados em pousadas, só existem duas possibilidades, como mostrado na análise da oferta turísticas, sendo um dos estabelecimentos criado recentemente, menos de um ano na comunidade, e em processo de divulgação.

Figura 10: Atividades realizadas pelos turistas na Comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB no período de abril à outubro de 2014.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Independente do período de visitação, a maioria dos turistas que visitam a comunidade tem como atividade turstica principal a visita o ao projeto peixe-boi marinho (38%), logo em seguida, a atividade mais apreciada por esses turistas   o passeio de canoa para a observa o do peixe boi (20%), seguido por caminhadas na praia (19%), utiliza o dos serviços gastronomicos locais (13%), trilhas pelo entorno da comunidade (8%), entre outras atividades (2%). Nenhum dos visitantes citou compras como atividade realizada na região, seu motivo pode estar na falta de locais para venda e exposi o de artesanatos e produtos locais (Figura 10).

As maiores porcentagens de atividade está na visita o do peixe-boi e passeios de canoas, pois são estas são as atividades de maior estrutura o e divulga o no ambito turstico. Quando o turista visita o museu do peixe-boi marinho, logo em seguida ele já   encaminhado para a observa o do peixe-boi, formando assim uma especie de pacote turístico. Frequentemente, após realizadas essas duas atividades, os turistas visitam o estuário do Rio Mamanguape por meio de caminhadas.

Sobre a utiliza o dos serviços gastronomicos, a atividade pode possuir menor porcentagem devido ao pouco serviço disponibilizado na região, bem como pela não politica de horários pré definidos para seu funcionamento na maioria dos restaurantes existentes, tendo apenas um horário de funcionamento estabelecido.

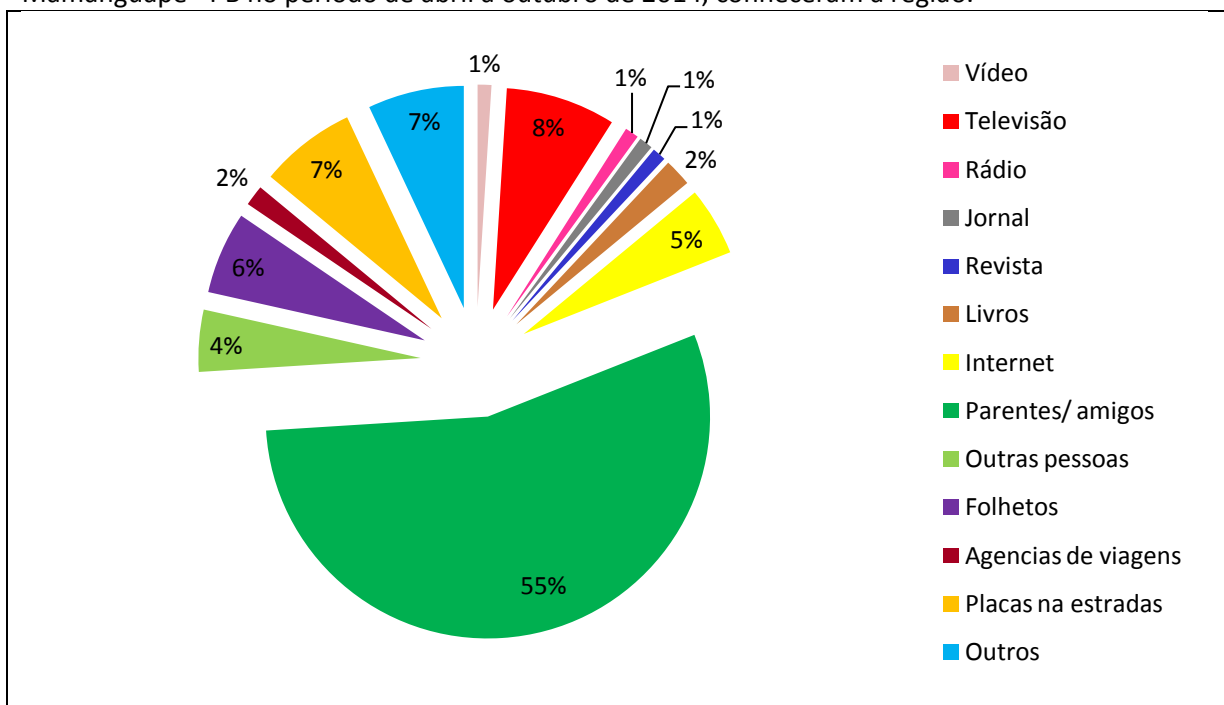
Diminuindo a oferta gastronômica e minimizando o interesse dos turistas em utilizarem os serviços da região.

Devido a pouca estruturação da oferta turística, como veremos nas análises a seguir, seja ela a partir dos estabelecimentos de apoio, como hospedagem e restaurantes, ou pela diversificação nas práticas de atividade turísticas (BORGES, 2003), o turismo na comunidade acaba assumindo como principal papel de turismo, o excursionista, o que faz com que a comunidade deixe de ganhar recursos monetários pela falta de permanência do turista na região, e desenvolver o turismo efetivamente (BENI, 2004). Todavia, essa situação possui dois viés que se complementam, a partir da falta de estruturação turística básica, o turismo não consegue se desenvolver efetivamente, em contrapartida, não havendo o crescimento efetivo do turismo a comunidade não consegue se motivar para se tornarem, empreendedores do turismo na região, o que acaba por deixar a situação estagnada. Nessa perspectiva, cabe ao governo, e entidades responsáveis, com o seu papel de responsabilidade social, assumir a responsabilidade de incentivo ao desenvolvimento turístico e social da região

5.2.4 Motivação para a visita à comunidade da Barra do Rio Mamanguape

Dada a pouca divulgação da região como destino turístico por parte da administração da UC e órgãos turísticos responsáveis, conforme observado nas entrevistas com a chefe da APA e secretário do turismo de Rio Tinto descritos a seguir, a divulgação da comunidade se dá a partir da comunicação pessoal e informal, entre conhecidos, parentes e amigos que visitam a região (55%) e recomendam, como é reafirmado na Figura 11.

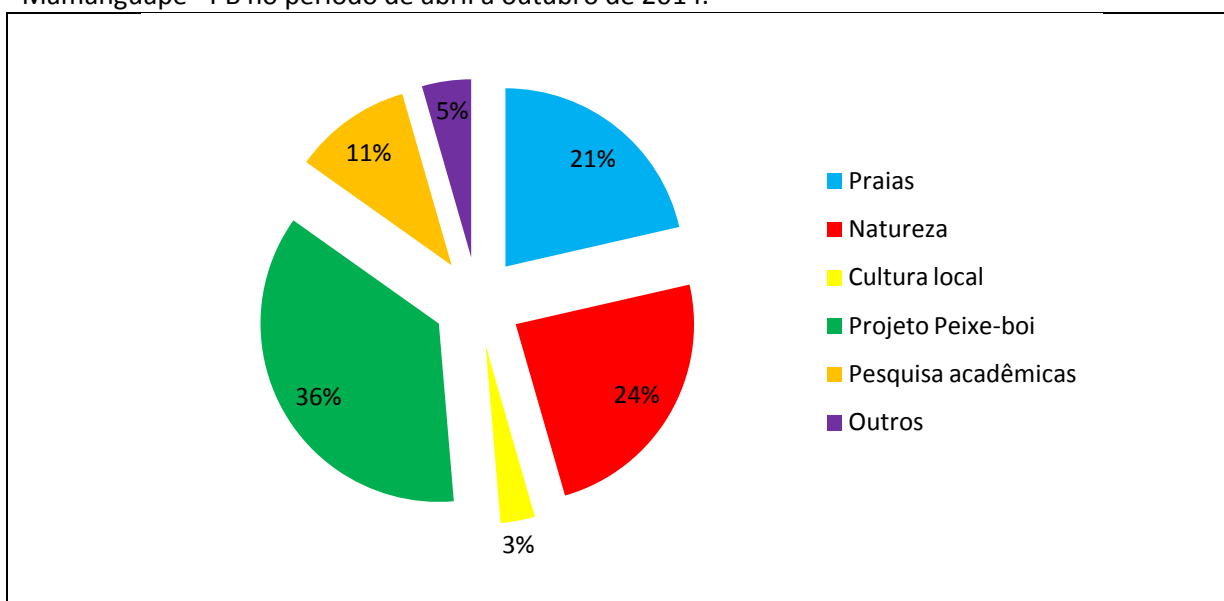
Figura 11: Meios de comunicação por qual o turista que conheceu a comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB no período de abril à outubro de 2014, conheceu a região.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Outros meios de comunicação também foram utilizados, em menor proporção, para o conhecimento da região, como televisão (8%), placas na estrada (7%), folhetos (6%), internet (5%), entre outros meios.

Figura 12: Motivação de visitação dos turistas que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB no período de abril à outubro de 2014.



Fonte: Dados da pesquisa

Corroborando com as atividades mais realizadas na comunidade, a Figura 12, mostra que a maior motivação de visita da comunidade vem a partir da visita ao projeto peixe-boi marinho (36%), dada pela maior divulgação das atividades como um projeto de conservação do animal, e maior estruturação para o turismo na visita do mesmo.

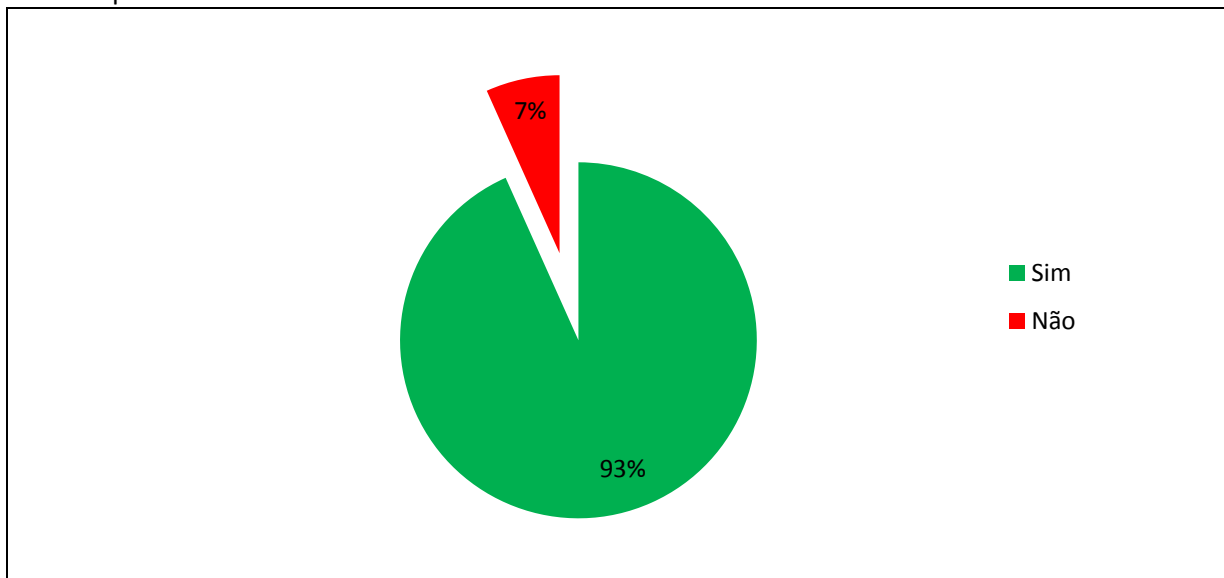
Ainda, 24% dos entrevistados, disseram ser motivados pela visita da natureza, e 21% pelas praias. Pesquisas acadêmicas também se destacaram como motivação de visita (11%), como último foco de interesse foi citado a cultura local, com apenas 3%.

Dessa maneira, ressaltamos mais uma vez o perfil destacado por Molina (2001), quando fala do perfil socioeconômico e intelectual dos ecoturistas, bem como suas motivações de visita. Nesse momento, percebemos que a maior motivação do turista é a visita a um projeto de conservação de animais ameaçados de extinção, e a contemplação da natureza, percebemos que esses turistas possuem uma mínima consciência sobre as questões ambientais, e ainda assim, através dessa motivação, observa-se a oportunidade de desenvolver nos mesmos, a partir da educação ambiental, uma conscientização sobre a importância da conservação do meio ambiente, desenvolvendo assim um dos pilares do ecoturismo, como defende Campos (2005).

5.2.5. Satisfação sobre a experiência vivida na comunidade

Quanto ao nível de atendimento das expectativas expressado pelos visitantes da comunidade, observou-se um nível muito elevado, onde 93% dos turistas satisfeitos com a atividade. E, se sentiram muito satisfeitos com nível de satisfação ótimo (48%) e bom (39%), apenas 13% disseram ter um nível de satisfação moderado (Figura 13).

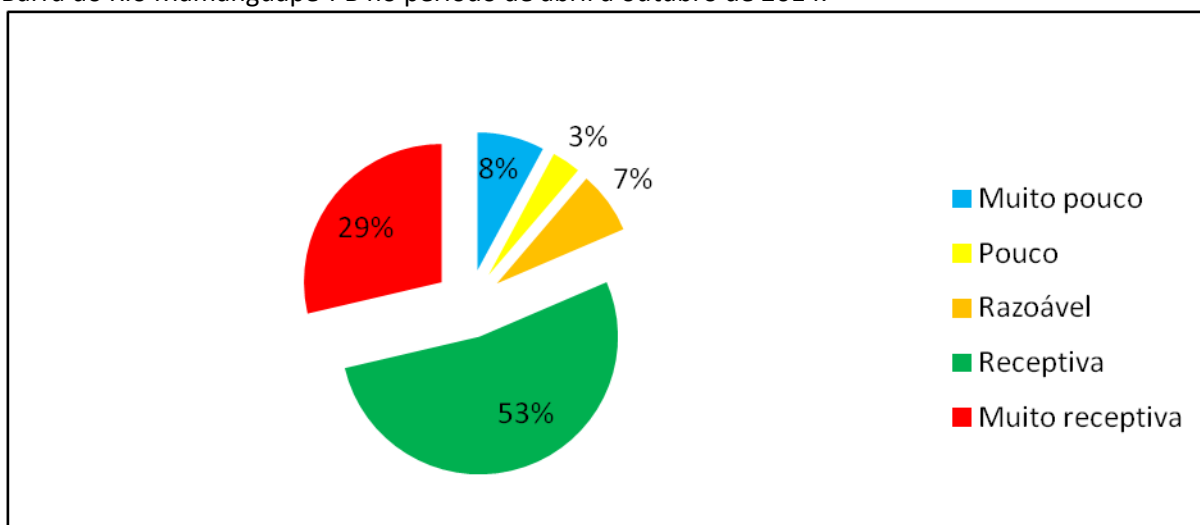
Figura 13: Nível de satisfação dos turistas que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB no período de abril à outubro de 2014



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

A comunidade também se mostrou receptiva (53%) ou muito receptiva (29%) na visão dos turistas, com apenas 7% achando que a comunidade foi razoável no nível de receptividade e 10% acharam que a comunidade não foi receptiva, refletindo também esses dados no nível de satisfação dos turistas (Figura 14).

Figura 14: Avaliação da receptividade da comunidade com os turistas que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape-PB no período de abril à outubro de 2014.

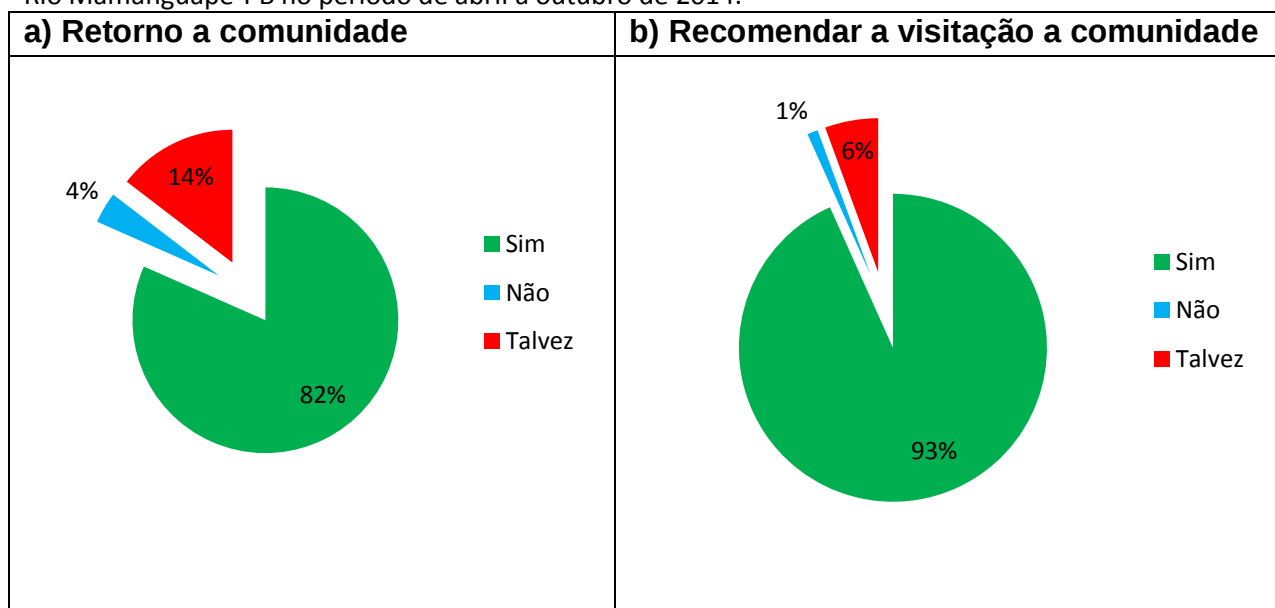


Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Mediante o nível de satisfação exposto, 82% (Figura15) dos visitantes disseram pensar em novamente visitar a comunidade, esta porcentagem coincide

com a soma da opinião dos turistas sobre a receptividade da comunidade quando opinam que a comunidade é respectiva, 53% e muito receptiva, 29%, (Figura 14). Ainda, 14% ficaram em dúvida e 4% disseram não pensar em retornar a comunidade (Figura 15).

Figura 15: Interesse em retorno a comunidade dos turistas que visitaram a Comunidade da Barra do Rio Mamanguape-PB no período de abril à outubro de 2014.

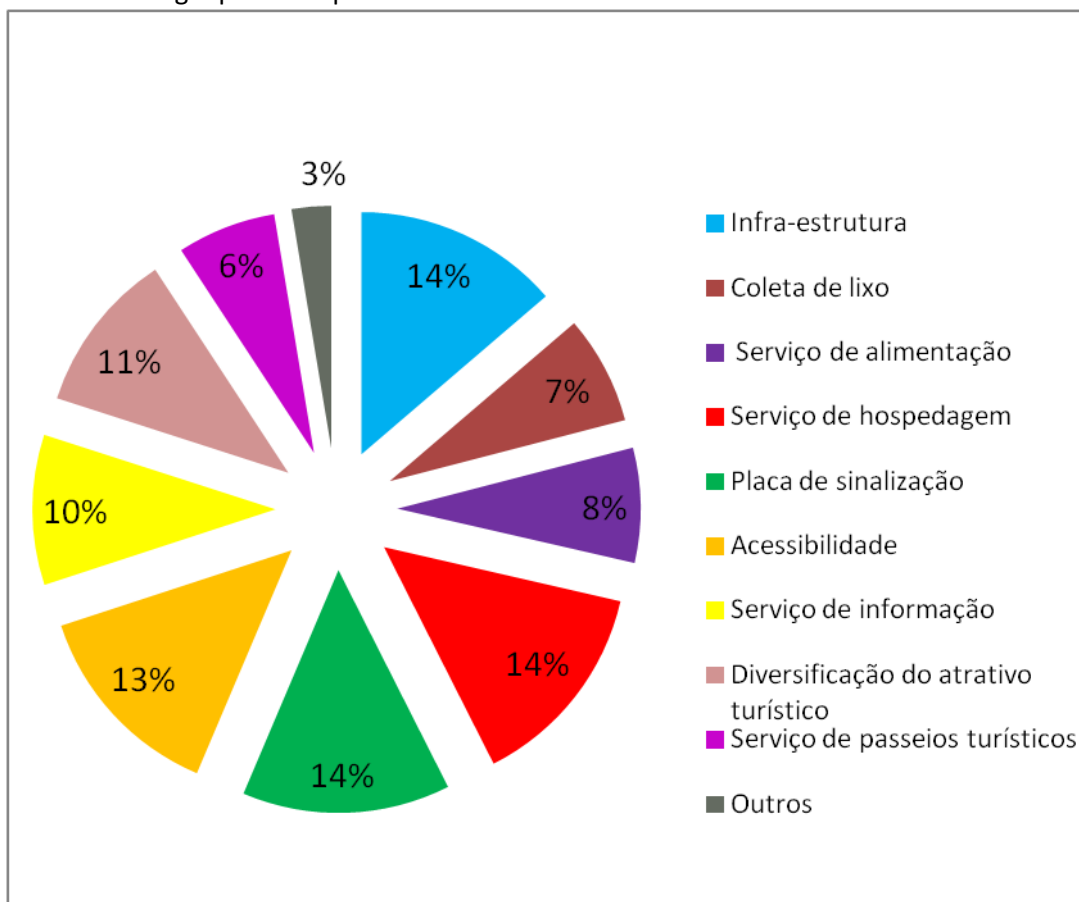


Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Todavia a porcentagem aumenta quando é perguntado aos mesmos se eles recomendariam a comunidade, respondendo 93% que sim, recomendariam para visita à comunidade para conhecidos. Ficaram em dúvida 6% e 1% não recomendariam a comunidade para visita (Figura 15).

Quanto a avaliação dos turistas, sobre as principais necessidades que não estão sendo atendidas, se pode verificar na figura 16 que os turistas destacam a falta de infraestrutura, serviços de hospedagem e placas de sinalização, com 14% cada, seguido por acessibilidade (13%). Com porcentagem de 11% e 10%, receptivamente, os turistas acham que as maiores necessidades também são diversificação dos atrativos turísticos e serviços de informações. Ainda foram destacadas, necessidades como serviços de alimentação (8%), coleta de lixo (7%), serviços de passeios turísticos (6%), entre outras (3%).

Figura 16: Principais necessidades não atendidas dos turistas que visitaram a comunidade da Barra do Rio Mamanguape-PB no período de abril à outubro de 2014



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Essas informações corroboram com as necessidades constatadas na análise da infraestrutura turística e necessidades encontradas pelos operadores de turismo e a comunidade local (BORGES, 2003). Ainda vale salientar, a variedade de necessidades encontradas pelos turistas, que de forma abrangente foram observadas, todavia, apesar disto, os mesmos se mostram dispostos a voltarem a comunidade e sentiram-se satisfeitos com a experiência vivida.

Nesse sentido, é importante observar as expectativas dos turistas ao visitarem a região e o modelo de turismo lhes satisfaz. Estando o turista satisfeito com o desenvolvimento pacato do turismo na região, mesmo isso implicando na falta de estrutura de algum serviços, pode-se concluir que este busca uma experiência com a verdadeira vivência local e a paisagem natural não modificada pelo desenvolvimento turístico. Atributos esses que servem de atrativos principais ao Ecoturismo de base comunitária, cultura local e meio ambiente (WWF, 2003).

5.3 Identificação da oferta turística da comunidade da Barra do Rio Mamanguape

Diante dos dados coletados sobre a oferta turística, desenvolveu-se quadros, buscando ilustrar a identificação da oferta turística da região, seguindo como base referencial, a caracterização de oferta turística de Borges (2003).

Quadro 4: Serviços e equipamentos turísticos identificados na comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURISTICOS	
Borges (2003)	Atrativos identificados
Meios de hospedagem: hotel, hotel fazenda, resort, colônia de férias, hotel de lazer, motel, spa, apto. ou chalé temporário, hotel residencial ou flat, hospedaria, albergue da juventude, alojamento, pousada, pensão, camping, casas de aluguel e veraneio.	Pousadas, camping, hostel, casa de aluguel por diária.
Alimentação: restaurantes (variado, churrasco, pizza, peixes/frutos do mar, comida caseira, comida típica e regional) e diversos (mercado, açougue, lanchonete, bar, doceria, sorveteria).	Restaurantes, bares e lanchonete.
Agências: de turismo receptivo.	Serviço não identificado
Serviço de guiagem: guias, condutores, monitores, mateiros;	Guias recepcionistas, marítimos e terrestres
Meios de transportes e acessos Intermunicipais e Interestaduais: Rodoviário, fluvial (balsas e/ou barcos), ferroviário, aéreo;	Serviço não identificado
Meios de transportes e acessos locais: táxis, vans, kombis, barcos, avião destinados ao apoio para acesso aos atrativos ;	Barcos
Outros serviços de turismo e Lazer: locação de motos, bicicletas e cavalos, locação e venda de equipamentos de escalada/espeleologia ou esportes de aventura em geral (p.ex.) bóia-cross;	Locação de bicicletas
Recreação, entretenimento e	Serviço não identificado

espaços para eventos artísticos e culturais: cinema, teatro, casas de shows, centros esportivos, centros culturais, parques de diversão, boate, clubes;	
Estabelecimentos comerciais de apoio turístico: loja de materiais fotográficos, de artesanatos ou “souvenirs”.	Oficina de artesanato e mercadinho

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Quanto aos serviços e equipamentos turísticos, foram identificados ao longo da comunidade treze equipamentos turísticos disponíveis para o turista que visita a comunidade (Quadro 4), dentre eles quatro bares e restaurante, uma pousada um mercadinho, uma oficina de artesanato, um ponto passeio turístico marítimo, uma sede de visitação, o Projeto peixe-boi.

Figura 17: Estabelecimentos que disponibilizam serviços turísticos na comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB





5 - Mercadinho e restaurante



6 - Oficina de artesanato



7 - Ponto de passeio turístico



8 - Sede do Projeto Peixe-boi

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

A Pousada e Restaurante (1), funcionam no mesmo local, a pousada disponibiliza quatro chalés com capacidade para quatro pessoas cada, já o restaurante funciona das 11:00 às 15:00, servindo práticos típicos regionais, sendo suas especialidades o empadão de marisco e peixada da Barra.

O bar (2) está localizado próximo a igreja local, funciona principalmente como forma de bar, servido também aperitivos, como fica localizado na casa do proprietário o bar não tem horário fixo de abertura, podendo o consumidor usufruir dos serviços ao chamar o proprietário em sua residência.

O Restaurante (3) também é localizado dentro da casa do proprietário, sendo um empreendimento familiar. Serve comidas caseiras típicas, lanches e bebidas, funcionando principalmente em horário de almoço.

O Espaço de hospedagem (4) é um empreendimento que oferece modalidades de camping, hostel, chalés com disponibilidade para até quatro pessoas e casa sede que consiste no aluguel por diárias da casa sede, de dois quartos, do espaço de hospedagem, onde também funciona o hostel.

O mercadinho e restaurante (5) funcionam no mesmo prédio que também é local de moradia do proprietário, o mercadinho disponibiliza produtos básicos de

alimentação e limpeza, voltado principalmente para consumo da comunidade local, quanto ao restaurante, o mesmo passa sua maior parte do tempo fechada, funcionando principalmente no período de alta estação ou com reserva antecipada, servindo comidas caseiras típicas, principalmente pratos com frutos do mar.

A oficina de artesanato (6) funciona próxima a todos os outros estabelecimentos, trabalhando com a fabricação e venda de peixes-boi de pelúcia.

Figura 18: Estuário do Rio Mamanguape - PB



Fonte: Fernanda Cruz, 2014

O ponto de passeio turístico (7), localizado no estuário do Rio Mamanguape - PB (Figura 18), é onde encontra-se os guias marítimos que oferecem passeios para a observação de peixes-boi marinhos (Figura 19), seu horário de funcionamento é das 8:00 às 16:00 horas. Estes mesmo canoeiros também oferecem travessias de barco para outras comunidades próximas.

Figura 19: Turistas fazendo passeio de barco para observação do Peixe-boi



Fonte: Fernanda Cruz, 2014

Por último, localizada próxima ao ponto de passeio turístico, está a sede do projeto Peixe-boi (8), onde encontram-se o alojamento do projeto peixe-boi para estudantes e pesquisadores e o centro de visitação do Peixe-boi marinho destinados a turistas e estudantes que buscam conhecer a história do peixe-boi marinho e sobre o projeto. O centro de visitação do peixe-boi funciona das 8:00 às 16:00 horas, com guias recepcionistas locais que explicam a história do peixe-boi e passam vídeos didáticos sobre o assunto. No mesmo local, encontram-se guias terrestre que estão começando a fazer passeios de bicicletas e trilas pela mata com os turistas, esses guias também promovem os alugueis de bicicletas para os turistas interessados.

Também mesmo prédio está localizado a sede provisória da Associação de artesãos e guias de ecoturismo da APA da Barra do Rio Mamanguape - PB (AGEAPA).

Ainda, mediante observação participativa, foi observado no período de veraneio e carnaval de 2015, o crescimento da atividade de camping, tanto nos ambientes privados, como na casa de hospedagem, como no entrono da comunidade de forma independente. Essa atividade agrega perfis de turistas independentes que pouco usufruem dos equipamentos turísticos da região, e no incremento da renda local. Esta, pode ser um panorama para o desenvolvimento turístico local, todavia se não planejado e estruturado para a participação efetiva da comunidade como anfitriões da disponibilização dessa atividade como serviço, a

mesma dificilmente se caracterizará como atividade de base local e poderá trazer consigo impactos culturais e ambientais.

Dessa maneira, identificamos uma oferta de equipamentos turísticos ainda limitada, sendo apenas os meios de hospedagem e serviço de guiagem os únicos equipamentos voltados especialmente para os turistas. Os demais equipamentos turísticos buscam atender a comunidade local e moradores do entorno primeiramente e como consequência os turistas que visitam a região. Essa falta de estruturação de equipamentos turísticos, se dá primeiramente pela falta de articulação turística na região, através de um turismo pouco fixado como atividade turística.

Esse ambiente ainda pouco organizado, deixa de criar nos moradores locais o estímulo e confiança de investirem em empreendimentos que atendam os turistas. Ou seja, a falta de um ambiente turístico determinado desencoraja os moradores locais a atender um turista que eles não sabe se virão, deixando os mesmos de desenvolver um protagonismo no turismo local.

Em relação aos atrativos turísticos naturais da comunidade da Barra do Rio Mamanguape, foram identificados grande riqueza natural diversificada. A comunidade já se localiza dentro de uma Unidade de Conservação, o qual já agrega grande potencial natural e turístico (Quadro 5).

Quadro 5: Atrativos turísticos identificados na comunidade da Barra do Rio Mamanguape

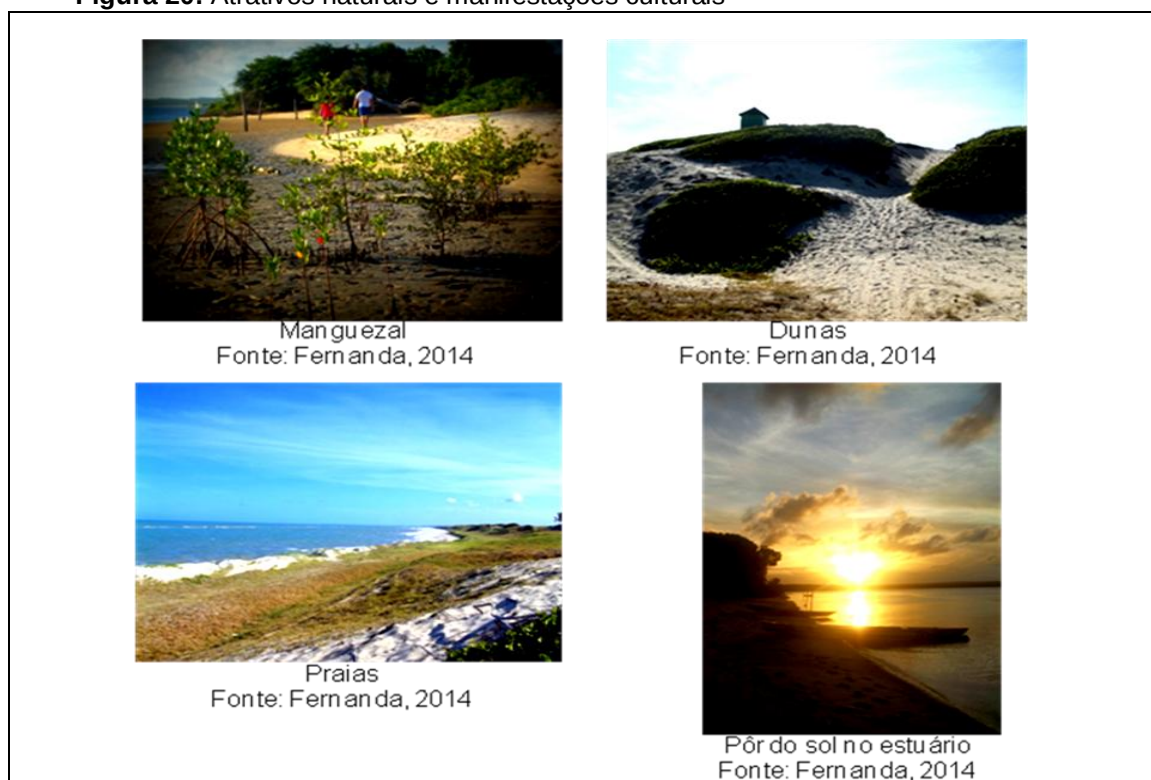
ATRATIVOS TURISTICOS			
Atrativos naturais (cênicos, recursos remanescentes ou em extinção)		Atrativos e manifestações culturais, religioso cívico, artístico ou popular	
Borges (2003)	Atrativos identificados	Borges (2003)	Atrativos identificados
Áreas naturais protegidas: parques públicos e privados e demais áreas que permitem visitação.	Comunidade inserida na APA da Barra do Rio Mamanguape - PB	Culturais e Históricos: sítios históricos, arqueológicos ou étnicos; construções, , religiosas e históricas; museus; eventos e festas culturais; minas antigas; estradas e trilhas históricas;	Igreja, eventos e festas culturais
Montanhas: picos, serras e cânions,	Atrativo não identificado	Gastronômicas: bebidas, comidas,	Comidas típicas

suas trilhas e seus mirantes.		doces e salgados típicos;	
Planaltos e Planícies: chapadas e vales.	Atrativo não identificado	Artísticas: contadores de histórias, grupos étnicos, folclóricos e populares de danças e música;	Comunidade tradicional de pescadores
Costas e Litorais: praias, manguezais, recifes de corais, baías e enseadas, barras de rios e dunas.	Praias, manguezais, recifes, dunas, barras de rios, estuário	Artesanato: Cestarias, tapetes, cerâmicas, metais, pinturas, papel, motivos locais;	Artesanato com cipó de fogo, conchas de marisco, confecção de peixes boi de pelúcia
Ilhas e arquipélagos: locais para mergulhos.	Atrativo não identificado*	Eventos programados: Feiras, mercados, exposições, congressos/seminários, eventos esportivos, eventos turísticos;	Eventos esporádicos
Cavidades Subterrâneas: grutas e cavernas.	Atrativo não identificado	Centros Técnicos: zoológico, Jardins botânicos/hortos.	Projeto Peixe Boi
Recursos Hídricos: rios, lagos, nascentes, canais e represas, Cachoeiras, etc.	Rios		
Flora: mata primária, mata secundária, exemplares raros ou em extinção.	Mata primária e secundária		
Fauna: observação de aves, ninhais, criadouros naturais, presença ou vestígios de mamíferos, animais em extinção, criadouros comerciais, locais para pesca.	Projeto peixe-boi Peixe boi-marinho		

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Na comunidade e próximo à ela foi possível identificar ecossistemas diversificados como, praias arenosas com cordões de dunas, recifes costeiros, falésias, mata de restinga e de tabuleiro, lagoas e uma área de manguezal com remanescente de floresta atlântica, estuário, e lagoas (Figura 20). Criando, dessa forma, um potencial cênico diversificado e singular de ambientes ainda amplamente conservados, fato que o torna atrativo valioso para o turismo, tendo a paisagem o principal estimulador de visitação para os turistas e ecossistemas diversificados para a prática de um turismo na natureza de forma responsável. Ainda foi possível identificar o projeto peixe-boi e o próprio peixe-boi marinho como forte impulsionador e atrativo turístico na comunidade, visto que grande parcela de visitantes da comunidade vem com a motiva o de visitar o peixe-boi marinho.

Figura 20: Atrativos naturais e manifesta es culturais





Forró do peixe boi (1)
Fonte: Eventos Litoral Norte, 2014



Forró do peixe boi (2)
Fonte: Eventos Litoral Norte, 2014



Artesanato cipó de fogo(1)
Fonte: Adriano Felipe, 2014



Artesanato com conchas de marisco
Fonte: Eventos Litoral Norte, 2014

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Quanto os atrativos e manifestações culturais, foi possível identificar, além da própria cultura tradicional de pescadores e seus modo de vida, as suas manifestações culturais por meio de eventos como o Forró do Peixe-boi, que conta com atrações culturais, ações de educação ambiental, atividades esportivas, valorização da cultura; como também religiosos com a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes nos meses de Dezembro. Entre outros eventos que acontecem esporadicamente ao longo do ano que também atraem turistas para a visita da comunidade, sendo estes tanto acadêmicos como esportivos e culturais.

O artesanato é um movimento que vem crescendo atualmente na região, quando antes o principal símbolo do artesanato da região era a confecção dos peixes-boi de pelúcia, hoje essa atividade já vem se desenvolvendo de formas diversificadas, à exemplo dos artesanatos com o cipó de fogo para a confecção de luminárias, acessórios de decoração, fruteiras, entre outros. também há a valorização do artesanato com conchas de marisco, esses catados pelas próprias marisqueiras locais.

Nesse sentido, ver-se, a partir dessa identificação, uma forte cultura local que pode ser trabalhada como potencial cultural turístico, assumindo um dos papéis

principais, junto ao meio ambiente, de atrativo turístico. Ainda, a cultura local é um dos fundamentos do desenvolvimento do turismo de base local, defendido por Aguiar (2007), pois essa tipologia respalda-se no ser social e suas características, colocando-o como protagonista do turismo.

Nessa perspectiva, através da identificação dos atrativos turísticos no entorno da comunidade da Barra do Rio Mamanguape, bem como na APA da Barra do Rio Mamanguape como um todo, se faz necessário adequar os atrativos turísticos com as normas de uso estabelecidas pelo Plano de Manejo da UC (ICMbio, 2014), como também identificar as atividades que podem ser realizadas nesses ambientes, demonstradas pelo Ministério do Turismo, em seu caderno *Ecoturismo: Orientações Básicas* (2010), já evidenciadas no capítulo 2.

Dentre as atividades ressaltadas pelo Ministério Turismo, já adequadas as normas estabelecidas pelo Plano de Manejo (ICMBIO, 2014), a UC tem potencial para o desenvolvimento de atividades, como:

- Observação de fauna, desenvolvendo atividades de *birdwatchign*, *whalewatching*, *dolphinwatchign*, observação de mamíferos, insetos, répteis e anfíbios, mergulho contemplativo;
- Atividades de aventura, como surf, wind-surf, kite-surf e com a utilização de caiaques e canoas a vela de pequeno porte;
- Trilhas interpretativas, com caminhadas e passeios ciclísticos, por trilhas já existentes;
- Observação da flora e atividades agropecuárias da cultura local, como o conhecimento sobre plantas locais;
- Observações de formações geológicas, através de caminhadas e trilhas;

Todavia, essas atividade não são liberadas para todas as zonas da UC, podendo ser realizadas apenas em locais específicos. A UC está dividida em sete zonas, as quais possuem finalidades específicas de utilização, que vão definir a permissão ou não da atividade turística e construção de equipamentos turísticos. Para tanto, o Quadro 6 a seguir faz uma síntese do zoneamento da APA da Barra do Rio Mamanguape, com suas características biológicas e socioeconômicas, fazendo uma descrição das atividades permitidas em cada zona.

Quadro 6: Caracterização dos meios biológicos e socioeconômicos das zonas da APA da Barra do Rio Mamanguape - PB e sua viabilização de atividades a serem desenvolvidas

ZONAS DA APA DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE	CARACTERIZAÇÃO DOS MEIOS BIOLÓGICOS	CARACTERIZAÇÃO DOS MEIOS SOCIOECONÔMICOS	ATIVIDADES PERMITIDAS
Zona de conservação dos recursos naturais	Manguezais, Mata de tabuleiro, Mata de restinga.	Atividades de carcinicultura empresarial.	Pesquisa Científica, visitação, educação ambiental, extrativismo, tráfego de embarcações e veículos
Zona de proteção estuarina	Zona infralitorânea onde ocorrem espécies ameaçadas como peixe boi-marinho, tartaruga verde, tartaruga-de-pente, cavalo-marinho e mero.	Áreas utilizadas para atividades de subsistência e turismo.	Pesquisa, educação ambiental, visitação, mergulho, tráfego de embarcações com motor até 6,5 hp.
Zona de uso sustentável	Recifes e espécies associadas. Ocorrência de espécies ameaçadas: peixe-boi marinho, botocinza, tartaruga-de-pente, tartaruga-verde, tartaruga cabeçuda.	Áreas utilizadas para pesca e turismo.	Pesca artesanal, pesquisa, educação ambiental, visitação, mergulho, atividades náuticas desportivas, tráfego de embarcações.
Zona agropecuária	Originalmente ocupada pela Mata de Tabuleiro. Várzeas dos rios Manibu, Velho. Pauls utilizados para agricultura e pecuária de subsistência. Presença de espécies sinatrópicas.	Áreas importantes para agricultura e pecuária de subsistência. Importante para a indústria sucroalcooleira.	Pesquisa científica, técnicas agrícolas apropriadas, educação ambiental, extrativismo, manejo sustentável.
Zona de ocupação controlada	Manguezais, restingas, Mata de Tabuleiro.	Locais de moradia e atividades sociais e econômicas.	Edificações para moradia e demais atividades econômicas de acordo com leis de parcelamento do solo.
Zona de recuperação	Manguezais e Mata de Tabuleiro.	Atividades de carcinicultura empresarial, pecuária.	Pesquisa científica, educação ambiental, extrativismo.
Zona de sobreposição	Manguezais, restingas, Mata de Tabuleiro.	Atividades de carcinicultura empresarial.	Pesquisa Científica, Visitação, Fiscalização, Educação Ambiental, extrativismo, tráfego de embarcações e veículos.

Fonte: ICMBio (2014, p.275-78), adaptado pelo autor.

Para cada zona, existem áreas específicas para a realização da atividade turística, como é o caso do ciclismo em trilhas já existente. Contudo, há proibições que envolvem as atividades turísticas que devem ser ressaltadas, como a utilização de veículos motorizados nas dunas, praias e restinga; é proibido a utilização de lanchas e *jet-ski* na zona estuarina, bem como a pesca esportiva e industrial; não é permitido a caça terrestre e submarina e a caminhada nos arrecifes sem autorização prévia do ICMBio.

Sendo o meio ambiente e a cultura local um dos principais atrativos para o desenvolvimento do turismo de base comunitária (SANSOLO, 2009), a UC demonstra grande potencial para o desenvolvimento de atividades diversificadas, que envolvam a comunidade, na valorização da cultura local, contemplação da natureza e conservação do meio ambiente. Ainda, com o conjunto dos atrativos naturais destacados, junto ao perfil do turista que visita a comunidade, é possível perceber o Ecoturismo de base comunitária como real atividade de cunho responsável que venha agregar qualidade de vida para os moradores locais, instituindo-lhes o sentimento de inclusão, e conservação da natureza, como defende Irving (2009).

5.4 Dimensão de interesses e responsabilidades sobre o turismo na comunidade da Barra do Rio Mamanguape

Nessa análise, foram observadas as falas dos dois atores de maiores destaque no âmbito do turismo local, junto ao seu desenvolvimento, a Gestora da APA da Barra do Rio Mamanguape - PB, e o Secretário de Turismo do Município de Rio Tinto - PB.

5.4.1. Atuação da Administração da APA da Barra do Rio Mamanguape - PB, no desenvolvimento do turismo na Comunidade da Barra do Rio Mamanguape

Para uma análise categórica, foram destacados dois temas bases para a análise da entrevista realizada com a administração da APA, sendo essas: Ações e interesses no desenvolvimento do turismo e expectativas sobre o turismo local

5.4.1.1. Ações e interesses no desenvolvimento do turismo

A administração de uma unidade de conservação, como responsável pelo manejo e conservação da área tem por compromisso estar ciente das atividades turísticas praticadas na região que abrange a UC e fiscalizar as mesmas, quando não incentivá-las de forma responsável e coerente com o objetivo de criação da unidade de conservação (MEDEIROS et al., 2011).

A APA da Barra do Rio Mamanguape, possui como um de seus objetivos de criação, através do Decreto nº 924, de 10 de setembro de 1993, o fomento do turismo ecológico e educação ambiental. Nesse sentido, fica de encargo também da administração da UC, incentivar e dar subsídio ao turismo na região.

Observou-se, a partir da entrevista, uma pequena articulação para o fomento do turismo na região, o mesmo acaba aparecendo da necessidade de planejamento de um turismo adequado ao ambiente, para uma demanda de turistas que visitam a região e sobretudo da articulação de moradores locais que começam a trabalhar com o turismo.

Nessa perspectiva, a administração da UC apoia o turismo de uma forma mais reativa do que proativa, atuando de acordo com as necessidades que aparecem sobre o tema e não planejando antecipadamente o desenvolvimento no turismo.

Isso se verifica, a partir dos questionamentos sobre o desenvolvimento do turismo na UC, e a presença ou ausência de incentivos e apoios à atividades turísticas. Nesse sentido, a Chefe UC salienta que o único apoio existente atualmente ao turismo vem a partir da própria APA, não existindo incentivos por parte de órgãos privados ou governamentais, quando fala *"a gente está apoiando a associação nos guias turísticos, o foco o principal, o carro chefe é o passeio de barco para ver o peixe-boi e o museu do peixe-boi. A gente tem feito a capacitação desses guias turísticos, tem apoiado, estamos com o termo de reciprocidade pra ser assinado em Brasília para firmar esse apoio com esse pessoal, mas de fora não tem não"*

Sendo importante salientar que o apoio da UC voltada ao turismo está principalmente voltado para o centro de visitação do peixe-boi marinho, que fica

localizado na comunidade da Barra do Rio Mamanguape. Portanto, o programa de apoio e capacitação desenvolvido pela administração da APA se dá em especial aos moradores que trabalham com a visitação do peixe-boi, sobretudo com os guias da sede do projeto peixe-boi, como ressaltado na fala da Chefe da UC acima e explicado pela mesma quando diz, *"a capacitação atualmente é feita por nós através de nossa analista ambiental, direcionado aos guias de turismo, de como orientar os turistas de ter conhecimento até sobre as espécies que o pessoal vai visitar, basicamente é isso"*.

A AGEAPA é a único órgão organizado que trabalha com o turismo na região. A associação abrange todos os guias turísticos e artesões da APA, porém sua atuação atualmente se destina principalmente na comunidade da Barra do Rio Mamanguape, por na mesma estar localizado a sede do projeto peixe boi, que destaca-se como carro chefe do turismo de toda da UC. A associação ainda procura organizar a atividade de agencias de turismo externas à visitação do projeto peixe-boi. Tendo a administração da APA como auxiliadora nesse processo de interação, como explicou a chefe da UC dizendo, *"a gente recebeu o contato de uma agencia de turismo para saber como funcionava o passeio e nós fizemos essa interação entre a agencia e a associação"*

Como infraestrutura de apoio aos turistas a UC oferece apenas *"a sede do projeto peixe boi, o museu do peixe-boi com um pequeno auditório para assistir algum vídeo"* (relata a Chefe da UC), sendo, respectivamente, uma casa com estrutura de alojamento e apoio à pesquisadores; e uma estrutura de visitação de turistas e estudantes.

Além dessa estrutura, como forma de apoio à divulgação da UC como proposta turística, a administração disponibiliza arquivos digitais e folhetos para os que procuram informações sobre a APA, todavia não há uma metodologia definida para a divulgação da mesma, e nem ações de marketing para o turismo. Dessa maneira tendo como seu único programa de incentivo ao turismo da região o auxilio das necessidades dos agentes que trabalham nesse segmento.

Diante disso, a administração da APA também observou a necessidade de instalação de placas de sinalização na estrada, indicando o caminho ao Projeto Peixe-boi, para auxiliar visitantes e pesquisadores que visitam o centro, ação que foi executada no período antecedente ao carnaval, já prevendo o grande fluxo de turistas na região, como observa a chefe da administração *"a gente colocou*

recentemente pelo carnaval algumas placas de sinalização, até porque o caminho – é complicado, mas precisa melhorar bastante". Nesse mesmo sentido e salientando o segmento turístico, foi indagado a chefia da APA, sobre a opinião da mesma em relação as condições de acessibilidade da estrada que dá acesso a comunidade do Rio Mamanguape e se suas condições seriam um empecilho ao desenvolvimento do turismo região, como resposta a chefia da UC falou *"se a estrada estiver mesmo de piçarra, mas transitável está ótimo, não necessariamente o asfalto seria a opção, a manutenção seria uma ação"*

Ainda, foi exposto que não existe nenhuma fonte de financiamento ou apoio de órgãos externos a UC para financiamento e promoção do turismo na APA, nem evidencias de estudos sobre os impactos do turismo desenvolvidos na região.

5. 4.1.2. Expectativas sobre o turismo local

Foi identificado, através de observação participativa, atividades de turismo excursionista na comunidade da Barra do Rio Mamanguape, nas quais o turista visita a atratividade turística, porém não passa mais de vinte e quatro horas no local (BENI, 2004).

Essa modalidade impossibilita por diversas vezes o desenvolvimento de empreendimentos de hospedagem na região por falta de demanda e até mesmo de empreendimentos mais consolidados direcionados ao turismo, diminuindo em consideráveis aspectos a diversificação de empreendimentos turísticos e consequentemente o desenvolvimento econômico através desse setor. Em contrapartida a continuidade dessa modalidade de turismo em aspectos sociais, assegura a sobrevivência de boa parte da cultura e costumes locais, bem com um menor impacto ambiental, devido a diminuição do tempo de contato dos turistas com os moradores locais e a menor adequação da estrutura local para a recepção dos visitantes (BENI, 2004).

Sobre essa perspectiva foi questionado a opinião da administração da UC sobre esta modalidade de turismo que hoje ocorre na comunidade, e como resposta foi relatado *"eu não tenho subsidio para dizer que é negativo, até porque na comunidade não tem capacidade para pousio, não tem muitas pousadas então eu*

não acho ruim que a pessoa passe o dia, faça um passeio de barco, não acho ruim não".

Nesse sentido, a chefe da UC também explica a importância da colaboração de outros órgãos para o desenvolvimento do turismo na região, salientando o compromisso da APA com o turismo, mas também com suas obrigações com outras atividades relacionadas a unidade: *"o que ajudaria seria a atuação de outros órgãos porque a administração da APA não tem o foco somente no turismo, somente da Barra do Rio Mamanguape. Então a gente tem que se direcionar para vários ângulos por conta das demandas, então uma PBTUR junto com a gente, uma SUDEMA para dar mais atenção, para dar um suporte melhor de roteiro turístico, de divulgação ajudaria bastante."*

Observou-se na administração da APA a preocupação do desenvolvimento de um turismo sustentável que fortaleça a comunidade local, valorize o meio ambiente e venha a ter impactos mínimos ao meio ambiente. A mesma também salientou que muitas pendências em relação ao desenvolvimento do turismo virá a ser solucionado com a publicação do plano de manejo da UC e consequentemente a liberação de alguns empreendimentos a serem construídos na região. A gestora da APA ainda fala sobre a expectativa de crescimento após o plano de manejo: *"a gente tem uma expectativa de crescimento, mas um crescimento de maneira ordenada até porque a gente já tem previsto alguns empreendimentos de grande porte, loteamentos, hotel fazenda que alguns proprietários de terra que já estão querendo fazer licenciamento e esperando o plano de manejo sair para dar andamento, e alguns poderão ser liberados"*.

Dessa maneira, nota-se uma visão determinante da finalização do plano de manejo tanto da administração da APA como dos proprietários de terras da região, como documento que decretará o desenvolvimento ou não desenvolvimento na região. Sendo o mesmo o documento norteador para o licenciamento dos empreendimentos turísticos já especulados por alguns donos de terras dentro da UC.

5.4.2 Atuação da Secretária de turismo do município de Rio Tinto - PB, no desenvolvimento do turismo na Comunidade da Barra do Rio Mamanguape

5.4.2.1 Ações e interesses no desenvolvimento do turismo

Foram questionados ao secretário de turismo do município de Rio Tinto, temas sobre a atuação da secretaria de turismo de Rio Tinto no desenvolvimento do turismo na APA da Barra do Rio Mamanguape, e em especial a comunidade da Barra do Rio Mamanguape.

A partir desses questionamentos foram observados pontos centrais da atuação da secretaria de turismo em relação a sua estratégia turística para o município, bem como para as áreas da UC pertencentes ao município de Rio Tinto.

A principal modalidade turística estimulada e desenvolvida pela secretária de turismo é o turismo de evento, tendo como seus principais eventos os carnavais realizados nas praias do município, principalmente na Praia de Campina, comunidade pertencente também a APA, a festa religiosa da padroeira da cidade no mês de maio, as festas do feriado de 7 de setembro e a vaquejada tradicional na região, dentre outros eventos de pequenos porte realizados e/ou apoiados pela prefeitura.

Mesmo com expressivo potencial para o turismo de natureza, histórico e sol e mar, a modalidade de turismo mais explorada na região é o de eventos, até mesmo por questões de estruturais, por falta de uma estrutura turística adequada para atender os turistas, como explica o secretário de turismo *"chegamos a conclusão de que Rio Tinto é muito explorado na questão de eventos, ecoturismo, turismo ambiental está começando. Nós temos vários eventos aqui que são bastante conhecidos no nosso município. (...) Como Rio Tinto é o único município próximo que tem várias atividades, vários eventos, então sempre damos ênfase aos eventos, essa questão de turismo religioso, do turismo ecológico, sustentável, nós não passamos a tratar dessa maneira, mas nós já estamos pensando em uma proposta que está sendo discutida entre a Secretaria para poder criar uma política pública para o município de Rio Tinto."*

Sobre essa proposta política pública voltada para o turismo na APA o secretário de turismo explicou: *"a gente só pode tomar iniciativa quando tiver o Plano de Manejo em mãos porque o que nós vamos divulgar? Se eu chegar aqui e*

divulgar um passeio de buggy pelo litoral de Rio Tinto? Não pode. São atividades que não podem, então temos que ter em mãos o Plano de Manejo e daí então começar a divulgar o que nós podemos fazer"

Nesse sentido a secretária de turismo, afirma sentir dificuldades no desenvolvimento e fomento do turismo na APA, especialmente pela ausência, até o momento, do plano de manejo para a regulamentação de uso da área, abrindo o discurso de que tudo se torna proibido na UC para o desenvolvimento do turismo na região, afirmando por vezes a divergência observada pelos órgãos entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável: *"Muitas vezes é o seguinte, o nosso turismo falta ser explorado na questão de usar as atividades, potencialidades que nós temos. Muitas vezes muitos investidores veem de fora e querem preparar a nossa região para um turismo de porte econômico elevado e é diferenciado de um turismo de sustentabilidade, que a gente trabalha mais pessoas nativas da região, de ecoturismo e esse tipo de seguimento. Como já houve a oportunidade no nosso município de perder um investimento muito grande, na Barra do Miriri, que é um turismo totalmente diferente do que se pretende na APA. Então, há uma distancia muito grande de concessão de ideias entre investidores e a APA nesse sentido."*

Ainda pode-se observar essa dificuldade de concordância entre a APA e a secretaria de turismo quando foi questionado ao secretário sobre parcerias com a administração da APA para o desenvolvimento do turismo, o mesmo esclareceu que *"Não existe ainda. Até porque todas as conversas que houveram, iniciou-se a conversa, mas antes que desse conclusão da conversa, esbarra na conclusão do Plano de Manejo. E já vem isso há décadas já rolando"*. Afirmando que a única parceria existente entre UC e secretaria de turismo ocorre de forma informal, através de colaborações mutuas, mediante demanda de necessidades dos dois órgãos.

Todo foco de perspectiva para o desenvolvimento turístico na APA por parte da secretaria de turismo de Rio Tinto, esbarra-se na conclusão do plano de manejo. Acreditando, o secretário de turismo, que a sua conclusão, facilitará o fomento do turismo na região. Todavia, fica exposto em suas afirmativas a opção de desenvolvimento econômico, como expectativa de desenvolvimento.

A secretaria não possui um publico alvo específico, para o turista que visita a barra do Rio Mamanguape, no que diz respeito a divulgação da atratividade turísticas, eles oferecem informações das praias da UC através do proprio site da

prefeitura: *"a gente joga a informação muito em aberto, porque ainda não houve um estudo específico do município e da secretaria para dizer assim 'o público que visita a Barra de Mamanguape e a APA é um público da faixa etária de tal a tal' a gente não se prendeu para fazer esse estudo, quando nós fazemos a divulgação fazemos ampla e aberta para todos os públicos".*

Sobre o turismo excursionista desenvolvido atualmente na comunidade da Barra do Rio Maranguape, o secretário de turismo fala *"No meu ponto de vista como secretário, vejo como um ponto negativo porque nós deveríamos explorar muito mais em pousadas para alojar esse pessoal porque quanto mais tempo passa um turista em uma determinada região, mais ele deixa economicamente e ajuda aquela comunidade. Aquela falta de estrutura e de hospedagem atrapalha sim na Barra de Mamanguape, por isso há tanto esse grupo de pessoas que vai visitar, muitas vezes vai visitar a Barra de Mamanguape e vai almoçar em Lucena, vai visitar e dá um jeito de almoçar na cidade ou em João Pessoa. Assim a comunidade não passa a ser um ponto de turismo, passa a ser uma rota, uma rota a gente vai lá e passa e vai gastar o nosso dinheiro em outro local. Tem que aumentar a divulgação para melhorar, mas tem que ter investimento privado para restaurantes, pousadas e ideias de locais para fazer com que o público fique preso em explorar aquela região".*

Constatando que seria economicamente mais viável a permanência dos turistas na região, todavia salientado a falta de estrutura que a comunidade possui. salientando também, o secretário, ser a favor do asfalto para a estrada que leva a comunidade da Barra do Rio Maranguape e que passa também por outras comunidades da região, tanto como forma de benefício ao desenvolvimento do turismo como das comunidades que moram as margens dessa estrada. Afirmando que *"tratar sobre a questão do turismo é uma coisa e tratar sobre a questão comunitária, não são assuntos distantes, mas são assuntos diferentes. Imagine você ir morar na comunidade da Barra de Mamanguape em pleno inverno, em nossa região mês de Junho e Julho, tendo a necessidade de um Hospital? É complicado, entendeu? Agora, se a gente for olhar pela questão do turismo, o fluxo de pessoas para nossa região, se tiver um asfalto vai aumentar um número de turista, e nossa região não está preparada para receber um público tão grande (...) há a necessidade de uma estrada bem mais confortável do que essa que nós temos. Um turismo que vem crescendo muito com esse projeto do Governo Federal de dar acessibilidade de passagem a pessoas aposentadas, então, imagine você pegar um ônibus e estas*

peessoas de setenta anos nessas estradas aqui com buracos, fica bastante complicado. Mas enquanto um ônibus em asfalto com acesso até a Praia de Campina pelo menos, seria bastante mais confortável."

O secretário de turismo ainda relata que poucos cidadãos do município de Rio Tinto conhecem ou sabem da existência das praias do litoral do município, visitando as praias da cidade vizinha, Baía da Traição, e mostra a preocupação da secretaria de turismo em divulgar para os moradores locais as praias da cidade para que os moradores as conheçam e possam visitá-las.

5.5 Perspectivas sobre o turismo a partir de instituições atuantes na comunidade da Barra do Rio Mamanguape

Para interpretação das entrevistas, foram destacados categorias de análise

- Interesses e parcerias no desenvolvimento do turismo;
- Percepção e opinião sobre o turismo desenvolvido na comunidade

5.5.1 Interesses e parcerias no desenvolvimento do turismo

Nessa categoria foram analisados a relação das instituições com o turismo local e seus interesses no desenvolvimento do mesmo.

Neste sentido os representantes das instituições foram questionados sobre sua relação com o turismo desenvolvido na região e suas parcerias com a administração da APA para a promoção do turismo local, diante dos questionamentos foram observados uma participação mais efetiva atualmente no turismo local da AGEAPA, tendo as outras duas instituições se afastado desse setor nos últimos anos, como mostrado no Quadro 7.

Quadro 7: Participação das instituições no desenvolvimento turístico na comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB

Atores	Sim	Não	Justificativa
AGEAPA	X		<i>"Principalmente a visitação do peixe boi, o principal é a visitação do peixe-boi então é o seguinte, tem as normas de visitação, questão de aproximação, de interação com o</i>

			<i>animal que é a APA que determina todas essas normas, então a associação faz a parte de informar os guias, de treinar os guias para que eles possam colocar em prática todas essas normas, todas essas series de restrições e limitações que é necessário para o animal, então é a APA que diz e é a associação que executa."</i>
Colônia de Pescadores		X	<i>"A colônia, ela tinha uma promoção com o turismo aqui há uns dois anos atrás, mas depois que surgiu a associação lá dentro do Projeto Peixe-boi, a colônia afastou-se mais desse turismo. O turismo ficou por conta da associação."</i>
Fundação Mamíferos Aquáticos		X	<i>"Em 1996 foi a ocasião em que chegaram os primeiros peixes-boi em cativeiro na Barra, na época tinha cativeiro (...) e o que motivava naquela ocasião a vinda dos turistas era a presença dos peixes-boi (...) naquela ocasião a gente percebeu o quanto poderia também agregar algum valor a comunidade local a partir desse turismo de observação (...) na ocasião nós colaboramos com alguns cursos de capacitação para os então guias. Até o período tinha o cativeiro. E esse processo tivemos até meados de 2010 e depois disso, nós não estávamos mais presentes nas atividades que envolvessem a manutenção dos animais em cativeiros, e dentro desse contexto de turismo propriamente dito, a nossa relação estava voltada muito mais para esse turismo de observação dos animais, então de 2010 pra cá a gente ficou um pouco mais distante."</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Todas as instituições possuem ou já possuíram relação com o turismo na Comunidade da Barra do Rio Mamanguape-PB. A relação mais antiga de organização do turismo vem a princípio dos próprios pescadores locais que utilizavam suas canoas para conduzir os turistas esporádicos que chegavam para a observação dos peixes-boi em cativeiro. A fundação Mamíferos Aquáticos, responsável pelo Projeto Viva peixe-boi e a manutenção e cuidado dos peixe-boi em cativeiro, observando o crescimento do fluxo de turistas, motivados pela visita ao Peixe-boi marinho, procurou contribuir para a organização dessa atividade na região

através de curso de capacitação aos guias existentes na época, meados de 1996 por diante, e dando apoio à atividade no que se referia a observação do animal. Todavia após a retirada dos peixes-boi de cativeiro, a Fundação afastou-se das atividades turísticas, até o momento.

Continuando apenas a Colônia de pescadores participando do turismo local, através dos guias marítimos que na ocasião eram os pescadores também associados à Colônia de pescadores. Todavia, não existia apenas os guias marítimos no contexto do turismo na região, existiam também os guias recepcionistas que eram responsáveis pela recepção dos turistas e pelas palestras sobre o projeto peixe-boi e a vida desses animais.

Em 2012, foi criada a Associação de Artesãos e Guias de Ecoturismo da região da APA da Barra do Rio Mamanguape - PB (AGEAPA), para atender a demanda por organização da categoria turística da UC, onde a partir de seu surgimento, a mesma assumiu o papel de coordenação e ordenamento das atividades turísticas na localidade, optando a Colônia de Pescadores por seu afastamento dessa atividade a princípio, todavia os associados da colônia de pescadores continuaram na atividade turística como canoieiros, associando-se também a AGEAPA, como afirma o representante da Colônia de Pescadores ao dizer *"Sim ela (a colônia) tem o interesse de ajudar o turismo na região, agora só que a associação está chegando mais na frente do que a colônia porque todos os associados lá da colônia são esses que trabalham lá dentro do turismo, que são os canoieiros"*.

Sendo a AGEAPA, a única instituição envolvida diretamente com o turismo na região, a mesma salienta sua parceria com a administração da unidade de conservação para a promoção do turismo, salientando o apoio dado pela APA para execução das atividades turísticas desenvolvidas pelos associados da AGEAPA, como salienta o representante da associação *"(...) A dona Thalma, que é funcionária da APA, ela tem dado os treinamentos, para os guias, para os guias recepcionistas, guias marítimos, tem procurado também algo pra ajudar, pra me ajudar que eu sou guia terrestre também, trabalhando com trilhas, então ela tem dado esse apoio e também tem sido uma orientadora muito forte na questão da associação para como agir, tem direcionado, tem ajudado bastante, sem falar também do espaço, hoje a AGEAPA funciona dentro de uma base da APA, tem o centro de visitação que fica*

dentro da base da APA, que quem utiliza esse centro de visitação é a AGEAPA, mas é um prédio da APA, então tem toda uma parceria."

No período da entrevista, a APA da Barra do Rio Mamanguape - PB encontrava-se em processo de finalização de seu Plano de Manejo, o qual irá estabelecer o zoneamento e normas que nortearão o uso da área da UC e o manejo dos recursos naturais, segundo a Lei Nº 9.985/2000 (BRASIL, 2000).

Nessa perspectiva, foi questionado aos representantes das instituições atuantes na comunidade sobre suas expectativas em relação ao turismo após o sancionamento do plano de manejo, referente ao questionamento foram declarados no Quadro 8:

Quadro 8: Expectativa sobre o plano de manejo da UC pelas instituições

Atores	Há expectativas	Não há expectativas	Justificativa
AGEAPA		X	<i>"Olha em relação ao plano de manejo eu acho que não muda muita coisa não, pelo tipo de turista, que tem vindo, que tem vindo visitar o peixe boi, que tem vindo conhecer o lugar, isso é um pouco independente da situação do plano de manejo, ter, não ter, ter acontecido, não ter acontecido, que for acordado ou que não for, eu acho que não altera muita coisa não na questão da visitação"</i>
Colônia de Pescadores	X		<i>"Sim, a colônia tem um grande interesse de participar do turismo aqui dentro da Barra de Mamanguape por que o turismo foi criado aqui dentro e é daqui da Barra."</i>
Fundação Mamíferos Aquáticos	X		<i>"Tem sim. Na verdade não expectativas, nós temos algumas preocupações (...)."</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Em relação a visão da AGEAPA sobre o plano de manejo, a associação acaba observando o turismo por um viés presente, não deixando-se observar

situações futuras, todavia quando indagados sobre a situação de restrições e limitações futuras determinadas no plano de manejo sobre a atividade turística na APA, principalmente em relação as trilhas terrestres, o representante da associação responde *"Olha o plano de manejo em si também eu acho que não altera nada porque a gente já trabalha hoje com levantamento de suporte das trilhas e procurando estar tudo dentro das normas, independente do plano de manejo, então, a única coisa que poderia piorar, dificultar, era se, por exemplo, onde acontece as trilhas, no plano de manejo dissesse, 'vai ser fechado ou vai ser uma área particular, não pode ter acesso', mas eu duvido muito que isso possa acontecer porque pelo lugar que a gente desenvolve essas trilhas, já é todo voltado as normas."* Entretanto, quando questionados sobre essas normas e o levantamento de suporte, o mesmo destaca a não existencia de um trabalho concreto sobre a capacidade de carga, estabelecendo assim, junto a administração da APA um numero ideal de visitantes e seguindo as normas de visitação estabelecidas também pela administração da APA, sendo essas normas não documentadas.

Mostrando nesse contexto que, segundo a associação, a mesma procura planejar e desenvolver suas atividades através das normas ambientais já estabelecidas pela unidade de conservação.

O representante da Colônia de pescadores se privou a observar seu interesse e preocupação no turismo futuro, ressaltando que há o interesse da instituição de ajudar no desenvolvimento do turismo, mas, sobretudo que seja um turismo que seja feito pela comunidade local, gerando renda e qualidade de vida para os mesmo, como o próprio enfatiza, *"(...) do turismo aqui dentro da Barra de Mamanguape por que o turismo foi criado aqui dentro e é daqui da Barra"*.

Vem da Fundação Mamíferos Aquáticos a maior preocupação com as consequências futuras do plano de manejo e principalmente com a liberação de áreas para a construção de empreendimentos turísticos, a preocupação surge no instante em que esses empreendimentos podem descaracterizar a cultura local e marginalizar as populações locais, como bem salienta o representante da fundação *"A gente está aqui a bastante tempo e convive com rumores diferentes de algumas épocas, hora é situações que evidenciam a possibilidades de sair resorts, outro pousadas de tamanhos e lugares que talvez não caberiam ter. Então enquanto isso se vira uma verdade ou então no futuro se vira um empreendimento, o quanto esse empreendimento pode vir a descaracterizar um pouco os costumes, ou pouco*

características ambientais, é um pouco uma expectativas que nós temos. E quando eu falo em preocupação, é assim, infelizmente as vezes uma pequena atitude pode te deixar um pouco com pé atrás, eu lembro que em 2003, meados de 2003, 2004, quando o pessoal dos belgas compraram aquela região do Miriri, uma das primeiras atitudes que eles tiveram foi colocar uma porteira, praticamente só tinha uma estradinha, só tinha não, só tem, que era utilizada de forma centenária praticamente, pelas comunidades, que além da praia era praticamente o único acesso ao rio, local onde o pessoal também utiliza para pesca. E a primeira atitude deles foi colocar uma porteira que praticamente inviabilizou o acesso, então, ou seja, um tipo de transformação de grandes empreendimentos, ou grupos, que fazem seu empreendimento e desconsidera um contexto local, desconsidera a presença de quem já está no local, possa vir trazer uma realidade muito diferente do que a realidade que tem hoje".

O representante ainda justifica sua preocupação, com sua experiência com o turismo em outros locais, onde algumas propostas à depender do interesse de governos, representantes privados e comunidades levaram a região a situações negativamente impactantes, ao meio ambiente e as comunidades: *"conheço alguns locais que tiveram propostas bem sucedidas e que o turismo trouxe contribuições bem significativas e conheço outros que de alguma maneira descaracterizou completamente e mudou muito o local. E a nossa postura é ficar com um tanto de atenção e intervindo de maneira mais exata em alguns momentos que alguns rumores começam a querer virar uma verdade que possa trazer transtornos talvez irreparáveis."*

5.5.2 Percepção e opinião sobre o turismo desenvolvido na comunidade

O turismo atualmente desenvolvido na região da comunidade, alicerça-se principalmente pela visitação do peixe-boi e pela visitação das praias ao entorno, nessa perspectiva, foi questionado aos entrevistados suas visões sobre o turismo desenvolvido na localidade atualmente, e foram observados as seguintes opiniões (Quadro 9):

Quadro 9: Visões sobre o turismo desenvolvido atualmente na região

Atores	Visões
AGEAPA	<i>"(...) Esse turista que vem ele ainda não encontra muita coisa, ele vem por causa do peixe-boi e volta se possível no mesmo dia, então falta muita coisa, tem muita coisa aqui que ele poderia ver, poderia aproveitar, e ele não aproveita."</i>
Colônia de pescadores	<i>"Eu acho que o turismo é bom (...) APA tem um programa que o turismo não afeta o meio ambiente, eles protegem o meio ambiente, principalmente os pescadores aqui da Barra de Mamanguape, eles ajudam muito a APA, como a APA ajuda eles"</i>
Fundação Mamíferos Aquáticos	<i>"(...) grupo de pessoas que tem vindo pra cá, não são necessariamente pessoas que moram na localidade não tem sido legal ao meu ver, tem se utilizado de veículos 4x4 pra passar em áreas de dunas, em vegetação de restinga, em áreas de desova de tartarugas, em locais que trazem malefícios diretos. A questão do lixo, veem e deixam muito lixo aqui."</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Mediante o exposto observa-se uma preocupação com o desenvolvimento do turismo local por diferentes perspectivas, haja vista que o representante da Fundação Mamíferos Aquáticos expõe sua preocupação com o tipo de turista que visita a região, mais especificamente aqueles que vem com a motivação de visitar as praias próximas, observando a falta de atenção e preocupação dos turistas com a conservação do meio ambiente em uma área de conservação permanente.

O representante também demonstra um ponto de preocupação importante quando fala das mudanças negativas que o turismo possa a vir a trazer a comunidade, principalmente com as culturas externas e contextos e problemáticas sociais diferenciadas importadas do meio urbano de massa, como bem destaca o mesmo: *"tem alguns problemas que eu não sei até que ponto isso está sendo decorrente da chegada de outros, de mais pessoas de diferentes localidades, a gente tá começando a conviver aqui nessas comunidades com problemas que antes*

não tinha. Eu não faço julgamento de que isso seja decorrente desse novo movimento porque hoje tem muita gente daqui que está seguindo para outros centros urbanos e tendo acesso a coisas que há cinco anos atrás não era do cotidiano. Tem problema com o crack, a violência aumentou. A medida que quando tem uma movimentação maior você atrai outros olhares, hoje em dia virou uma problemática, você está saindo daqui pra se deslocar para Rio Tinto e o pessoal ainda assalta, coisa que na época que eu morava aqui a minha porta ficava aberta que esquecia e ninguém mexia, hoje já tem um contexto diferenciado. Não atribuo a isso exclusivamente a esse movimento turístico, mas de alguma maneira isso pode ter contribuído".

Dessa maneira, a Fundação demonstra uma postura cautelosa e preocupada ao desenvolvimento do turismo na região, sobretudo as consequências que já estão sendo observadas, bem como ao não planejamento da atividade, que pode vir a trazer mais consequências negativas para a região.

Todavia, na perspectiva da AGEAPA, a preocupação está voltada para a falta desenvolvimento de outras atividades turísticas na região, declarando que apenas a visitação do Peixe-boi é explorada como potencial turístico e salientando também que o local dispõe de potencial para a diversificação dessas atividades. Dessa maneira criando maiores oportunidades de permanência dos turistas na região por um maior espaço de tempo.

Segundo a colônia de pescadores, o turismo desenvolvido na comunidade é bom. A mesma observa o turismo como uma responsabilidade da Unidade de Conservação, e demonstra satisfação com a maneira como a APA conduz esse desenvolvimento, protegendo o meio ambiente com o auxílio dos pescadores. Quando indagado sobre o que poderia ser melhorado no turismo atual o representante da colônia relatou que *"podia melhorar é que a APA podia trazer mais turismo para aqui, ajudar em outras coisas que eles (os pescadores) precisam, dar apoio"*.

Devido a pequena estrutura e diversificação turística, observa-se na região da Barra do Rio Mamanguape, um turismo excursionista, no qual os turistas passam na região visitada um período menor que 24 horas (BENI, 2004). Por muitas vezes nomeado de turismo de bate e volta, esse turismo decorrente na comunidade ocorre principalmente na visitação do peixe-boi, nas praias e estuário do Rio Mamanguape.

Diante desse contexto, foi perguntada a opinião de cada representante sobre esse modalidade de turismo e se a mesma é um modelo positivo ou negativo para região (Quadro 10).

Quadro 10: Opiniões das instituições sobre o turismo excursionista

Atores	Positivo	Negativo	Justificativa
AGEAPA		X	<i>"Esse turismo de bate e volta, acho que é uma modalidade negativa, justamente por isso que eu falei que é muita coisa, tem muita coisa bonita pra o turista ver, e ele vem, visita o peixe-boi e já tem que voltar e dependendo da hora que ele vem nem dá tempo de visitar o peixe-boi, questão de maré, tudo mais, aí tem que pegar a estrada de voltar, então esse turismo que acontece hoje de bate e volta ele poderia ser melhorado, poderia mudar para outro tipo"</i>
Colônia de pescadores		X	<i>"Esse turismo aqui que ele vem e volta ele não é muito bom não porque ele vem aqui, chega hoje, o canoeiro recebe dele, ta certo que ele ta ganhando aquele dinheirinho, mas só que ele vai deixar só aquilo alí naquela hora que ele veio e vai embora, e aquele que vem e fica é bom porque ele vai deixando mais coisa."</i>
Fundação Mamíferos Aquáticos		X	<i>"Eu não vejo muito positivo. Acho que acaba agregando pouco para a localidade, acho que assim, o padrão de turismo é legal, é interessante as pessoas virem, terem acesso e perceber um pouco do dia a dia do local, de questões que envolvam os recursos naturais como um todo e de que maneira essas pessoas possam, a partir de alguns trabalhos que são feitos, de sensibilizar em outras ocasiões, passarem a contribuir ou ter padrões de comportamento diferenciados"</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Foi concordante entre todos os representantes que o turismo excursionista é uma modalidade negativa para a comunidade, justificada pelo pouco valor agregado à comunidade que esse tipo de turismo atrai.

Percebeu-se entre os representantes a empatia por uma modalidade de turismo que possua a capacidade de afixar o turista por um espaço de tempo maior, pois a partir desse modelo além dos turistas conhecem outros atrativos turísticos da região, os mesmo poderão usufruir seus serviços e produtos disponibilizados, desenvolvendo o comercio e o turismo local.

Outro fator destacado pelos representantes das instituições, em especial o representante da Fundação Mamíferos Aquáticos, foi o valor a ser agregado a a cultura local com a permanência dos turistas, bem como a possibilidade de elaboração de atividades turísticas com o intuito de sensibilizar os turistas sobre a importância da conservação ambiental. Entretanto os mesmo reconhecem a falta de estrutura necessária na comunidade para a acomodação.

"Aqueles que vem e ficam um final de semana, ficam alguns dias, é esse que vai estar na pousada, que vai estar no restaurante, vai está fazendo outros passeios, então esta questão de vir e poder ficar e consumir no local e de repente ficar numa pousada que tenha, ainda que sejam poucas as opções, acho que ele é o modelo que possa agregar mais. Hoje a condição é muito limitada, porém são esses empreendimentos feitos pelo pessoal do local que acaba agregando e não causando grande mudanças." (Fundação Mamíferos Aquáticos)

Diante o exposto, considerou-se questionar os entrevistados sobre o modelo de turismo que as instituições consideram mais adequado para a comunidade, nesse sentido verificou-se, no quadro 11:

Quadro 11: Modelo de desenvolvimento turístico sugerido pelas instituições entrevistadas

Atores	Modelo
AGEAPA	<i>"A gente almeja um outro tipo de turismo, um turista que venha que se hospede, que tenha tempo de conhecer tanto o peixe-boi, como as trilhas, como os restaurantes, todos os passeios, o rio, e poder participar um pouco da cultura do lugar."</i>
Colônia de pescadores	<i>"Turismo no futuro, assim, direto entendeu? Não só pelo verão, mas sempre, direto, no verão no inverno."</i>
Fundação Mamíferos Aquáticos	<i>"Olha eu gosto do conceito de base comunitária (...) eu vejo sempre uma possibilidade de ter uma coisa mais constante, uma coisa pensada, porque tem uma questão sazonal muito forte, que no período das chuvas que limita muito as pescas, então algo que pudesse dar uma constância, mas que não de grandes grupos (...)"</i>

	<i>trazer grupos de fora para vivenciar a realidade locais e participar de atividades locais, pessoas que vem e acompanham atividades de mergulho, acompanham atividades de pesca, acompanham a realidade do dia a dia das comunidades, e acho que é um tipo de iniciativa que caberia muito bem aqui e que não tem ainda, então esses modelos que são modelos pra poucas pessoas, grupos pequenos, que passe de fato a agregar valor a comunidade."</i>
--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

O maior anseio das instituições, seria de fato o desenvolvimento do turismo de uma forma mais organizada, onde fossem estabelecidos os atrativos turísticos e houvesse a organização da comunidade em seus diversos setores para o desenvolvimento do turismo na comunidade. Destacando sempre em suas falas a preocupação com o protagonismo da comunidade no desenvolvimento do turismo.

Ainda observa-se nos representantes a preocupação com a sazonalidade do turismo na região. Principalmente quando falam sobre uma modalidade de turismo fixa, que aconteça durante todo o ano. Isto se dá devido a região está localizada em área litorânea, a sazonalidade do turismo de veraneio é muito presente, tornando-se uma problemática para a estabilidade da atividade, e seu potencial financeiro estável para os que trabalham com o turismo na região.

Para os representantes da Colônia de Pescadores e Fundação Mamíferos Aquáticos, a região tem potencial para desenvolver atividades turísticas, em especial atividades de aventura e contato com a natureza, que possam ser realizadas durante todo o ano.

Os mesmos também consideram a constância do turismo na região como uma forma de alívio financeiro para os pescadores que também são guias marítimos, devido a restrição de pesca no período de defeso, o qual caracteriza-se pelo período de reprodução dos peixes, e a proibição de pesca esportiva ou comercial. Dessa maneira, restringindo o meio de trabalho dos pescadores por um determinado período.

Contudo, através das falas dos representantes, fica exposto o anseio dos mesmos por um turismo de base comunitária, como bem destaca o representante da Fundação Mamíferos Aquáticos "*Olha eu gosto do conceito de base comunitária*". As instituições visam um turismo que envolva diretamente a comunidade, valorize a

cultura e o meio ambiente como atrativo turístico, porém que seja feito de forma responsável, através de pequenos grupos que possam usufruir da região de forma qualitativa, bem como não causando mudanças drásticas na região.

5.6 Aspectos da atividade turística a partir dos profissionais de turismo da comunidade

Com o auxílio da administração da APA da Barra do Rio Mamanguape, os moradores da UC que trabalhavam diretamente com o turismo criaram em 2012 a Associação de Artesãos e Guias de Ecoturismo da Região da APA da Barra do Rio Mamanguape-PB (AGEAPA), que serve de suporte para organização e articulação para o desenvolvimento do turismo na região. Contando atualmente com vinte e um associados, divididos em treze guias marítimos, quatro guias receptivos, dois guias terrestres e três artesões, exercendo, um dos associados, atividades de guia terrestre e artesão.

Todos os associados trabalham diretamente com o turismo que ocorre na Comunidade da Barra do Rio Mamanguape, estimulado, principalmente, pela visita ao peixe-boi marinho. Dessa maneira, foi aplicado questionários com 42,8% dos operadores de turismo, associados a AGEAPA, que trabalham com o turismo na comunidade.

Dada a análise da pesquisa, identificou-se que a maior parcela de operadores de turismo que trabalham na comunidade com este segmento, são nativos da Comunidade da Barra do Rio Mamanguape (78%), sendo os não nativos residentes da comunidade há mais de dez anos. Apenas um respondente não reside na comunidade, mas em uma comunidade vizinha à comunidade da Barra do Rio Mamanguape. Constatando por meio desses dados que o turismo realizado na região ainda é desenvolvido pela própria comunidade local, visto que todas as atividades turística tem os moradores como protagonistas, seja no empreendedorismo para disponibilizar serviços turísticos, seja pelo trabalho direto com o turista na visita ao Peixe-boi marinho, principal atrativo turístico em desenvolvimento. Mais uma vez a comunidade, apesar de estar em pequena escala, assume indiretamente o perfil para o EBC (WWF, 2003).

A maior parcela de operadores de turismo são do sexo masculino 78% deles são do sexo masculino e 22% do sexo feminino. Isso se dá principalmente pelo maior número de guias marítimos que são os canoeiros e pescadores tradicionais da própria comunidade que já possuem experiências no guiamento das canoas, dessa maneira assumindo o maior numero em representatividade. As mulheres estão presentes apenas nas atividades de guias recepcionistas e artesanato.

Mais da metade dos operadores possuem uma faixa etária jovem, de 17 a 36 anos, constituindo 57% dos entrevistados. Seguidos por 29% que possuem faixa etária de 36 a 60 anos e 14% que possuem de 61 anos acima.

Estes de faixa etária de 61 anos a cima, estão inseridos nos grupos dos guias marítimos, que em maioria são pescadores tradicionais da comunidade e/ou aposentados. Como a atividade turística na região, desenvolveu-se a partir da observação do peixe-boi marinho, os primeiros guias foram os próprios pescadores da região, que se disponibilizaram a prestar serviço aos visitantes, grande parte desses primeiros pescadores que se tornaram guia marítimos trabalham nessa atividade até os dias atuais. Como relata o coordenador do Projeto Viva Peixe-boi Marinho, Sr. João Carlos Gomes Borges, *"foram pescadores em meados de 1989, com apoio do projeto e da administração da APA, as primeiras pessoas a trabalharem com o turismo na comunidade, através da visitação ao cativeiro dos peixes-boi marinho"*.

Com a organização e crescimento da visitação, surgiu a necessidade de guias recepcionistas apresentarem aos turistas, de forma didática a história do peixe-boi marinho e importância da preservação do seu habitat, esses guias recepcionistas, possuem um perfil mais jovem, de 17 a 36 anos.

Quanto a escolaridade, mais da metade dos operadores possuem ensino médio completo (56%), sendo este o maior nível de escolaridade dos entrevistados. O nível de escolaridade mais baixo vem logo em seguida, com 22% que possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Constatou-se que esta situação, independe de faixa etária, como apresentado por um dos operadores com faixa etária maior que 61 anos, quando fala que *"naquela época (referindo-se a sua infância) não existia ônibus para levar os estudantes até Rio Tinto, como existe hoje."*

Quanto ao perfil econômico dos entrevistados, 75% possuem renda mensal de até dois salários mínimos, não ultrapassando este teto, e 25% possuem renda

mensal menor à um salário mínimo, inserindo-se, segundo o IBGE (2014), na faixa de classe econômica E, com renda de até dois salários mínimos (R\$ 1.449,99).

Contudo, a atividade turística não é a principal fonte de renda desses entrevistados (85%), que possuem uma atividade primária para sua subsistência. Dessa maneira, observa-se que as pessoas que trabalham com o turismo na comunidade, são os próprios moradores que veem na atividade uma forma de incrementar sua renda mensal, não tendo na atividade seu principal meio de sobrevivência. Grande parte utilizando-se de seu instrumento de trabalho tradicional para exercer a atividade turística, como são os casos dos pescadores que também assumem o papel de canoeiros (guias marítimos).

Nessa perspectiva, observa-se que o turismo ainda não possui alicerce suficiente para se estabelecer como atividade primária de renda da comunidade, nem poder suficiente para sustentar a economia local (DIAS, 2005). Todavia, esse cenário possui possibilidades de progresso a partir do incentivo e apoio dos órgãos competentes ao desenvolvimento e planejamento de um turismo mais sólido na região onde a comunidade consiga assumir o papel de protagonista local e possa estabelecer a renda retirada da atividade turística como parte considerável de sua subsistência e conseqüentemente criar uma melhor qualidade de vida através da "igualdade, equidade e solidariedade" (SASCH, 2008, p.14). Estabelecendo de fato um turismo sustentável com o desenvolvimento descentralizado e sustentado através da realidade local, como defende Leff (2008).

5.6.1 Perfil profissional dos operadores de turismo

Quanto a qualificação profissional dos operadores de turismo, os mesmos, possuem treinamentos com uma funcionária da APA, que lhes fornecem materiais sobre a história, e normas de visita dos peixes-boi marinho, bem como palestras sobre como se comportar com os turistas. Este treinamento se dá a partir de palestras e disponibilização de materiais para estudo e logo em seguida aplicação de um teste de conhecimentos sobre o assunto. Contudo, este treinamento é focado, principalmente, na visita do peixe-boi marinhos, e nos guias que trabalham com esse atrativo.

Dessa maneira, foi constatado que dos operadores de turismo presentes na comunidade 62% possuem treinamento, através de palestras oferecidas pela própria UC, desses que possuem treinamento, grande parte estão enquadrados na categoria de guias recepcionistas e guias marítimos. Daqueles que já possuem alguma qualificação, 87% dizem realizar treinamentos periódicos para trabalhar com turismo, esses treinamentos, mais uma vez ocorrem por tarde da administração da APA.

Apensar de todos os operadores entrevistados não terem passado pelo processo de qualificação do segmento turístico, 100% dos respondentes consideram importante os treinamentos e captações para melhor atender ao turista. Isso se reflete na necessidade que os operadores dizem sentir (87%), sobre novos treinamentos para trabalhar com o turismo, sobretudo no aprendizado de novos idiomas, onde 62% dos entrevistados dizem sentir necessidade de comunicação em outros idiomas para atender os turistas. Em contrapartida, nenhum operadores entrevistados não falam outros idiomas.

Esse treinamento destinado aos operadores, serve como base para a sua interação com o turista. O sentimento de necessidade de treinamento, é requerido pelos operadores a partir da chegada de novos visitantes com necessidades específicas á serem atendidas. O que estimula o operador a querer se capacitar à atender bem. A chegada de novos turistas, estimula nos operadores de turismo a vontade de capacitação e profissionalização na área (DIAS, 2005). Dessa maneira, nessa perspectiva de realidade local, ainda mais importante do que o incentivo a capacitação é o olhar dos operadores à necessidade de se capacitar para atender aos novos turistas que chegam a região.

5.6.2 Noções sobre os conceitos de turismo e ecoturismo para os operadores de turismo

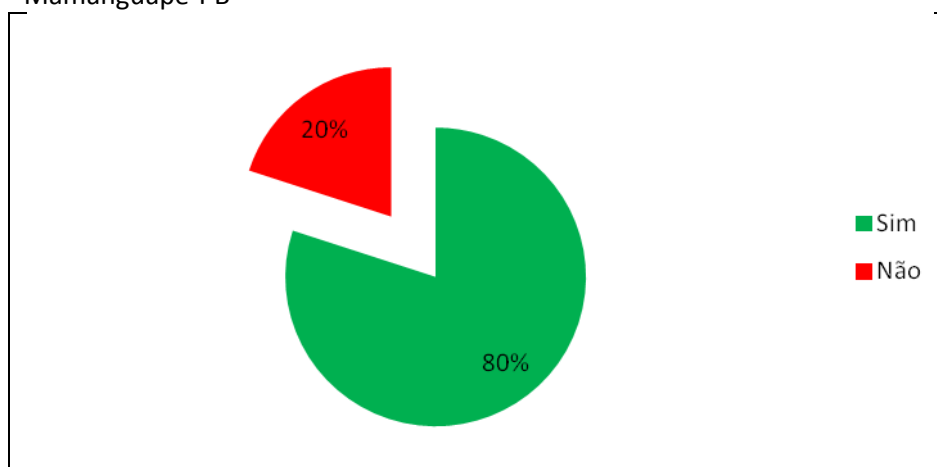
Quando questionados, se sabiam o que era turismo, todos os operadores de turismo afirmaram saber o que seria a atividade, todavia grande parte dizia não saber explicar o que seria.

Aos poucos que conseguiram conceituar, suas definições eram resumidas à pessoas de fora que visitavam a região e ao peixe boi. Alguns ainda salientavam

que o turismo é quando os turistas visitam a comunidade e consomem produtos e serviços da região.

Toda a visão sobre turismo está voltada para a visitação do peixe boi e seu entorno e a renda que o turista deixa na região, um entrevistado conceituou turismo como *"pegar o turista leva para coqueirinho, levar para ver o peixe-boi, levar para mostrar os locais mais bonitos"*.

Figura 23: Conhecimento sobre ecoturismo dos operadores da comunidade da Barra do Rio Mamanguape-PB



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Já quando perguntados sobre o que era ecoturismo 80% dos entrevistados disseram saber o que significava e 20% n  sabia o que era. Porém os operadores que disseram saber o que era ecoturismo diziam, novamente n  saber explicar o seu significado (Figura 23).

Ainda houve um entrevistado que conceituou turismo como *"uma renda sustentável, para quem sabe trabalhar com ele e com a natureza"*, porem quando questionado sobre o significado de ecoturismo, o mesmo disse saber o que era, mas n  saberia explicar, assumindo o discurso de turismo sustentável para toda a atividade.

Como a realidade turística local está voltada para a visita o do peixe-boi marinho e até mesmo os treinamentos para atender o turista são voltados para o conhecimento desse animal, os operadores de turismo, observam o turismo como a visita o do que eles tem como principal atrativo e que esta visita o incrementar  em sua renda. Todavia o que deve ser observado e estimulado   a conscientiza o dessa

classe turística, sobre o real potencial turístico local, não limitando-se apenas ao peixe boi, e suas possibilidades de desenvolvimento para a comunidade, não só em nível econômico mas de valorização local e qualidade de vida.

O turismo, sobretudo o ecoturismo, necessita de fato ser encarado, pela comunidade, que ainda assume o papel central no desenvolvimento do turismo atual, como fonte de valorização de suas riquezas, não apenas a visita do peixe-boi ou o incremento de renda, mas uma fonte de subsistência e um modo de vida que estabeleça aos nativos o sentimento de cooperativismo e ator principal de uma atividade que lhes é de direito primário ao desenvolvimento (CORIOLANO, 2005). Apenas quando a comunidade, reconhecer verdadeiramente o potencial local e valorizar sua cultura e seu meio, só assim os mesmos conseguirão enxergar o potencial que os mesmos possuem em suas mãos para se tornarem protagonistas do turismo local.

5.6.3 Opiniões e perspectivas dos operadores de turismo sobre o turismo na comunidade

Todos os operadores de turismo entrevistados disseram gostar de ter turistas visitando sua comunidade e de interagir com os mesmos.

Mais da metade (78%) dos entrevistados se dizem muito amigáveis à visita dos turistas na comunidade, e os outros 22% se dizem amigáveis, não havendo nenhuma região ou hostilidade em relação à visita de turistas na comunidade.

Quando a constatação dos operadores de turismo sobre a reação dos moradores da comunidade sobre a visita de turistas na região, 78% disseram que os moradores possuem uma reação amigável à visita e 22% dos moradores possuem uma reação indiferente à visita.

Já na situação contrária, 87% dos operadores falam que a reação dos turistas que visitam a comunidade é amigável e apenas 13% dos turistas possuem uma reação indiferente à comunidade e aos próprios operadores.

Nessa perspectiva, constata-se, na opinião dos operadores, um clima amigável na atividade de visita entre turistas, comunidade e operadores. Chegando apenas, a uma pequena parcela de turistas e comunidade, a serem indiferentes com a interação entre os mesmos, segundo os dados expostos pelos operadores.

Quando indagados sobre se os mesmos achavam que a comunidade havia mudado com a chegada de visitantes na região, todos responderam que a comunidade havia sofrido mudanças de forma positiva, com intensidade de mudança mediana para 56% dos entrevistados e muita intensidade e pouca intensidade para uma parcela igual de 22% de respondentes

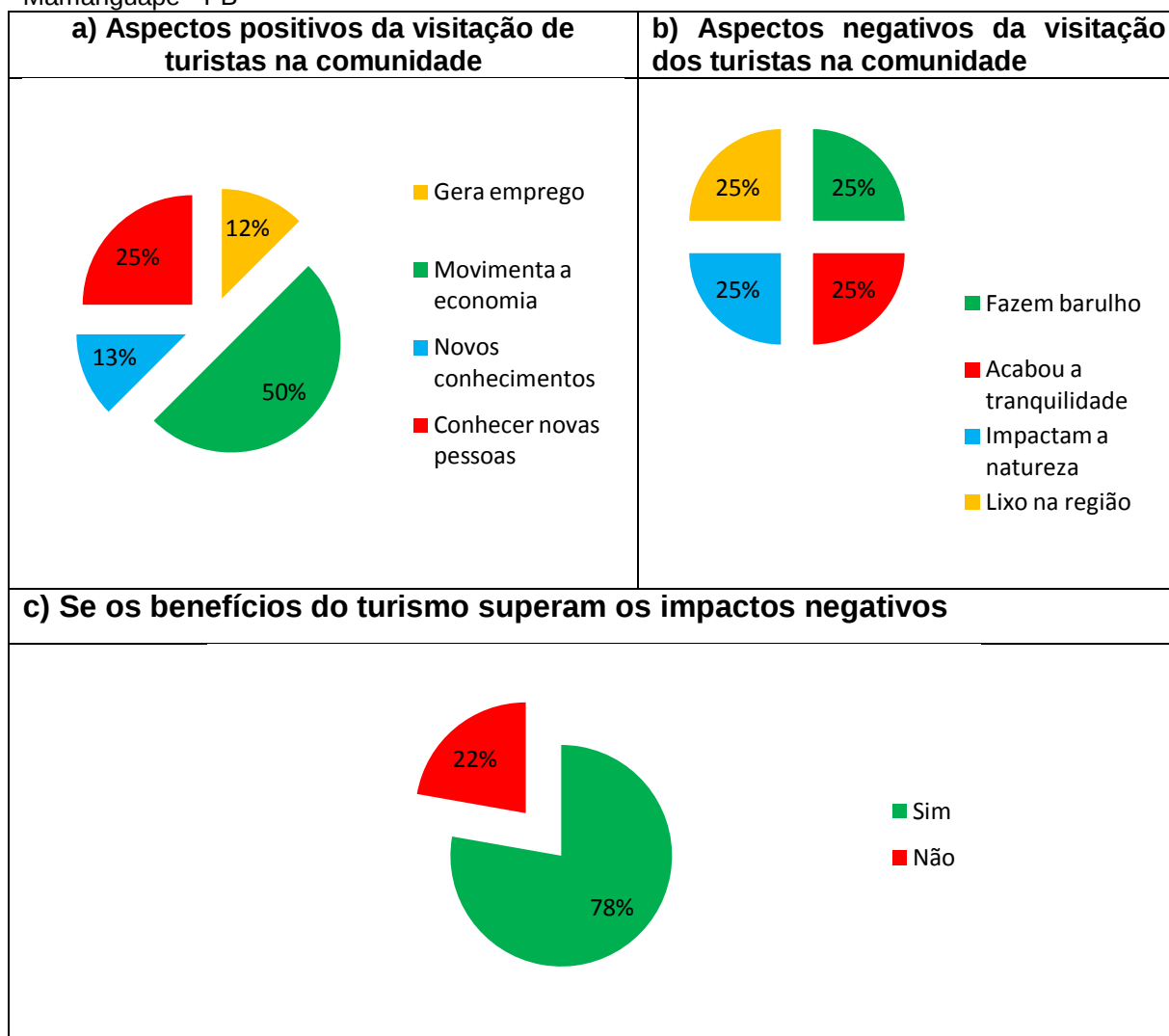
Para os operadores de turismo a principal mudança com a chegada do turismo veio a partir do aumento de renda para aqueles que trabalham com a atividade. Apenas um entrevistado citou que a maior mudança ocorrida com a chegada de visitantes seria "uma visão mais aberta", no que se refere a interação com os turistas e a troca de conhecimento com os mesmos. Porém todos reconheceram com a chegada do turismo uma melhora da qualidade de vida, quase sempre associada ao aumento da renda.

Ainda pode-se perceber que a maior motivação no desenvolvimento do turismo na comunidade vinha através do aumento de renda, quando foi perguntado aos mesmos quais os pontos positivos sobre a visita de turistas a comunidade. E 50% dos entrevistados responderam que o maior ponto positivo vinha da movimentação da economia, seguido de 25% que responderam que o maior ponto positivo seria conhecer novas pessoas e adquirir novos conhecimentos (13%), e por últimos eles citaram como ponto positivo no desenvolvimento do turismo, a geração de emprego (12%).

Quando questionados sobre os pontos negativos da visita de turistas na comunidade, a maioria dos operadores optaram por não responder esta pergunta por acharem que o turismo não acarretaria nenhum impacto negativo a região. No entanto, aos que responderam, houve uma divisão em parcelas iguais de 25% (Figura 24) de que os maiores pontos negativos seriam o barulho feito pelos turistas na comunidade, a tranquilidade que acabaria na comunidade, os impactos a natureza e a geração de lixo. Dividindo em parcelas iguais os impactos sociais e ambientais que os mesmos acham que mais afetariam a comunidade.

Os mesmos ainda acham que todos os locais estão aptos a receber visita dos turistas, não havendo nenhum local na comunidade que não poderia ser visitado.

Figura 24: impactos gerados pelo desenvolvimento do turismo na comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Todavia, apesar da discussão sobre os impactos ocasionados pelo turismo, 78% dos operadores acham que os benefícios acarretados com o desenvolvimento do turismo, superam os impactos negativos que venham a acontecer com esta atividade.

Recordando, diante dos dados expostos, o pensamento de Ruschmann (1999), quando fala que os primeiros impactos pensados pelos planejadores e/ou comunidades, sobre o desenvolvimento do turismo, são os impactos econômicos positivos, esquecendo-se no momento de seu desenvolvimento os outros impactos, sobretudo os negativos que possam vir a afetar a atividade à longo prazo, de forma drástica, impedindo até mesmo a continuidade da prática turística na região.

Essa constatação, deve no entanto, servir de alerta para a urgência no planejamento turístico local, e conscientização da comunidade local, aos benefícios e cuidados que o turismo deve prever, para que a atividade não crie um ambiente prejudicial a longo prazo a natureza e a comunidade local.

5.7 Perspectiva turística sob a óptica da comunidade local

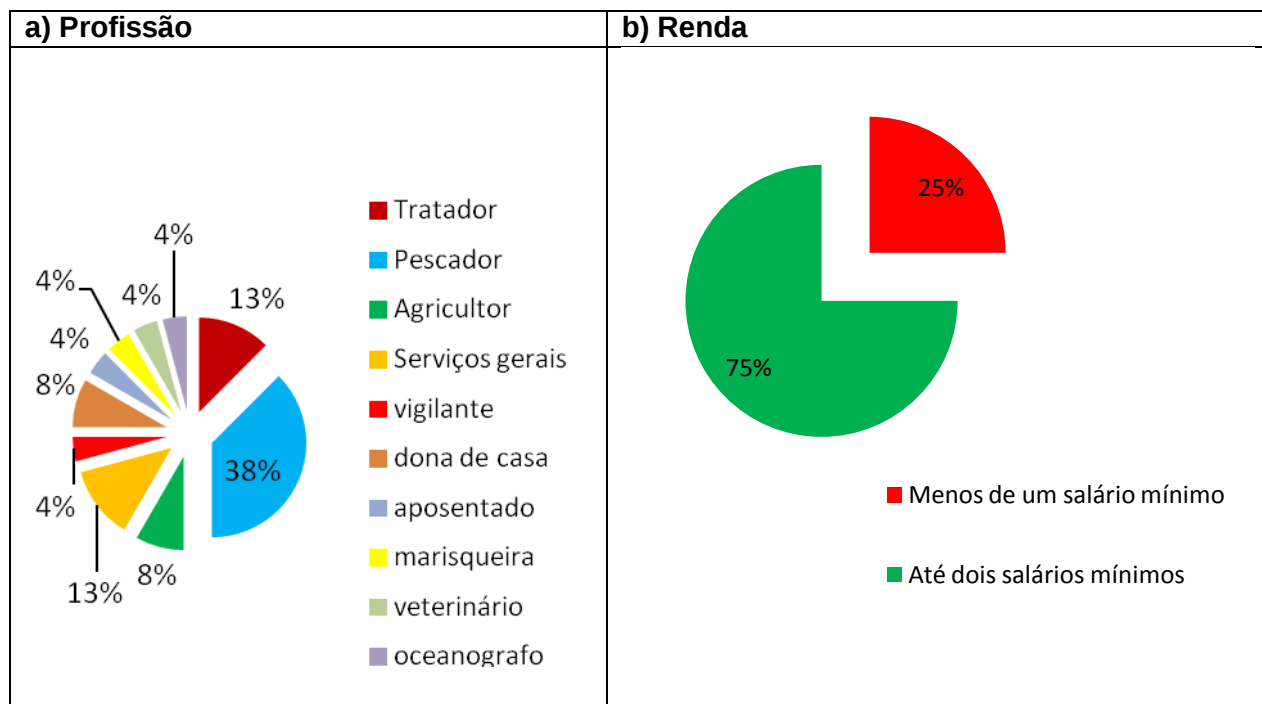
5.7.1 Perfil socioeconômico dos moradores da Barra do Rio Mamanguape

Foram aplicados questionários mistos, segundo a metodologia proposta por Begossi (2009), onde foram entrevistadas 50% de um total de 75 famílias existentes na comunidade. As entrevistas se deram nas residências dos moradores e em seus locais de trabalho próximos a comunidade.

Como perfil social dos respondentes, observou-se que a maior parte são nativos da comunidade (70%), estão divididos igualitariamente entre homens e mulheres e possuem faixa etária de 17 a 60 anos, tendo apenas 5% idade acima de 60 anos. O nível de escolaridade dos mesmos, variam em maior proporção para ensino fundamental (60%) e ensino médio (33%), apenas 7% dos entrevistados possuem pós graduação, sendo esses não nativos da comunidade, residentes na região a cerca de 1 ano e meio por motivos de trabalho.

Sobre o perfil econômico dos entrevistados, através dos dados coletados foi possível identificar que grande parte da comunidade trabalha com atividades de pesca, exercendo 38% dos entrevistados (Figura 25) a profissão de pescador, seguidos das profissões de tratadores de peixes-boi (13%) e serviços gerais (13%), trabalhando na própria comunidade.

Figura 25: Perfil econômico dos moradores respondentes da comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Quanto a renda familiar da amostra, para a grande maioria não ultrapassa dois salários mínimos, 46% recebem menos de um salário mínimo e outra parcela de 46% recebem até dois salários, apenas 8% dos moradores recebem de 2 a 5 salários mínimos, inserindo-se, a maior parte dos moradores na classe social E, segundo o IBGE (2014).

5.7.2 Noções sobre os conceitos de turismo e ecoturismo para a comunidade

Uma vez que é pensado no desenvolvimento do turismo com bases comunitárias. Faz-se importante entender, as opiniões e expectativas da comunidade sobre o desenvolvimento do turismo na região, bem como se a mesma tem ciência do que significa e o que é a atividade.

Diante da amostra coletada, observou-se que a maior parte dos moradores da comunidade, 68%, sabe e reconhece o conceito de turismo (Figura 26). Todavia quando perguntados se saberiam explicar seu significado, muitos diziam não saber explicar, enquanto grande parte dos que responderam, relatavam ser "*pessoas de outro lugar que visita a gente*" (Entrevistado 1) como um dos entrevistados falou.

Entre todas as narrativas, todos citavam o turismo como a visitação de pessoas de fora, que traziam renda. Como mostra o relato de um entrevistado da comunidade sobre o conceito de turismo *"turismo é as pessoas que vem de fora pra cá e gera a renda para a comunidade, principalmente para os guias recepcionistas do projeto peixe-boi e para os canoieiros que trabalham com eles, que sai com o turista e ganha seu dinheirinho"* (Entrevistado 2)

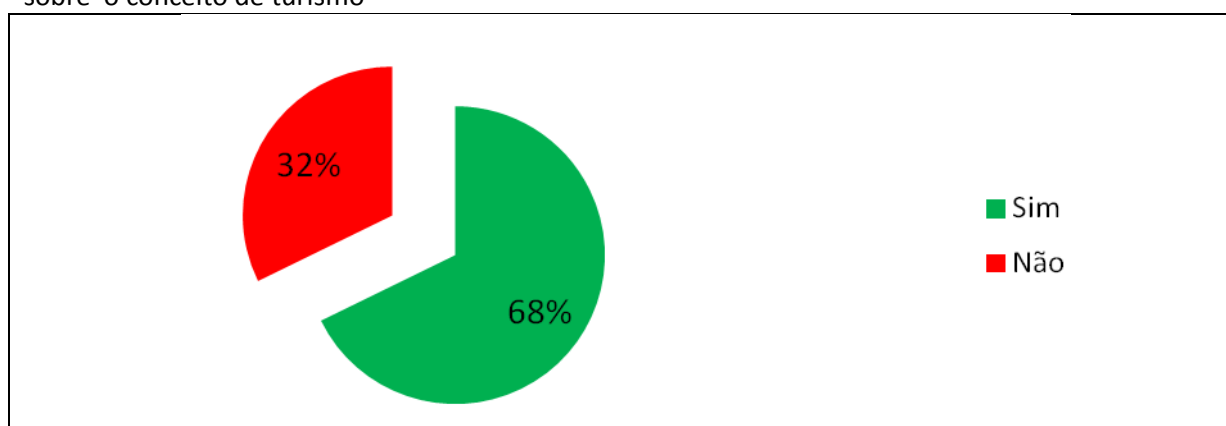
Ainda, evidenciando a conceituação de outros entrevistados, como:

"Turismo são pessoas que vem de fora e trás muita renda." (Entrevistado 3)

"É quando carrega o turista para ver o peixe-boi" (Entrevistado 4)

Diante, dessa conceituação, pode-se perceber um discurso preso a realidade local, do turismo ocorrido no projeto peixe-boi e ainda, da expectativa e visão do capital sobre a atividade por uma ótica geral da comunidade. Esse entendimento se afirma de forma mais evidente, quando observamos a conceituação de um outro membro da comunidade, quando diz: *"Dizer o que é eu não sei não, mas o turismo para a Barra do rio Mamanguape, onde ele passa é muito bom e deixa uma renda"* (Entrevistado 5).

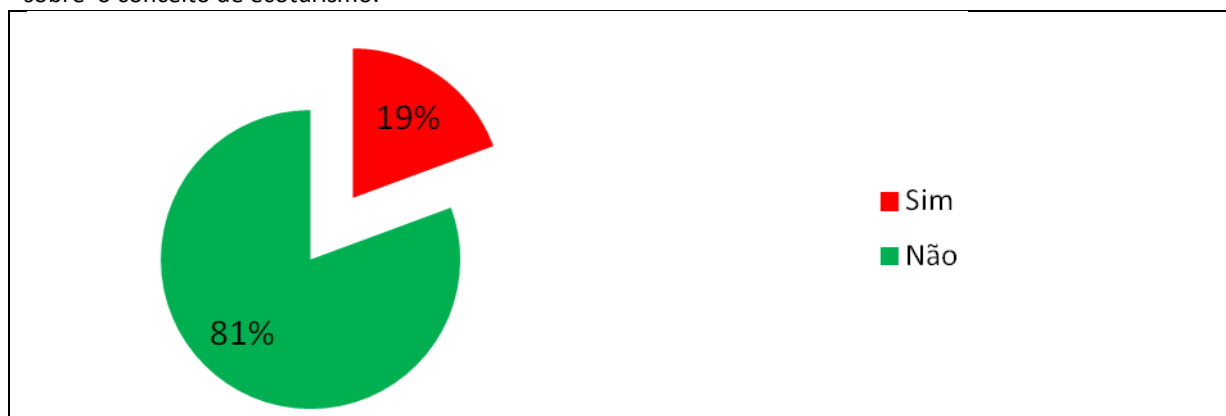
Figura 26: Conhecimento dos moradores respondentes da comunidade da barra do Rio Mamanguape sobre o conceito de turismo



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Entretanto, quando perguntados se sabiam o que era ecoturismo, apenas 19% disseram saber o que é ecoturismo (Figura 27), onde alguns relatavam nunca ter ouvido a expressão. Dos que souberam explicar seu significado, relatavam em comuns expressões que o ecoturismo era a visitação das áreas naturais, como mangues, recifes e o peixe-boi.

Figura 27: Conhecimento dos moradores respondentes da comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB sobre o conceito de ecoturismo.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Ainda sobre uma interessante perspectiva, um membro entrevistado da comunidade relatou que o ecoturismo, se dava com a visita dos "turistas verdadeiros" que vinham no mês de janeiro e julho, já o turismo que ocorria com os "turistas viajantes" não era considerado turismo.

Observou-se nessa conceituação uma separação do turista que vem para visitar a natureza e o projeto peixe-boi, daquele turista que visita a comunidade com mais frequência e que vai para a região para usufruir das praias locais.

A partir dessa explicação dada pelo membro da comunidade, observa-se que a mesma já estabelece uma diferenciação dos turistas de sol e mar, que são um segmento que não busca a contemplação e visita ao meio ambiente de forma consciente, diferentes dos turistas que "vem de fora" nos períodos de férias com o objetivo de conhecer e contemplar os recursos naturais da região.

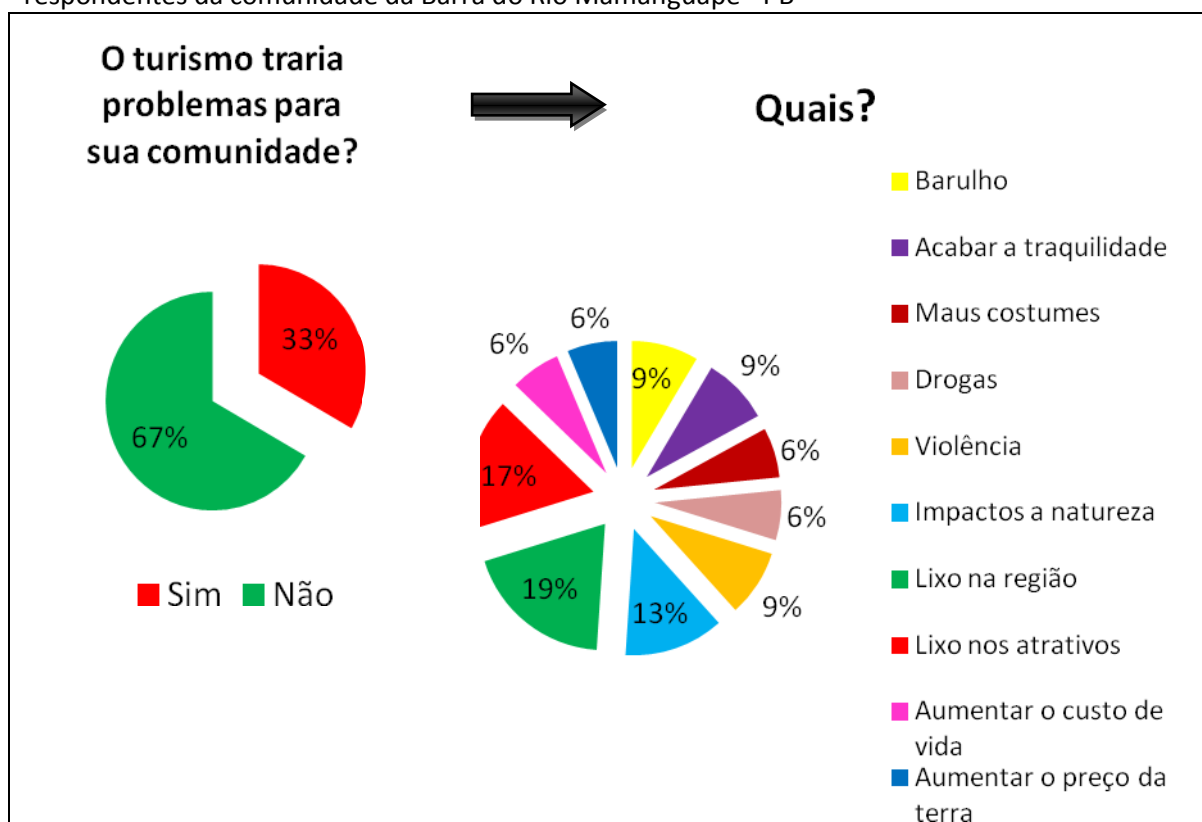
5.7.3 Expectativas sobre o desenvolvimento do turismo na região

Diante da amostra coletada, observou-se que todos os moradores da comunidade gostariam de ter turistas visitando sua região, usando mais uma vez como argumento o aumento da renda que o turismo traria para a comunidade. Alguns entrevistados ainda citaram a captação de projetos e divulgação da região.

Esses mesmos argumentos foram usados para responder às mudanças que a comunidade teria com o desenvolvimento do turismo na região. Todos os entrevistados acharam que a comunidade mudaria com a chegada do turismo.

Com a chegada do turismo, mais da metade dos entrevistados (67%) acham que o turismo traria problemas para a comunidade, dentre os problemas citados a geração de lixo na comunidade e atrativos turísticos, somam 36% das maiores preocupações da comunidade, logo após vem o impacto a natureza com 13% dos respondentes a citando, entre outros como, barulho, violência e maus costumes, que se resumem na mudanças de hábitos a comunidade (Figura 28).

Figura 28: Problemas ocasionados pelo desenvolvimento do turismo segundo os moradores respondentes da comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Demonstrando assim, que a comunidade se mostra mais preocupada com os impactos físicos à região do que os impactos culturais que possam a vir a ser causados pelo desenvolvimento do turismo. O que mais vem a preocupar a comunidade é a poluição, problemática já existente na região, que poderia vir a se intensificar com a chegada de novos turistas.

Todavia, essa problemática se dá, segundo alguns moradores pela falta constante do serviço de coleta de lixo do município que não passa regularmente para a coleta, acumulando o lixo na região. Com o possível desenvolvimento do turismo e a não adequação da região e integração com o poder governamental para a

estruturalização das novas necessidades locais, essa problemática só viria a se intensificar. Dessa maneira, ressalta-se novamente, a importância da integralização dos poderes governamentais e locais no planejamento e desenvolvimento do turismo responsável, enfatizada por Borges (2003), quando fala do planejamento para o Ecoturismo de Base Comunitária.

5.7.4 Reconhecimento das potencialidades turísticas pela comunidade

Para que o turismo de base comunitária possa se desenvolver em uma região é necessário sobretudo que as comunidades locais semeiem o sentimento de posse e valorização de seu território, reconhecendo na mesma um potencial a ser apresentado a outras pessoas (IRVING, 2009). Nessa perspectiva, foram questionados aos moradores da comunidade da Barra do Rio Mamanguape seus reconhecimentos de potencialidades turísticas.

Para todos os entrevistados, a comunidade como um todo, em especial os recursos naturais mereciam ser visitados. Os mesmos reconhecem como potencialidade turística natural, o mangue, recifes, Rio Miriri, dunas, ilhas e praias vizinhas.

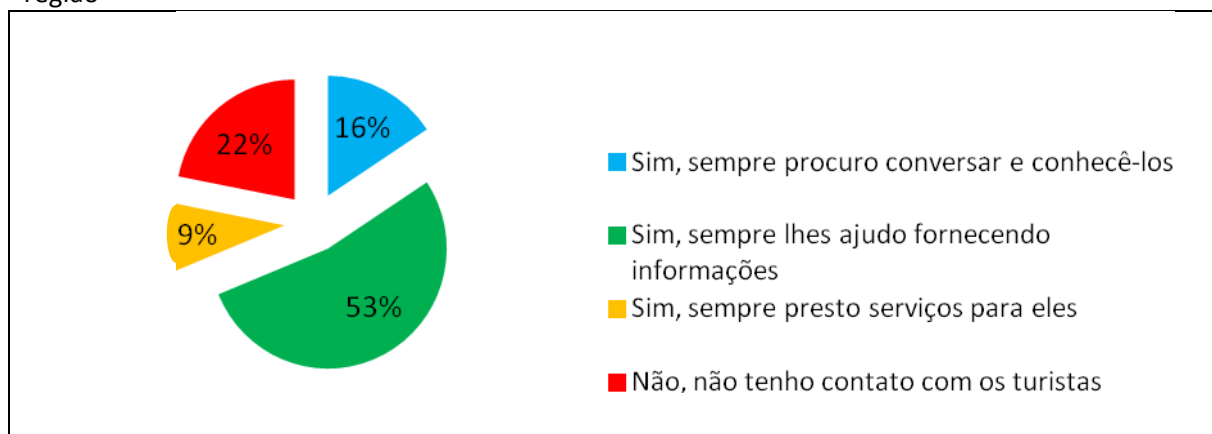
Para 77% dos entrevistados, não existem locais que não podem ser visitados pelos turistas. Porém para 23% dos entrevistados existem locais que não podem ser visitados pelos turistas e o local mais citado entre eles foi o lixão da comunidade, problema que preocupa e incomoda a comunidade como um todo, mais uma vez demonstrando a preocupação local com o fato e o medo da intensificação de problemas locais com a chegada de turistas. O outro local citado por dois dos entrevistados que não podiam ser visitados pelos turistas seria os recifes por serem perigosos e para evitar acidentes, segundo eles.

É importante observar o reconhecimento da comunidade para seus potenciais, os mesmos ainda observam como potencialidades, somente seus atrativos físicos, como o meio ambiente, não enxergando em sua cultura local um diferencial para o desenvolvimento turístico na região. Como ressalta Salvati (2003), é necessário que os protagonistas do desenvolvimento turístico, reconheçam em si um potencial para o desenvolvimento turístico, esse reconhecimento para a valorização do eu como comunidade, para assim poderem perceber seu potencial como gestor do turismo em sua região.

5.7.5 Interesse da comunidade em trabalhar com turismo de base comunitária

Segundo a análise de dados, a interação da comunidade com o turista se dá por uma interação rápida, movida a ajudas de informação sobre o local. Onde 56% dos entrevistados dizem sempre interagir com os turistas oferecendo-lhes informações e tirando dúvidas sobre a região, em contrapartida, 22% dizem não ter contato algum com os turistas (Figura 29)..

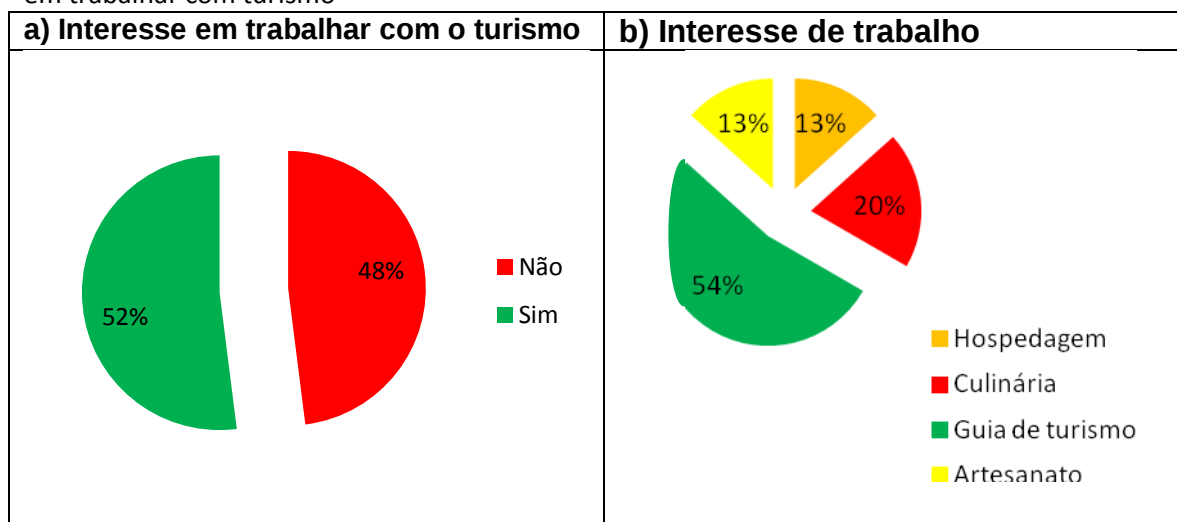
Figura 29: Interação da comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB com os turistas que visitam a região



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Com a pouca estrutura de serviço turístico existente na comunidade, e ainda com o afastamento da mesma da sede principal atrativo turístico da região, o Projeto viva Peixe-boi, a comunidade assume o papel apenas de informante dos turistas, quando os mesmos se aproximam para tirarem dúvidas. Não assumindo a comunidade um papel pró-ativo de interação com os turistas.

Figura 30: Interesse dos moradores respondentes da comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB em trabalhar com turismo



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

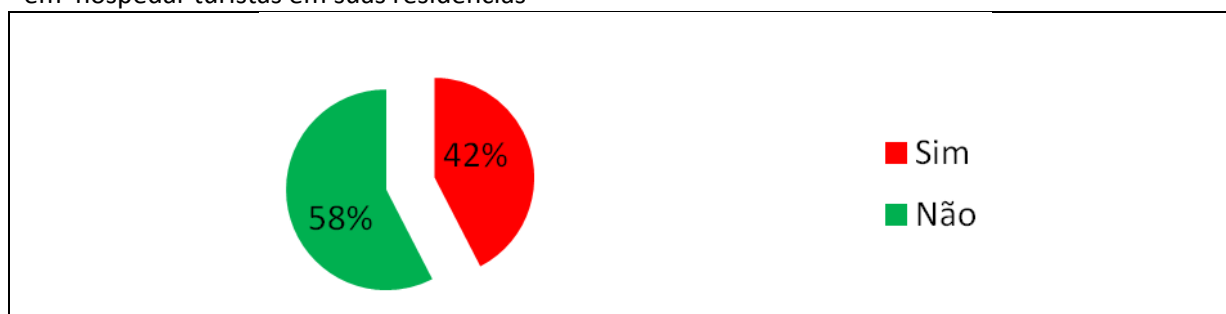
Conforme análise da amostra, apesar de toda a comunidade achar interessante o desenvolvimento do turismo na região, apenas metade (52%) dela sente interesse em trabalhar com a atividade. Dos que sentem interesse 54% gostariam de trabalhar como guias turísticos, 20% gostariam e trabalhar na área de culinária e canoieiros, em uma menor porcentagem de 13% ambos, os entrevistados gostariam de trabalhar com hospedagem e artesanato (Figura 30).

Mais uma vez, esse fato pode se dar pela pouco nível de interação da comunidade com os turistas. A comunidade sabe que os turistas a visitam, gostam da vinda dos mesmos, mas só os veem passando, com pouca ou quase nenhuma interação. A pouca relação com os turistas acaba deixando a comunidade em uma relação passiva com os turistas, assumindo o papel de expectador do turismo e não sentindo o interesse efetivamente de trabalhar diretamente no setor (MACEDO et al. 2011)

5.7.6 Interesse da comunidade no desenvolvimento de hospedagens domiciliares

Seguindo a mesma linha de interesse da comunidade em trabalhar com o turismo, mais da metade (58%) da comunidade se diz desinteressada em hospedar turistas em sua residência, tendo como justificativa o fator impactante no cotidiano familiar (Figura 31).

Figura 31: Interesse dos moradores respondentes da comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB em hospedar turistas em suas residências



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

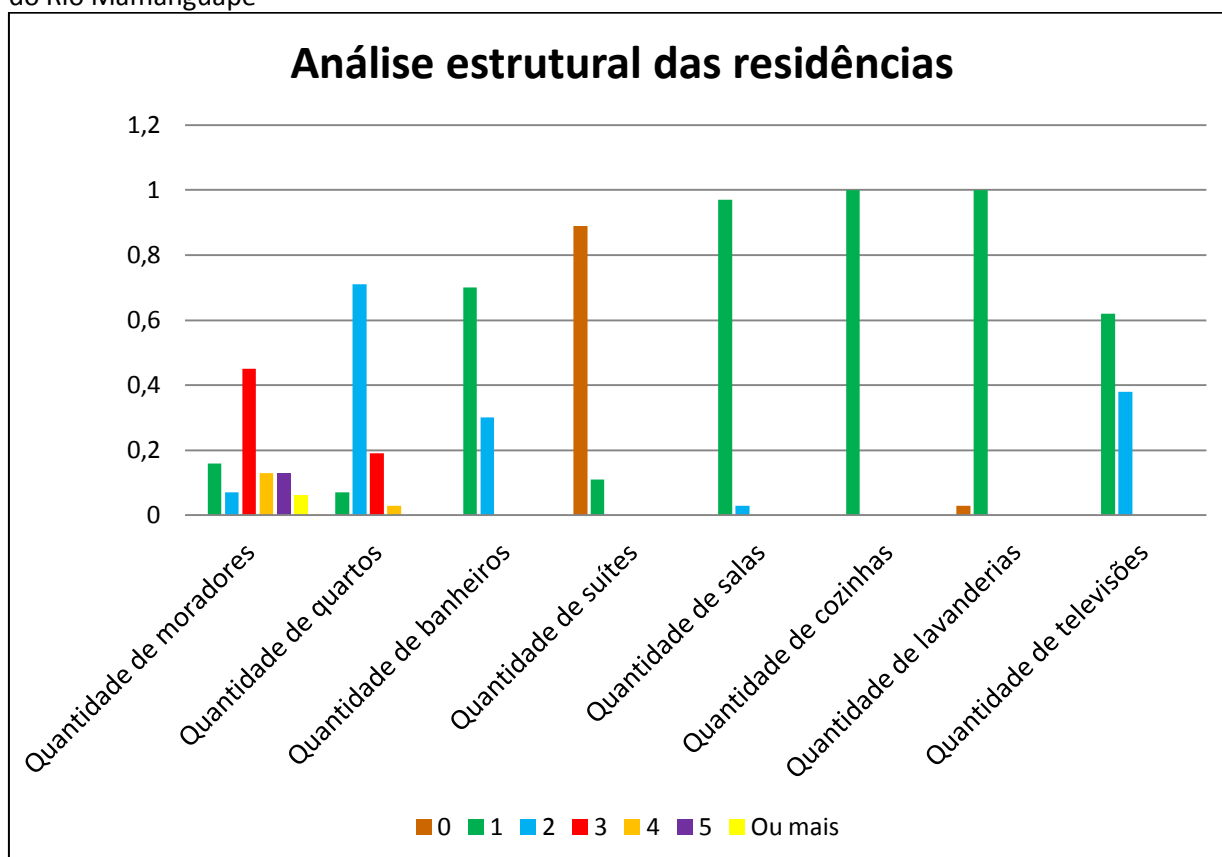
Os moradores que se mostraram favoráveis a hospedagem de turistas em suas residências, disseram em maioria (75%) que a vinda de turistas para suas casas não impactariam o cotidiano familiar.

Em contrapartida, mesmo os favoráveis à hospedagem de turistas, que dizem que os hóspedes impactariam no cotidiano familiar (25%), avaliam esse impacto de forma negativa em sua maioria (67%).

Isso pode se dar pela, vida pacata da região, que observa o turismo de longe, apenas ocorrendo próximo ao estuário, como o pouco contato com a comunidade, de fato. Todavia, observa, sob esses resultados pouca informação e mobilização sobre o assunto, seus benefícios e cuidados. A interação com o assunto e o conhecimento de outras exemplo de ações parecidas em outras regiões, explicitariam e até motivariam a compreensão e desenvolvimento da atividade.

5.7.7 Análise estrutural das residências da comunidade para o desenvolvimento da hospedagem domiciliar

Figura 32: Análise estrutural das residências dos moradores entrevistados da comunidade da Barra do Rio Mamanguape



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Para o desenvolvimento da atividade de hospedagens domiciliares, além do interesse dos anfitriões em hospedar, é necessário uma estrutura mínima para receber os turistas. Dessa maneira, é fundamental estabelecer padrões de infraestrutura mínima para atender um hospede em residências sob remuneração (PIMENTEL, 2007).

Como perfil traçado pela análise de dados, as residências da comunidade é constituída em média por três moradores (45%), com dois quartos (71%), e um banheiro compartilhado (70%), quase não possuindo suítes (apenas 11%). São compostas de uma sala (97%), uma cozinha (100%) e uma lavanderia (100%), e possuindo uma tevê compartilhada (62%), como exposto na figura 33.

Nessa perspectiva, embasado pela Cartilha de Orientação Básica: cama e Café (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010) as residências possuem estrutura básica para acomodação de hóspedes, todavia ao se levar em consideração a quantidade de quartos média por quantidade de moradores, observa-se uma dificuldade de atendimento ao requisito básico das hospedagens domiciliares, que seria o quarto privativo. Se levarmos como premissa a media de moradores, três por residência, como família de casal e filhos, fica impossibilitado, nessas condições o fornecimento de estadia à remuneração. Ainda se faria necessário a adequação das residências para receber os turistas, principalmente em relação a estrutura de acomodação.

Esses dados, podem se relacionar diretamente com a falta de motivação dos moradores na realização da atividade em suas residências, pois com a estrutura básica analisada, os mesmos podem avaliar suas residências como pequena para acomodar mais pessoas.

Todavia, a atividade de Hospedagem domiciliar possui uma formatação flexível no que diz respeito aos quartos e estrutura residencial (PIMENTEL, 2007). Pois a mesma segue como premissa a valorização da cultura e costumes locais e não a padronização do serviço. Dessa maneira, o incentivo ao desenvolvimento dessa atividade e o apoio financeiro de projetos governamentais e não governamentais auxiliariam na adequação desses serviços de maneira a não perder as características locais e adapta-lo ao conforto básico do hóspede.

6. DIAGNÓSTICO TURÍSTICO PARA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Diante dos resultados da pesquisa, realizou-se um panorama da situação turística atual da comunidade da Barra do Rio Mamanguape-PB. Para melhor visualização desse panorama foi criado um quadro e estabelecidas duas vertentes do cenário turístico local, compostas pelas facilidades e limitações, analisadas ao longo dos resultados, obtendo:

Quadro 12: Cenário turístico atual da comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB

Facilidades	Limitações
• Comunidade localizada em uma Unidade de Conservação Federal; • Sede do Projeto Viva Peixe-boi marinho; • Diversificação da paisagem e ambientes naturais como atrativos turísticos; • Cultura local expressiva; • Áreas naturais em ótimo estado de conservação; • Organização comunitária dos agentes turísticos; • Boa aceitação do turismo pela comunidade; • Interesse da comunidade no desenvolvimento do turismo local; • Receptividade da comunidade com os turistas; • Satisfação dos turistas que visitam a comunidade.	• Falta de infraestrutura turística; • Pouca divulgação da comunidade como ponto turístico; • Más condições de acessibilidade e sinalização das estradas de destino à comunidade; • Falta de articulação e cooperação comunitária para o desenvolvimento turístico; • Falta de investimento financeiros para o turismo; • Falta de articulação dos órgãos governamentais para o desenvolvimento turístico; • Foco turístico voltado apenas para o peixe-boi; • Pouca estrutura para atendimento as necessidades básicas de implantação das hospedagens domiciliares; • Pouco interesse da comunidade de trabalhar com hospedagens domiciliares; • Falta de incentivo à valorização da cultura local.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Considerando as facilidades elencadas (Quadro 12), percebe-se a região possui excessivo potencial para o desenvolvimento do turismo, sobretudo o ecoturismo. Localizada em uma UC e por ser sede do Projeto viva peixe-boi marinho já agrega considerável valor ao destino turístico. Além da diversificação das potencialidades turísticas, o que possibilita a realização de diversas atividades turísticas na região, como descritas pelo Caderno de Ecoturismo do Ministério do Turismo (2010). Ainda identifica-se um grande potencial na cultura da região, pelo cotidiano da comunidade e seu artesanato. A junção desses potenciais, formam um expressivo potencial para o desenvolvimento do Ecoturismo de Base comunitária, onde a atividade turística é realizada em áreas naturais e determinada pela comunidade local.(WWF-BRASIL, 2003)

Todavia, observa-se como foco principal do turismo da região a visitação ao peixe-boi marinho, tanto como potencialidade mais desenvolvida como pela motivação de visitação dos turistas, deixando de se explorar as várias atividades que podem ser também desenvolvidas.

A falta de visão para o desenvolvimento de novas atividades turísticas, acaba por impossibilitar a maior inserção da comunidade na atividade turística e consequentemente seu menor interesse no desenvolvimento do turismo, devido a falta de oportunidades e atividades a serem trabalhadas. Como observa Irving (2009), é preciso que as comunidades além de desenvolverem o sentimento de inclusão e valorização do que lhes pertencem, devem sobretudo, reconhecer os potenciais tangíveis e intangíveis que possuem para que possam serem efetivamente e se sentirem protagonistas do desenvolvimento turístico de sua região. Ainda nesse sentido é importante salientar a ausência de peixes-boi marinhos em cativeiro, após o falecimento dos que lá existiam em 2012, a observação dos animais passou a ser desenvolvida através de passeios pelo estuário do Rio Mamanguape para a observação desses animais em habitat natural.

Nessa perspectiva, para o desenvolvimento turístico na região é preciso haver uma tendência de direcionamento do turismo para a diversificação das atividades, principalmente o estabelecimento de atividades voltadas para a visitação da natureza, e consequentemente desvinculando a dependência do turismo a um só atrativo (BORGES, 2003), como é o caso da visitação ao peixe-boi marinho. Criando, a partir desse desenvolvimento maior geração de empregos e renda para a comunidade, bem como um perfil comunitário de liderança local.

A falta de infra estrutura voltada ao atendimento das necessidades turísticas também é fator relevante de limitação ao desenvolvimento da atividade. Para o desenvolvimento do turismo se faz necessários investimentos privados e governamentais para atender as necessidades locais e dos turistas (BORGES, 2003). A falta desses investimentos impossibilita a permanência de turistas na região e conseqüentemente um menor fluxo monetário para a comunidade.

Nesse contexto, vale também salientar a falta de articulação comunitária para o desenvolvimento do turismo, e a falta de apoio e estratégias de órgãos responsáveis pelo setor tanto em instancia governamental como municipal e federal.

A articulação da comunidade em um modelo de desenvolvimento participativo, traria benefícios expressivos para os mesmos, tornando-os em unidade de desenvolvimento, sendo os mesmo os próprios gestores do desenvolvimento local (CORIOLANO, 2005).

Esse desenvolvimento participativo, construirá alicerce para a qualidade de vida local e aumento de renda da população, sem a partir disso a comunidade precisar se distanciar de sua cultura tradicional e de seus costumes locais, pois essas serão a base da potencialidade turística local junto com a conservação do meio ambiente (LIMA, 2003).

A elaboração do ecoturismo de base comunitária na comunidade, propõe não só a participação da comunidade no desenvolvimento local, mas que a mesma seja a indutora desse desenvolvimento, tirando dos grandes capitais o poder de decisão e padronização que marginaliza os de menor poder aquisitivo, o desenvolvimento dessa modalidade de turismo na APA da Barra do Rio Mamanguape - PB, criaria o que Leff (2008) defende como a "descentralização da economia", onde mesmo dependendo do mercado externo, a comunidade se desenvolveria de forma particular.

A partir da estruturação para o desenvolvimento do turismo de forma que a comunidade protagonize a atividade turística local (CORIOLANO, 2005), seu desenvolvimento se dará de forma includente (SACHS, 2008), fazendo com que a comunidade desenvolva-se não apenas em seu crescimento econômico, mas também em suas liberdades essenciais (SEN, 2010).

Contudo, apesar do turismo se classificar atualmente na região como um turismo excursionista (BENI, 2003), em grande parte pela falta de diversificação de

atividades e de infraestrutura, os turistas que visitam a região, em sua maioria, saem satisfeitos com a experiência vivida.

A falta de cooperação comunitária, mesmo já havendo a articulação de alguns membros da comunidade na formação de uma associação de turismo, estagna o interesse no desenvolvimento do turismo.

Todavia, a comunidade vê com bons olhos o desenvolvimento do turismo na região, principalmente pelas suas consequências na captação de renda para os moradores. Porém, mais da metade da população não sente interesse em trabalhar com turismo. Esta falta de interesse pode também se dar pela falta de estímulo e o desenvolvimento a passos lentos do setor na região.

Entretanto, apesar do não interesse de parte da comunidade em trabalhar com o turismo, na visão do turista a comunidade é muito receptiva, tendo a mesma potencialidade para trabalhar indiretamente com o desenvolvimento turístico da região.

Conquanto, compreende-se, que é preciso definir iniciativas estratégicas para potencializar as capacidades e minimizar as limitações expostas, visando colaborar para o planejamento e a gestão do turismo local, construído de forma participativa. Para isso, faz-se imprescindível a consolidação das ações da gestão pública do turismo e articulações locais, pois os potenciais necessários para o interesse de visitação dos turistas a comunidade já possui, o necessário agora seria a articulação local, com o apoio dos órgãos atuantes locais e o governo para a elaboração de um plano de ação estratégico para o alcance de parcerias e apoios para o seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados da pesquisa, pode-se observar o relevante potencial turístico natural e cultural da região, sobretudo para o desenvolvimento do ecoturismo como modalidade promissora para a comunidade, mediante o seu ambiente favorável para a atividade e ao mesmo tempo sua fragilidade e importância de conservação.

A comunidade local, que sobrevive da pesca e trabalho em empresas privadas próxima, possui em sua cultura tradicional, um significativo potencial

turístico. Todavia, apesar dessa enorme potencialidade, o turismo que se desenvolve na região possui seu principal foco na observação do Peixe-boi marinho, limitando-se à sede do projeto. E mesmo com as articulações recentes no desenvolvimento de trilhas terrestres pela AGEAPA, o fluxo dessa atividade ainda é baixo, por ainda está em fase de estabelecimento.

A comunidade da Barra do Rio Mamanguape, se mostra receptiva ao turismo, tendo como principal motivo para essa resposta a captação de renda vinda dessa atividade. Porém nem todos se mostram interessados em trabalhar com a atividade, muitos veem o turismo de forma distanciada, e pelo pouco contato com os turistas, devido a limitação do turismo à visitação do peixe-boi.

Esta motivação da comunidade em estabelecer o turismo na região pelo impacto financeiro positivo, tr s consigo a preocupação de seu desenvolvimento de forma desordenada, visto que essas atividades possam a ser realizadas sem planejamento e visando apenas a lucratividade do setor. Visto também que a região já possui tendências naturais para o turismo de sol e mar, já desenvolvido em praias vizinhas, essa preocupação s  tende a aumentar, para que o desenvolvimento do turismo na comunidade não se estabeleça de forma massificada, visando apenas subsídios financeiros.

Ainda, observou-se no primeiro trimestre de 2015 o crescimento da atividade de camping na comunidade e em seu entorno, essa atividade pode se caracterizar como uma oportunidade, se planejada e reorganizada como oferta turística local e integrante do turismo de base local, possibilitando aos moradores oferecerem a mesma como serviço de hospedagem. Todavia, se não ordenada, pode vir a se tornar um problema para a região, pelo impactos ambientais e culturais que a atividade possa vir a trazer. Esse novo panorama, não identificado no período da coleta de dados na região, necessita ser analisado a partir de sua viabilidade para a realidade local, podendo se tornar tema para estudos futuros.

As articulações governamentais e privadas para o desenvolvimento do turismo na região, andam a passos lentos, e um dos motivos mais decorridos vem da não publica o do plano de manejo até a data da coleta de dados. Todavia, para discurso de grande parte desses órgãos o problema se revolveria com a san o do documento e libera o de constru es de estruturas turísticas que atendessem os visitantes. Atualmente, este documento já foi publicado e validado, bem como já foram estabelecidas as possibilidades e restri es das atividades na região. A

publicação do Plano de Manejo, facilita a construção legal de um plano de desenvolvimento para as atividades turísticas viáveis para a região.

Entretanto, com a publicação do Plano de Manejo e a liberação das construções turísticas privadas, sobretudo as de grande porte, pode vir a sufocar o desenvolvimento do turismo comunitário, marginalizando a comunidade local dos benefícios adquiridos pelo turismo.

Dessa maneira, destaca-se atualmente a questão do incentivo ao planejamento e desenvolvimento do turismo comunitário, para que a comunidade seja a gestora de seu desenvolvimento. Contudo, é necessário estratégias de incentivo para que a mesma sinta-se protagonista de seu desenvolvimento e valorizem-se de forma participativa.

Ainda há um grande distanciamento na conciliação de interesses entre a comunidade, o que impossibilita a construção de forma participativa e comunitária do turismo local. Essa realidade pode levar a um atraso de articulação e planejamento comunitário sobre temas turísticos e fazer com que investimentos privados de fora desenvolvam o turismo na região, condicionando a população a sua marginalização e a trabalhos secundários.

Todavia, se faz necessário também o interesse dos órgãos públicos competentes no amparo a esse desenvolvimento, dando subsídio para que a comunidade consiga organizar-se de forma participativa e aprenda a gerir a atividade.

Contudo, o diagnóstico, como instrumento de planejamento, que pressupõe um amplo conhecimento do objeto de pesquisa pode compor um importante documento para os órgãos governamentais ou não governamentais de interesse no desenvolvimento turístico local. Visto que o turismo atual da comunidade ocorre de forma incipiente e que se faz necessário um planejamento mais detalhado das atividades, especialmente pela realidade do ambiente e a de sua conservação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. M. **Turismo, desenvolvimento local e integração regional**. In: Seabra, Giovanni. (org) Turismo de base local: Identidade Cultural e desenvolvimento regional". João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2007.

ALMG. **Relatório das atividades da 14ª legislatura 1999/2003**. Minas Gerais: Assembleia de Minas, 2003. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembléia/obras_referencia/arquivos/pdfs/relatorios_14_legislatura/turismo.pdf>. Acesso em: 19 de abr. 2012 às 10: 46.

ATLAS BRASIL. **Perfil Municipal: Rio Tinto, PB**. Atlas do desenvolvimento humano do Brasil 2013. 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/rio-tinto_pb>. Acesso em: 09 jul. 2014.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BAUMAN, Z. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEGOSSI, A.; LOPES, P. F.; OLIVEIRA, L. E. C.; NAKANO, H. **Ecologia de Pescadores Artesanais da Baía de Ilha Grande**. São Carlos: RiMa, 2009.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

BORGES, M. M. Levantamento do potencial ecoturístico (inventário). In: MITRAUD, S. F. (Org.) (Ed). **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF - Brasil, p. 89-144. 2003.

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo voltado para natureza. In: LINDBERG, K.; HAWKINS (Org). **Ecoturismo um guia para planejamento e gestão**. Tradução de Leila Cristina de M. Darin; revisão técnica de Oliver Hillel. 5. ed. São Paulo: SENAC – São Paulo, 2005, p. 223-252.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Porta da Legislação: Leis Ordinárias*. 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 22 jul. 2014.

BRASIL. **Turismo de Base comunitária.** Brasília - DF: Ministério do turismo, 2008.

BRASIL. **Decreto Federal nº 924, 10 de setembro de 1993.** Cria a Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape no Estado da Paraíba e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 11 de set. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0924.htm>. Acesso em: 23 de mar. 2012 às 09:12.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** BARROS.M.S.; PENHA.L.H.D (coord). Brasília: EMBRATUR e MICT/MMA, 1994.

BRASIL. **Ecoturismo:** orientações básicas. 2. Ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza no Brasil: reflexões e perspectivas.** Brasília: MTUR, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 de jul. 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>> Acesso em: 17 de abr. 2012 às 22:32.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária:** desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BARBOSA, L. M.; SOUZA NETO, G. F. de; MENDES, E. G. **A Modernização do Litoral Cearense e as Comunidades Pesqueiras:** O Caso de Tatajuba, Camocim-Ce. Disponível em: <<http://www.sits2008.org.br/oktiva.net/1893/nota/106773>>. Acesso: 29 nov. 2008

BORGES, M. M. Levantamento do potencial ecoturístico (inventário). In: MITRAUD, S. F. (Org) (Ed). **Manual de ecoturismo de base comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF - Brasil, p. 89-144. 2003.

CABRAL, C. S. (et al). **Diagnóstico da biodiversidade e implementação de gestão sustentável na APA da barra do Rio Mamanguape (PB)**. Centro Científico Conhecer – ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Goiânia, vol.5, n.8, 2009.

CAMPOS, M. N. A. **O ecoturismo com alternativa de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Caderno virtual de Turismo. Vol. 5, N°1, 2005.

CHAMUSCA, A. I.; CENTENO, C. R.. **Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem**. Responsabilidade Social das Empresas: Contribuição das Universidades. São Paulo, SP: Instituto Ethos, 2006.

CORIOLOANO, L. N. M. A exclusão e a inclusão social e o turismo. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. v.3, n. 2, 2005.

COSTA, P. C. **Ecoturismo**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2002.

COSTA, G. V. da. **Caderno de estudos da disciplina: metodologia da pesquisa aplicada a projetos**. Univesidade Federal do Amazonas. Manaus, 2011. Acesso em <<http://pt.scribd.com/doc/59865232/6/CALCULO-DA-AMOSTRA-ALEATORIA-SIMPLES>> 14 jan. 2014.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2008.
WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **Travel & Tourism Economic Impact 2012 Brazil**. Disponível em <http://wtcc.org/site_media/uploads/downloads/brazil2012.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2013.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. São Paulo em Perspectiva. 6 (1-2): 22-29, jan/jun, São Paulo, 1992.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília, DF, 2001.

EMBRATUR. **Programa ecoturismo: versão preliminar**. Brasília: Embratur, 1991.

EMBRATUR. **Programa ecoturismo: versão preliminar**. Brasília: Embratur, 2001
_____. Diretrizes da política nacional de ecoturismo. Brasília: Embratur. 1994.

GONÇALVES, L. C. **Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem**. São Paulo: Aleph, 2004

HINTZE, H. **Cultura de consumo e ecoturismo**: a apropriação do prefixo eco- como forma espetacular de pintar de verde o turismo. Revista Nordestina de Ecoturismo, Aracaju, v.3, n.1, p.63-71, 2010.

IBGE. **Rio Tinto - PB**. IBGE Cidades. 2010. Disponível em: <
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251290&search=paraiba|rio-tinto>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

IRVING, M. A. Participação – questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. IRVING, M. A.; AZEVEDO, J (Org). São Paulo: Futura, 2002. p. 35-45.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACEDO, R. F. de, et al. **Ecoturismo de base comunitária: uma realidade ou uma utopia**. Revista de Turismo y patrimonio cultural. Vol. 9 Nº 2 págs. 437-448. 2011. Disponível em <http://www.pasosonline.org/Publicados/9211/PS0211_17.pdf>. Acesso em: 21 out. 2014.

MARUJO, N.; SANTOS. **Turismo, turistas e paisagem**. Investigaciones Turísticas. N. 4 (jul.-dic. 2012). ISSN 2174-5609, p. 35-48.

MEDEIROS, R., et al. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 44p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: MMA/SBF/DAP, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem: Cartilha de Orientação Básica Cama e Café**. 1. Ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. Ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MINAS GERAIS. **Lei nº 14.368, de 19 de julho de 2002**. Estabelece a Política Estadual de Desenvolvimento do Ecoturismo. Secretaria de Estado de meio ambiente e desenvolvimento sustentável: legislação ambiental. Minas Gerais, 20 de jul. 2002. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=720>> Acesso em: 19 de Abr. 2012 às 10:03.

MOLINA E, Sergio. **Turismo e Ecologia**. Bauru: Edusc, 2001.

OLIVEIRA, E. S. & TORRES, D. F. **Educação ambiental na APA de Genipabu, como anda?**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (PPGEA/FURGRS), v.12, p. 475-483, 2008.

OLIVEIRA, G. B. de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, 2002. p.37-48.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Rocca, 2001.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano New York: PNUD, 2009. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/RDHglobais/PNUD_HDR_2010.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2014

RICHARDSON, Roberto Jarry; et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. – 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, G. S., et al. **Gestão Ambiental Territorial na Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape (PB)**. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 50. Embrapa Meio Ambiente. Jaguariúna, SP, 90p., 2008.

RODRIGUES, A. B. **Desenvolvimento sustentável e atividade turística**. In: SERRANO, C.; BRUNHS, H.T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (orgs). “Olhares Contemporâneos sobre o Turismo”. Campinas: Papiros, 2000.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 3. Ed. São Paulo: Papirus, 1999.

SALVATI, S. S. **Planejamento do ecoturismo**. In: MITRAUD, S. (Org). Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF, 2003, p. 33-88.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

SANSOLO, D. G. **Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil**. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I (Org). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e imagem, 2009. p. 122-141.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008

SEN, A.. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **What is Ecotourism?**. TIES: 1990. Disponível em: <<http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>>. Acesso em: 20 out. 2014.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **What is Ecotourism?**. TIES: 2014. Disponível em: <<http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>>. Acesso em: 20 out. 2014

TUCUM. **Rede Tucum**. Rede Cearense de Turismo Comunitário. 2014. Disponível em: < <http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/secao/18723>>. Acesso em: 24 out. 2014.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WWF-BRASIL. **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, DF: WWF, 2003. Disponível em: <http://www.bocaina.org.br/images/BOCAINA/documentos/didaticos/manual_ecotur_wwf_2003.pdf>. Acesso em: 24. fev. 2013.

WWF-BRASIL. **Sociedade e ecoturismo na trilha do desenvolvimento sustentável**: como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo do Vale do Ribeira na Mata Atlântica. Vitae Civilis, WWF Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2003.

ZACCHI, G. P. **Turismo ecológico e ecoturismo**: diferenças e princípios éticos. Diálogos & Ciência – Revista eletrônica da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana. Ano II, n. 04, jun. 2004. Disponível em <http://www.ftc.br/revistafsa/upload/13-07-2004_01-31-48_ecoturismo.pdf>. Acesso em 08 de jul. 2011.

APÊNDICES

APÊNDECE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

(CHEFIA DA APA DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE)

Este roteiro de entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado, visando a realização de uma dissertação sobre a construção participativa do ecoturismo de base comunitária na comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB, de autoria de FERNANDA TEREZA PEREIRA CRUZ, mestranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

1. Quais as expectativas da administração da APA em relação ao turismo após a elaboração do plano de manejo?
2. Qual o modelo de desenvolvimento de turismo que a administração da APA espera gerar na UC?
3. Qual a visão por parte da administração da APA do turismo que acontece hoje na APA? O que poderia ser mudado ou melhorado?
4. Qual a visão da administração da APA sobre o turismo excursionista (turismo de bate e volta)? Trata-se de uma modalidade positiva ou negativa a ser desenvolvida na comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB?
5. O turismo já praticado na comunidade é praticado de forma independente ou há algum apoio do governo, organizações não governamentais, ou da própria APA. Que tipo de apoio seriam esses?
6. Possui o conhecimento se as pessoas que trabalham diretamente com o turismo na APA possuem algum tipo de capacitação turística? Saberá explicar de que forma ele acontece?
7. Possui conhecimento sobre cooperativas ou associações turísticas na área? Quem faz parte dela? Quais são as atividades? Qual a relação da administração com essas cooperativas ou operadores do turísticos da área?
8. Quantos dos funcionários existentes da UC tem contato direto com os visitantes?
Que tipo de treinamento esses funcionários recebem para trabalhar com os visitantes?
9. Existe a preocupação em divulgar a UC para atrair visitantes? Se positivo, existe algum foco de perfil do visitante desejado?
10. Já foi feito algum estudo sobre os impactos do turismo na região, por iniciativa da administração da UC?

- 11.A APA possui algum programa de incentivo ao turismo dentro das comunidades, em especial a Barra do Rio Mamanguape? Como funciona?
- 12.Quais instalações/ infraestrutura a APA oferecem aos turistas? (Como ponto de apoio, hospedagem, banheiros, ponto de informação ao turista e etc)
- 13.Existe sinalização adequada na APA destinada ao turista? (Placas de sinalização turísticas)
- 14.Existe alguma parceria com empresas de turismo privadas para a visitação da APA, em especial a comunidade da Barra do Rio Mamanguape, de que forma ela ocorre?
- 15.Há alguma fonte de financiamento ou proposta de financiamentos para o Turismo na APA da Barra do Rio Mamanguape - PB?
- 16.Você considera as m s condições de acessibilidade da APA da Barra do Rio Mamanguape um empecilho para o desenvolvimento do turismo na Região?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

(SECRETÁRIO DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE RIO TINTO - PB)

Este roteiro de entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado, visando a realização de uma dissertação sobre a construção participativa do ecoturismo de base comunitária na comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB, de autoria de FERNANDA TEREZA PEREIRA CRUZ, mestranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

1. Qual a visão da secretaria de turismo sobre a APA da Barra do Rio Mamanguape em relação o turismo (suas perspectivas e interesses, modelo de desenvolvimento turístico)?
2. Quais as expectativas da secretaria de turismo em relação ao desenvolvimento do turismo na APA após a elaboração do plano de manejo da UC?
3. Qual a visão da secretaria de turismo sobre o turismo excursionista (turismo de bate e volta)? Trata-se de uma modalidade positiva ou negativa a ser desenvolvida na comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB?
4. A secretaria de turismo possui alguma parceria com a administração da APA para a promoção do turismo?
5. Há atualmente algum plano de desenvolvimento ou política de incentivo turístico sendo implementado no município que abranja a APA? Se não, existem pretensões futuras?
6. Você considera as más condições de acessibilidade da APA da Barra do Rio Mamanguape um empecilho para o desenvolvimento do turismo na Região?
7. Existe algum projeto de desenvolvimento por parte da Secretaria de Turismo do turismo na UC? Qual seria?
8. Qual a estratégia por parte do governo municipal para ajustar os serviços de saneamento básico, segurança e coleta de lixo nos períodos de maior fluxo de turistas nas praias do município?
9. Existe a preocupação em divulgar a UC para atrair visitantes? Se positivo, existe algum foco de perfil do visitante desejado?
10. Já foi feito algum estudo sobre os impactos do turismo na região, por iniciativa da Secretaria do Turismo?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA
(ENTIDADES DE LIDERANÇA INSERIDAS NA COMUNIDADE)

Este roteiro de entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado, visando a realização de uma dissertação sobre a construção participativa do ecoturismo de base comunitária na comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB, de autoria de FERNANDA TEREZA PEREIRA CRUZ, mestranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

1. A organização possui alguma parceria com a administração da APA para a promoção do turismo?
2. Quais as expectativas da organização em relação ao turismo após a elaboração do plano de manejo?
3. Qual o modelo de desenvolvimento de turismo que a organização acha mais adequado para UC?
4. Qual a visão da organização sobre o turismo que acontece hoje na APA? O que poderia ser mudado ou melhorado?
5. Qual a opinião da organização sobre o turismo excursionista (turismo de bate e volta)? Trata-se de uma modalidade positiva ou negativa a ser desenvolvida na comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB?
6. Você considera as más condições de acessibilidade da APA da Barra do Rio Mamanguape um empecilho para o desenvolvimento do turismo na Região?

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO

(TURISTAS QUE VISITAM A COMUNIDADE DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE)

Este roteiro de entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado, visando a realização de uma dissertação sobre a construção participativa do ecoturismo de base comunitária na comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB, de autoria de FERNANDA TEREZA PEREIRA CRUZ, mestranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Data: _____ Hora: _____

Alta temporada: () Feriado () Final de semana comum ()
Dias úteis
Baixa temporada: () Final de semana () Dias úteis

1 - Origem: _____ UF: _____

2 - Sexo: () Masculino () Feminino

3 - Idade: () 10 a 16 anos () 17 a 36 anos () 36 a 60 anos () 61
acima

4 - Estado civil: () Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo ()
Outros: _____

5 - Com quem está viajando: () Sozinho () Um casal () Casal com filhos
() Família () Família e amigos () Grupo de amigos
() Grupo de estudos/escola () Excursão () Outros

6 - Meio de transporte utilizado para chegar a região: () Carro () Moto ()
Barco () Outros: _____

7 - Duração da viagem: () 1 dia () 2 a 3 dias () 4 a 5 dias () 6 dias ou mais

8 - Se a viagem for mais de um dia, qual meio de hospedagem:
() Hotel/pousada () Casa alugada () Casa de veraneio própria
() Camping () Casa de amigos

9 - Já havia visitado a região antes? () Sim () Não

Quantas vezes incluindo esta? () 2ª visita () Entre 3 e 5 () Mais de 5

10- Como ficou sabendo sobre o lugar?

- ☐ Vídeo ☐ Televisão ☐ Rádio ☐ Jornal ☐ Revista
☐ Livros ☐ Internet ☐ Parentes e/ou amigos ☐ Outras pessoas
☐ Folhetos ☐ Agencias de viagens ☐ Placas na estrada ☐ Outros
-

11- O que lhe motivou a visitar a Barra do Rio Mamanguape – PB?

- ☐ Praias ☐ Natureza ☐ Cultura local ☐ Projeto Peixe-boi
☐ Pesquisa acadêmica ☐ Outros
-

12- A experiência vivida na região atendeu as expectativas? ☐ Sim ☐ Não

13-Quais atividades realizou na comunidade?

- ☐ Visita ao Projeto Peixe-boi ☐ Passeio de canoa ☐ Compras
☐ Caminhadas na praia ☐ Trilhas ☐ Gastronomia ☐ Outros
-

14-Você achou a comunidade receptiva aos turistas?

- ☐ Muito pouco ☐ Pouco ☐ Razoável ☐ Receptiva ☐ Muito receptiva

15-Nível de escolaridade?

- ☐ Sem escolaridade ☐ Fundamental ☐ Médio ☐ Superior ☐ Pós-Graduação
-

16-Ocupação profissional?

- ☐ Empresário ☐ Profissional Liberal ☐ Funcionário setor privado
☐ Servidor Público ☐ Aposentado ☐ Estudante ☐ Outro
-

17-Nível de renda familiar?

- ☐ menos de um salário mínimos ☐ até dois salários mínimos.
☐ de três a cinco salários mínimos ☐ de seis a 10 salários mínimos.
☐ mais de 10 salários mínimos
-

18- Em termos de satisfação a sua visita a Barra do Rio Mamanguape - PB foi

- ☐ Boa ☐ Ótima ☐ Moderada ☐ Ruim ☐ Péssima
-

19- Pensa voltar Comunidade? ☐ Sim ☐ Não ☐ Talvez

20- Recomendaria a cidade a amigos/familiares? ☐ Sim ☐ Não ☐ Talvez

21- Em sua opinião, quais as principais necessidades básicas dos turistas não estão sendo atendidas (pode marcar mais de uma alternativa).

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO

(OPERADORES DE TURISMO DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE)

Este roteiro de entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado, visando a realização de uma dissertação sobre a construção participativa do ecoturismo de base comunitária na comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB, de autoria de FERNANDA TEREZA PEREIRA CRUZ, mestranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Data: _____ Hora: _____

A) DADOS DO (A) ENTREVISTADO (A)

- 1 - Nome (Opcional): _____
- 2 - Nativo? Sim (☐) Não (☐)
- 3 - Residente? Sim (☐) Não (☐) Se sim, há quantos anos ? _____
- 4 - Idade (opcional): _____ 5 - Sexo: (☐) Masculino (☐) Feminino
- 6 - Idade (estimada): (☐) 0 a 10 anos (☐) 10 a 16 anos
(☐) 17 a 36 anos (☐) 36 a 60 anos (☐) 61 acima
- 7 - Escolaridade: (☐) Nenhuma (☐) Fundamental incompleto (☐) Fundamental completo
(☐) Médio incompleto (☐) Médio completo (☐) Superior incompleto
(☐) Superior completo (☐) Pós graduação
- 8 - Possui outra profissão além da que pratica com o turismo?
(☐) Sim (☐) Não Qual? _____
- 9 - Renda mensal: (☐) Menos de um salário mínimos (☐) Até dois salários mínimos
(☐) De três a cinco salários mínimos (☐) De seis a 10 salários mínimos
(☐) mais de 10 salários mínimos

B) O TURISMO E O ECOTURISMO

- 1- Você sabe o que é turismo? (☐) Sim Não (☐)

Se sim, por favor, fale o que é turismo?

- 2 - Você sabe o que é ecoturismo? (☐) Sim Não (☐)

Se sim, por favor, fale o que é ecoturismo?

C) COMUNIDADE QUE JÁ TRABALHA COM O TURISMO

1 - Você trabalha direta ou indiretamente com o turismo? _____

2 - Durante a alta estação, quantas vezes você entra em contato com o turista?

() Todo dia () Sempre, mas não todos os dias () 1 vez por semana

() 2 vezes por semana () Raramente () Nunca

3 - Durante o período de menor número de turistas na comunidade, quantas vezes você entra em contato com turistas?

() Todo dia () Sempre, mas não todos os dias () 1 vez por semana

() 2 vezes por semana () Raramente () Nunca

4 - Durante feriados e fins de semana prolongados, quantas vezes você entra em contato com turistas?

() Todo dia () Sempre, mas não todos os dias () Raramente () Nunca

Você gosta de turistas visitando sua comunidade? () Sim () Não

5 - Qual a **sua reação** a respeito de turistas visitando sua região?

() Amigável () Muito amigável () Indiferente () Hostil () Muito hostil

6 - Qual a reação da sua comunidade a respeito de turistas visitando a região?

() Amigável () Muito amigável () Indiferente () Hostil () Muito hostil

7 - Qual a reação dos turistas que visitam sua comunidade?

() Amigável () Muito amigável () Indiferente () Hostil () Muito hostil

8 - Você acha que a comunidade mudou com a chegada de visitantes na região?

() Sim () Não

9 - Se você acha que sua comunidade mudou, como foi essa mudança?

() Positiva () Negativa

Qual intensidade? () Muito () Mais ou menos () Pouco

O que mais mudou? _____

10 - O que você mais gosta por ter turistas visitando sua comunidade?

() gera emprego () movimenta a economia () novos conhecimentos

() conhecer novas pessoas () qualidade de vida melhorou

() trouxe mais infra-estrutura () conserva a natureza () outros: _____

11 - O que você menos gosta por ter turistas visitando sua comunidade?

() Fazem barulho () acabou a tranquilidade () trazem maus costumes

() trazem drogas () trazem crime/violência () impactam o natureza

() lixo na região () lixo nos atrativos () custo de vida aumentou

() aumentou preço da terra

Outros _____

12 - Os benefícios do turismo superam os impactos negativos da atividade?

() Sim () Não

13 - O turismo melhorou a condição de vida? () Sim () Não

14 - Existem locais em sua comunidade que não devem ser visitados por turistas?

() Sim () Não

Quais? _____

15 - Quais são os locais que as pessoas da sua comunidade gostam de visitar/passear ou que você acha que são diferentes e bonitos para a visitação de turistas (possíveis atrativos)?

16 - Se você pudesse opinar ou mudar o turismo em sua comunidade, o que faria?

() Não faria nada () Reduziria o número de visitantes

() Proibiria o turismo na região () Aumentaria o turismo na região

() Outros: _____

17 - Qual o horário que há maior número de turistas visitando a comunidade?

() Manhã – 8h às 12h () Tarde – 12 às 18h () Noite – 18 às 22h

18 - Há quanto tempo você trabalha como operador de turismo?

() menos de um ano () um ano () dois anos () Três anos () Mais de três anos

19- Você fez algum curso específico para trabalhar com os visitantes? () Sim () Não

Que tipo de treinamento? _____

20 - Você recebe algum treinamento periódico específico para guias/canoeiros?

() Sim () Não

Que tipo de treinamento: _____

21- Você fala Inglês? () nada () básico () fluente

22- Você fala espanhol? () nada () básico () fluente

23 - Outra Língua: _____

24 - Você utiliza (ou há necessidade de utilizar) línguas estrangeiras no seu trabalho?

() Sim () Não

25- Participa de palestras, seminários, novos treinamentos? () Sim () Não

26 - Sua fonte de renda principal vem do turismo? () Sim () Não

() Outro: _____

27 - Considera o número de guias/canoeiros suficiente para a demanda de visitantes?

() Sim () Não

28- Considera treinamento e capacitação importante para atender os turistas?

() Sim () Não

29- Sente necessidade de treinamento sobre turismo?

() Sim () Não

30 - O turismo trouxe melhoria na condição de vida da comunidade? () Sim () Não

APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO

(COMUNIDADE DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE)

Este roteiro de entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado, visando a realização de uma dissertação sobre a construção participativa do ecoturismo de base comunitária na comunidade da Barra do Rio Mamanguape - PB, de autoria de FERNANDA TEREZA PEREIRA CRUZ, mestrande do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Data: _____

Hora: _____

A) DADOS DO (A) ENTREVISTADO (A)

1 - Nome (Opcional): _____

2 - Nativo? Sim () Não ()

3 - Residente? Sim () Não () Se sim, há quantos anos ? _____

4 - Idade (opcional): _____ 5 - Sexo: () Masculino () Feminino

6 - Idade (estimada): () 0 a 10 anos () 10 a 16 anos
() 17 a 36 anos () 36 a 60 anos () 61 acima

7 - Escolaridade: () Nenhuma () Fundamental incompleto () Fundamental completo
() Médio incompleto () Médio completo () Superior incompleto
() Superior completo () Pós graduação

8 - Profissão: _____

9 - Renda mensal: () Menos de um salário mínimos () Até dois salários mínimos
() De três a cinco salários mínimos () De seis a 10 salários mínimos
() mais de 10 salários mínimos

B) O TURISMO E O ECOTURISMO

1- Você sabe o que é turismo? () Sim Não ()

Se sim, por favor, fale o que é turismo?

2 - Você sabe o que é ecoturismo? () Sim Não ()

Se sim, por favor, fale o que é ecoturismo?

C) COMUNIDADE QUE AINDA NÃO TRABALHA COM O TURISMO

1 - Você gostaria de ter turistas visitando a sua região? () Sim Não ()

Porque? _____

2 - Você acha que sua comunidade mudaria com a chegada do turismo em sua região?

() Sim Não ()

Se sim, em que acha que mudaria?

3 - Quais empregos/ serviços / atividades você acha que as pessoas de sua comunidade terão com o ecoturismo?

() Gerência/administração () Serviços de manutenção e limpeza () Atendimento

() Chefe de cozinha/cozinheiro (a) () Auxiliar de cozinha () Outros

4 - Você acha que o turismo traria problemas para a sua comunidade? () Sim Não ()

Se sim, quais?

() Barulho () acabar a tranquilidade () maus costumes () drogas

() crime/violência () impactos a natureza () lixo na região

() lixo nos atrativos () aumentar o custo de vida () aumentar o preço da terra

Outros: _____

5 - Você acha que o turismo traria mais benefícios do que problemas? () Sim Não ()

Existem locais na região que não devem ser visitados por turistas? () Sim Não ()

Quais? _____

6 - Quais são os locais que as pessoas de sua comunidade gostam de visitar/passear ou que você acha que são diferentes e bonitos para a visitação de turistas (possíveis atrativos)?

7 - Que tipo de utensílios, artesanatos, alimentos ou outros itens produzidos localmente você compra ou conhece?

8 - Se você pudesse opinar ou interferir no desenvolvimento do turismo em sua comunidade, o que faria?

() Não faria nada () Estimularia o turismo na região () Proibiria o turismo na região

Outros _____

D) INTERESSE NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E HOSPEDAGENS DOMICILIARES

1 - Você acharia interessante trabalhar junto com outras pessoas da comunidade para desenvolver o turismo na região? () Sim () Não

Porque? _____

2 - Quando os turistas visitam a região você interage de alguma forma com eles?

() Sim, sempre procuro conversar e conhecê-los.

() Sim, sempre lhes ajudo fornecendo informações

() Sim, sempre presto serviços para eles

() Não, não tenho contato com os turistas

() Nunca, não gosto quando eles visitam minha comunidade

3 - Você tem interesse em trabalhar com o turismo na região? () Sim () Não

Caso a resposta seja sim, com o que gostaria de trabalhar?

() Hospedagem () Culinária () Guia de turismo () Artesanato () Canoeiro

() Outros: _____

4 - Você tem interesse em hospedar pessoas em sua residência de forma remunerada?

() Sim () Não

Caso a resposta seja sim, você acha que esses hóspedes impactariam na vida de sua família?

() Sim () Não

De forma? () Positiva () Negativa

O que você acha que mudaria?

E) REFERENTE ÀS ESTRUTURA DAS RESIDÊNCIAS

Mora em casa própria?	Sim			Não			
Quantas pessoas moram com você?	0	1	2	3	4	5	Ou mais
Quantidade de quartos	0	1	2	3	4	5	Ou mais
Quantidade de banheiros	0	1	2	3	4	5	Ou mais
Local do banheiro	Dentro de casa			Fora de casa			
Quantidade de suítes	0	1	2	3	4	5	Ou mais
Quantidade de salas	0	1	2	3	4	5	Ou mais
Quantidade de cozinhas	0	1	2	3	4	5	Ou mais
Quantidade de lavanderia	0	1	2	3	4	5	Ou mais
Quantidade de televisão	0	1	2	3	4	5	Ou mais

ANEXOS

ANEXO A - Autorização para realização da expedida pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO/ICMBio/MMA



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 42699-1	Data da Emissão: 05/02/2014 16:39	Data para Revalidação*: 07/03/2015
* De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Fernanda Tereza Pereira Cruz	CPF: 065.858.614-93
Título do Projeto: Ecoturismo de base comunitária: Diagnóstico para uma construção participativa na Barra do Rio Mamanguape - PN	
Nome da Instituição: UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	CNPJ: 24.098.477/0001-10

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Coleta de dados	01/2014	03/2015

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa IBAMA n° 154/2007 ou na Instrução Normativa ICMBio n° 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos, e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/ogen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		PB	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE	UC Federal

Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
1	UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 33654774



Página 1/2



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 42699-1	Data da Emissão: 05/02/2014 16:39	Data para Revalidação*: 07/03/2015
* De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Fernanda Tereza Pereira Cruz	CPF: 065.858.614-93
Título do Projeto: Ecoturismo de base comunitária: Diagnóstico para uma construção participativa na Barra do Rio Mamanguape - PN	
Nome da Instituição : UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	CNPJ: 24.098.477/0001-10

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº154/2007, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 33654774



Página 2/2

ANEXO B - Parecer de aprovação para pesquisa expedido pelo comitê de ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Ecoturismo de base comunitária: Diagnóstico para uma construção participativa na Barra do Rio Mamanguape - PB

Pesquisador: Fernanda Tereza Pereira Cruz

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 27063114.8.0000.5188

Instituição Proponente: Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 575.060

Data da Relatoria: 20/03/2014

Apresentação do Projeto:

O presente projeto tem por objetivo analisar a dinâmica turística da comunidade da Barra do Rio Mamanguape inserida na APA da Barra do Rio Mamanguape - PB, considerando as inter-relações estabelecidas entre comunidade, ambiente e visitantes, avaliando o potencial do ambiente para a construção participativa do Ecoturismo de Base comunitária. Tendo como objetivos específicos, diagnosticar a atividade turística existente na comunidade Barra do Rio Mamanguape- PB e analisar se esta caracteriza-se como ecoturismo; identificar o perfil do turista que visita a Barra do Rio Mamanguape e suas motivações; identificar potencialidades ecoturísticas da Barra do Rio Mamanguape-PB, em seus aspectos socioculturais e ambientais; fazer o levantamento e caracterização dos ecossistemas da APA da Barra do Rio Mamanguape que possuam potencialidades para a realização de atividades ecoturísticas e compatibilizá-las com o plano de manejo; identificar o interesse da comunidade da Barra do Rio Mamanguape na participação e gestão das atividades desenvolvidas pelo Ecoturismo de Base comunitária; verificar a viabilidade de implantação de hospedagens domiciliares na comunidade da Barra do Rio Mamanguape-PB. A pesquisa será realizada por meio de questionários e entrevistas feita com os agentes internos e externos do turismo na localidade, a exemplo dos moradores da referida comunidade, os operadores de turismo local, os turistas que visitam a comunidade, a administração da Unidade de

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br; elianemduarte@hotmail.com

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE**



Continuação do Parecer: 575.060

Conservação e o Secretário de turismo do município em que a comunidade está inserida, Rio Tinto-PB. Espera-se com essa pesquisa compreender o tipo de turismo desenvolvido atualmente na comunidade, identificar o perfil da comunidade para a construção participativa para o turismo comunitário e por fim identificar, através dos biomas existentes ao entorno da comunidade, atividades ecoturísticas relevantes a serem desenvolvidas, considerando as restrições do plano de manejo e a realidade local.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a dinâmica turística da Barra do Rio Mamanguape considerando as inter-relações estabelecidas entre comunidade, ambiente e visitantes, avaliando o potencial do ambiente para a construção participativa do Ecoturismo de Base comunitária.

Objetivo Secundário:

Diagnosticar a atividade turística existente na comunidade Barra do Rio Mamanguape-PB e analisar se esta caracteriza-se como ecoturismo; Identificar o perfil do turista que visita a Barra do Rio Mamanguape e suas motivações. Identificar potencialidades ecoturísticas da Barra do Rio Mamanguape-PB, em seus aspectos sócio culturais e ambientais; Fazer o levantamento e caracterização dos ecossistemas da APA da Barra do Rio

Mamanguape que possuam potencialidades para a realização de atividades ecoturísticas e compatibilizá-las com o plano de manejo; Identificar o interesse da comunidade da Barra do Rio Mamanguape na participação e gestão das atividades desenvolvidas pelo Ecoturismo de Base comunitária; Verificar a viabilidade de implantação de hospedagens domiciliares na comunidade da Barra do Rio Mamanguape-PB;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

É possível que aconteçam riscos ou desconforto na disponibilização de informações pessoais ou confidenciais por parte do entrevistado, ficando o mesmo isento de disponibilizá-las se assim desejar. Não haverá benefícios diretos direcionado aos entrevistados, todavia os benefícios que esperamos como estudo será identificação de dados para a análise do turismo desenvolvido na comunidade da Barra do Rio Mamanguape-PB.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa está bem estruturado, fundamentado e com alta relevância prática e social para o desenvolvimento do turismo na comunidade local da Barra do Rio Mamanguape-PB.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br; elianemduarte@hotmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE



Continuação do Parecer: 575.060

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos obrigatório necessários para apreciação do Projeto de Pesquisa por esse Comitê de Ética foram apresentados respondendo as duas pendências listadas na primeira versão, que seriam o ajuste do TCLEs e cronograma.

Recomendações:

As recomendações da versão 1 foram atendidas

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A lista de pendência foi respondida.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

JOAO PESSOA, 31 de Março de 2014

Assinador por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)**

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br; elianemduarte@hotmail.com